

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

**DISSERTAÇÃO**

**TRABALHADORES DA CARNE: MUNDO DO TRABALHO E  
CONFLITOS DE CLASSE NA CHARQUEADA/FRIGORÍFICO SÃO  
DOMINGOS EM JAGUARÃO-RS (1950-1980)**

**ALLAN MATEUS CEREDA**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TRABALHADORES DA CARNE: MUNDO DO TRABALHO E  
CONFLITOS DE CLASSE NA CHARQUEADA/FRIGORÍFICO SÃO  
DOMINGOS EM JAGUARÃO-RS (1950-1980)**

**ALLAN MATEUS CEREDA**

*Sob a Orientação do Professor Doutor  
Alexandre Fortes*

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, ao Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ  
Agosto de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C414t Cereda, Allan Mateus, 1990-  
Trabalhadores da carne: mundo do trabalho e  
conflitos de classe na charqueada/frigorífico São  
Domingos em Jaguarão-RS (1950-1980) / Allan Mateus  
Cereda. - Seropédica, 2021.  
129 f.

Orientador: Alexandre Fortes.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em  
História, 2021.

1. Charqueada. 2. Frigorífico. 3. Jaguarão. 4.  
Conflitos de classe. 5. Trabalhadores. I. Fortes,  
Alexandre, 1966-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em  
História III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO Nº 1036 / 2021 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.071317/2021-96**

**Seropédica-RJ, 04 de outubro de 2021.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALLAN MATEUS CEREDA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA DISSERTAÇÃO.

APROVADA EM 03 de setembro de 2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professor Doutor ALEXANDRE FORTES- orientador - UFRJ  
Professora Doutora FABIANE POPINIGIS - UFRJ  
Professor Doutor PAULO ROBERTO RIBEIRO FONTES - UFRJ

*(Assinado digitalmente em 05/10/2021 10:04 )*

ALEXANDRE FORTES  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1308466

*(Assinado digitalmente em 05/10/2021 10:20 )*

FABIANE POPINIGIS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
PPHR (12.28.01.00.00.49)  
Matrícula: 1579919

*(Assinado digitalmente em 04/10/2021 17:17 )*

PAULO ROBERTO RIBEIRO FONTES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 023.468.138-18

Para verificar a autenticidade deste documento entre em

<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1036**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **04/10/2021** e o código de verificação: **805fd29f84**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Giovana, que apesar de não poder ter estudado (ainda) fez de tudo e sempre me incentivou nos meus estudos. Uma guerreira, mulher trabalhadora que fez de tudo para apoiar meu irmão e a mim. Se tem uma pessoa que é referência para mim nessa vida é você, mãe, te amo.

A minha companheira, Milena, que compartilha a vida comigo e aturou meus surtos, ansiedades e sempre me incentivou a não desistir no meio do caminho. Te amo.

Aos amigos que fiz durante o período que morei no alojamento da pós da UFRRJ e da pós graduação de História ao qual pude dividir as aflições e compartilhar momentos de alegria, descontração e cerveja (o que é quase a mesma coisa). Em especial a Patrícia, o Joelmir, a Marina, o Lucas, o Davi e o Sirage.

As minhas professoras e professores do PPHR: Alexandre Fortes, Álvaro Nascimento, Fernanda Oliveira, Marcos Caldas, Mônica Martins, Pedro Parga, Adriana Barreto e a Fabiane Popinigis, que também dedicou seu tempo para contribuir com minha banca de qualificação juntamente com os professores Fernando Pureza e Paulo Fontes, ao qual sou imensamente grato. Ao Paulo Longarini fundamental em sua prestatividade com os estudantes do curso.

Ao meu orientador Alexandre Fortes, uma das pessoas mais impressionantes que conheci na minha vida. daquelas pessoas que é uma referência e que quando conhecemos pessoalmente conversa conosco como se há muito nos conhecesse, a amplitude da sua humildade consegue equivaler a sua grandeza. Não houve assunto ou tema em que ele não pudesse tratar de maneira aprofunda, refinada e elegante, desde assuntos triviais como futebol (o mais importante dos desimportantes) até autores, processos históricos e abordagens historiográficas das mais complexas. Nesse contexto de pandemia, se não fosse pela sua paciência, sabedoria, compreensão e acolhimento eu teria desistido, sou eternamente grato por me apoiar apesar de todos os meus vacilos. Obrigado, Alexandre, espero um dia ser para alguém metade do professor que você foi para mim.

A CAPES que tornou possível minha formação e realização desta pesquisa.

A todos que contribuíram de alguma forma.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001*

## RESUMO

CEREDA, Allan Mateus. **Trabalhadores da carne: mundo do trabalho e conflitos de classe na charqueada/frigorífico São Domingos em Jaguarão-RS (1950-1980)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ, 2021.

A presente dissertação aborda as relações laborais, condições de vida dos trabalhadores e a organização produtiva na charqueada/frigorífico São Domingos, localizada na zona rural de Jaguarão/RS, entre os anos de 1950 e 1980. Neste trabalho, analisamos, em perspectiva histórica, a sobreposição de uma indústria frigorífica moderna sobre uma charqueada com o intuito de compreender as particularidades em termos de processos de trabalho e formação social. As transformações estruturais alteraram as determinações objetivas de classe nas vidas dos trabalhadores ao infligirem uma lógica disciplinar fabril com aumento da intensidade do trabalho, do controle do tempo e a restrição do acesso à carne para alimentação. A pesquisa foi realizada, principalmente, a partir de documentos administrativos da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda e entrevistas feitas com trabalhadores da unidade produtiva. O problema central desta pesquisa é entender os conflitos de classe no contexto de uma história vista de baixo para cima. A apropriação da carne possuiu destaque nas estratégias desenvolvidas pelos trabalhadores. Debateremos algumas dimensões e significados para aqueles que o faziam a fim de esmiuçar a partir de quais referenciais eram fundamentadas as resistências dos trabalhadores em um novo contexto de exploração e dominação.

**Palavras-Chave:** Charqueada – Frigorífico – Jaguarão – Trabalho – Trabalhadores – Mundos do trabalho – Conflitos de classe

## ABSTRACT

CEREDA, Allan Mateus. **Meat workers: world of work and class conflicts in the São Domingos' charqueada/meatpacking in Jaguarão-RS (1950-1980)**. Master's Dissertation in History. Univesidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica – RJ, 2021.

This dissertation addresses labor relations, workers' living conditions and the productive organization in the São Domingos' charqueada (jerked beef processing plants), located in the rural area of Jaguarão/RS, between 1950 and 1980. In this research we analyze in a historical perspective the charqueada being superseded by a modern meat industry, seeking to understand the particularities of the works' processes and social formation. Structural transformations altered objective class determinations in workers' lives by inflicting a factory disciplinary logic with increased work intensity, time control and restricted access to meat as part of the workers' alimentation. The research was based mainly on the analysis of administrative documents of the Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda. and on interviews with workers from the production plant. The central problem of this research is to understand class conflicts in the context of a bottom-up story. The meat appropriation stood out as one of the main strategies developed by the workers. We will discuss some dimensions and meanings for those workers who did so and scrutinize which references these workers' resistances were based on, within a new context of exploitation and domination.

**Keywords:** Charqueada (jerked beef processing plants) – Meat-processing plant – Jaguarão – Work – Workers – Worlds of work – Class conflicts.



## SUMÁRIO

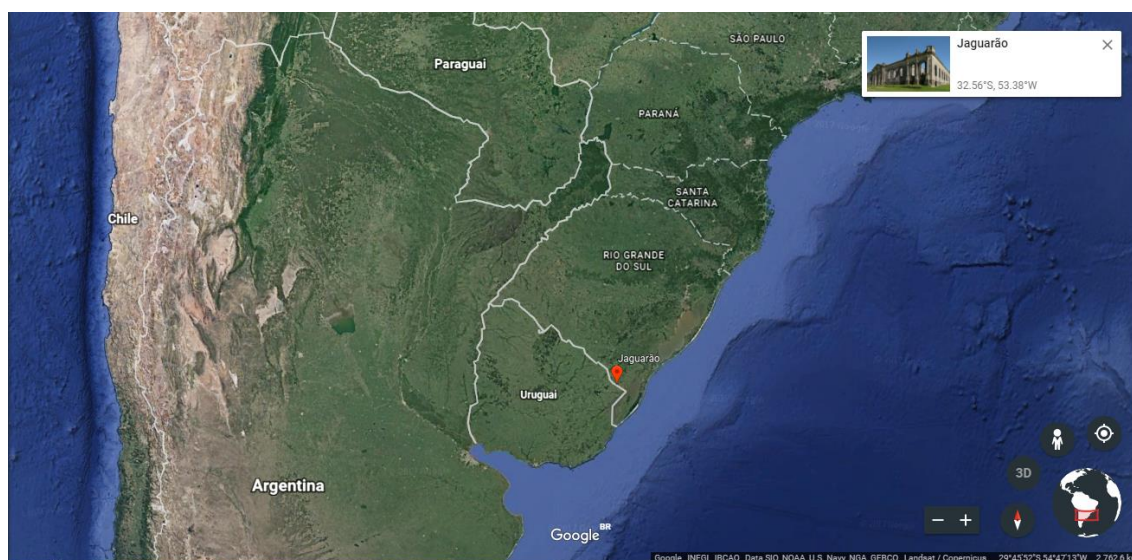
<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1 Apresentação do trabalho: delimitação do objeto e problema de pesquisa.....	8
1.2 Breve debate historiográfico.....	14
1.3 Considerações teóricas.....	19
1.4 Alguns apontamentos sobre as fontes.....	32
<b>II. O PROCESSO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA CHARQUEADA/FRIGORÍFICO SÃO DOMINGOS.....</b>	<b>36</b>
2.1 Breve contextualização histórica da economia charqueadora em Jaguarão.....	37
2.2 A Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda: um empreendimento patronal.....	42
2.3 Charqueada São Pedro, São Domingos e o Frigorífico: mudanças e continuidades.....	47
2.4 Considerações sobre as peculiaridades da charqueada/frigorífico São Domingos.....	58
<b>III. TRABALHADORES DA CARNE: EXPERIÊNCIA, INSEGURANÇA ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA DE CLASSE.....</b>	<b>75</b>
3.1 “Eu não fumava, mas comprava um cigarro pra... [risos] pegar 5 minutos [risos]”: a disputa em torno do tempo.....	76
3.2 <i>Insegurança estrutural</i> : mobilidade; dependência e autonomia; e mercado de trabalho.....	81
3.3 Agora sim, o Frigorífico.....	89
3.4 “Roubos” e “roubadinhas” na charqueada/frigorífico São Domingos: trabalho, <i>cultura da carne</i> e resistência de classe.....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>

# I. INTRODUÇÃO

## 1.1. Apresentação do trabalho: delimitação do objeto e problema de pesquisa

A pesquisa pretende analisar a dinâmica das relações de classe na charqueada/frigorífico São Domingos,<sup>1</sup> localizada na zona rural de Jaguarão<sup>2</sup>. Como a denominação indica, nessa unidade produtiva, onde houve uma sobreposição do que normalmente são considerados dois momentos históricos do processo industrial de processamento de carnes. Um frigorífico foi estabelecido na segunda metade século XX, mas a produção do charque não se extinguiu.

### Jaguarão / fronteira sul do Brasil com o Uruguai



Fonte: Imagem produzida através do Google Earth. Acessado em: 18/07/2017

---

<sup>1</sup> Uma charqueada é um estabelecimento produtivo onde os bois e outros tipos de gado são abatidos para o preparo do charque (carne salgada) e de outras mercadorias derivadas do animal. Decidi nomear como “charqueada/frigorífico” para não transmitir uma ideia de “transição”, pois a charqueada não desapareceu com a instalação do frigorífico, eles coexistem.

<sup>2</sup> Jaguarão é um pequeno município brasileiro, com aproximadamente trinta mil habitantes, localizado na região da campanha, próximo a cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. O município faz parte da chamada “fronteira sul”, região fronteira que faz limite com o Uruguai, sendo *Rio Branco* a cidade do outro lado do rio Jaguarão, que marca a fronteira entre os países.

### Charqueada São Domingos<sup>3</sup>



Fonte: Imagem produzida através do Google Earth. Acessado em: 18/07/2017

Estudaremos as continuidades e transformações deste mundo do trabalho a partir da industrialização da charqueada no que tange as condições de vida destes trabalhadores e as perspectivas e ações destes diante destas mudanças. As transformações ocorridas alteraram as determinações objetivas de classe sobre as vidas dos/as trabalhadores/as ao imporem o aumento da intensidade do trabalho, o controle do tempo e a restrição do acesso à carne.

Analisaremos as situações de classe nesta unidade produtiva, na qual em um primeiro olhar poderíamos vislumbrar um espaço de harmonia entre capital e trabalho, mas quando escrutinado, identificamos uma série de resistências desenvolvidas pelos/as trabalhadores/as, entre as quais se destaca a apropriação da carne. Debateremos algumas dimensões e significados para aqueles que o faziam e a partir de que referenciais eram fundamentadas essas ações.

O recorte temporal adotado, de 1950 até 1980, diz respeito, toma como ponto de partida o ano de fundação da Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda (formada por criadores da região que empreenderão a industrialização da charqueada São Domingos). Já o ano 1980 refere-se ao período em que os trabalhadores entrevistados trabalhavam na unidade produtiva.

---

<sup>3</sup> A charqueada São Domingos está localizada a oito quilômetros de distância da área urbana de Jaguarão, a imagem nos fornece uma dimensão disto.

O município de Jaguarão foi fundado em 1802, estabeleceu-se como um centro charqueador do Rio Grande do Sul,<sup>4</sup> também se dedicou a criação de gado *vacum* para abastecimento das charqueadas de Pelotas. Charqueadores pelotenses chegaram a possuir estâncias em Jaguarão para abastecimento de suas unidades saladeris.<sup>5</sup> Entre 1802 e 1834 funcionaram pelo menos quatro charqueadas às margens do rio Jaguarão, do lado brasileiro, na região homônima.<sup>6</sup> Em 1854 havia 9 charqueadas ativas em concomitância no município.<sup>7</sup> Roberto Martins cita dois estabelecimentos charqueadores proeminentes de Jaguarão que datam de meados do século retrasado, a charqueada do coronel Zeferino Lopes de Moura e a Charqueada União. Esta última foi fundada em 1848 e manteve suas atividades até o início do século XX, com abate médio de 300 reses por dia.<sup>8</sup>

Outra charqueada fundada em 1848, que encerrou suas atividades entre as décadas de 1930 e 1940, é a charqueada São Pedro. A data de fundação desta charqueada é indicada no documentário produzido em 1975 por Walmir dos Santos: *Progresso aqui e agora: a Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda.*<sup>9</sup> Já a data de encerramento é uma estimativa minha calculada a partir das idades e datas colocadas por Juan Dirley Silva Lopes, ex-trabalhador da charqueada São Domingos que entrevistei como parte da pesquisa para elaboração desta dissertação.<sup>10</sup> A charqueada São Pedro foi o estabelecimento “antecessor” da charqueada São

---

<sup>4</sup> Na região da campanha, evidentemente, Pelotas foi a principal referência em termos de charqueadas, não comparo a importância econômica dos dois municípios, porém, Jaguarão ainda sim teve sua importância e era referência para os criadores de Herval, Arroio Grande e os pequenos municípios circundantes.

<sup>5</sup> VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de doutorado. PPGH/UFRJ, 2013, p. 291-292.

<sup>6</sup> GULARTE, Gustavo da Silva. **Fronteira do Jaguarão**: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801 – 1835. Dissertação de mestrado. PPG-História/UFRGS, 2015, p. 75.

<sup>7</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma parda infância: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça. (Aurélio Verícimo Bittencourt / Jaguarão, século XIX). **Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba: UFPR, 2009, p. 06.

<sup>8</sup> MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai**: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica D'Arquitectura, 2001, p. 205.

<sup>9</sup> Walmir dos Santos é um funcionário público aposentado, que por muitos anos foi confrade no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), associado ao Rotary Club e a loja maçônica do município. O audiovisual foi produzido no contexto de um concurso cultural entre os confrades do IHGJ no ano de 1975. O documentário é um compilado de fotografias feitas pelo autor à época ao qual são transpostas com uma narração ao fundo de exaltação do frigorífico enquanto *progresso*. O material não está publicado, faz parte do acervo do autor que gentilmente me cedeu uma cópia em CD. Ele foi uma das pessoas que tive oportunidade de entrevistar para a realização desta pesquisa.

<sup>10</sup> Juan Dirley Silva Lopes é uruguaio, atualmente residente em Rio Branco – Uruguai. Ele trabalhou na charqueada São Domingos nos períodos de safra entre os anos de 1960 e 1967, dos seus 15 aos 22 anos. Seus tios foram carneadores da charqueada São Pedro e atuaram também na São Domingos. Juan aponta

Domingos. Atualmente, no mesmo lugar onde se encontra o “esqueleto” do complexo frigorífico e charqueador São Domingos, também existem ruínas da charqueada São Pedro. A charqueada São Domingos foi fundada no início do século XX e funcionou concomitantemente com a São Pedro.

Em fevereiro de 1950, foi fundada, no salão nobre da prefeitura, a Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda, a partir da associação de criadores de Jaguarão, contando também com a participação de alguns pecuaristas de Arroio Grande e Herval<sup>11</sup>. O intuito desta associação de criadores era a aquisição da charqueada São Domingos e o investimento em tecnologia frigorífica para um melhor aproveitamento dos rebanhos destes municípios. Foi a partir da aquisição da charqueada pela Cooperativa que ocorreram as principais transformações na unidade produtiva, desde a chegada de energia elétrica na região, afastada oito quilômetros da área urbana do município, até a construção de um complexo fabril moderno. Já em agosto de 1950 é finalizado o primeiro “Projeto de Reforma e Aumento da Charqueada São Domingos” e no ano seguinte, em junho de 1951, surge um “Projeto para duas câmaras frias e matança no primeiro andar da charqueada São Domingos”.<sup>12</sup> As câmaras frias só funcionariam na década seguinte, a primeira em 1964 e a segunda em 1968. Ao menos 18 anos se passaram até o frigorífico atingir seu pleno funcionamento.

No contexto da aquisição do empreendimento pela Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda, a charqueada passou por um processo paulatino e gradativo de reorganização produtiva. Este movimento culminou com a transformação de sua atividade principal em frigorífico, sendo que o processo de salgamento da carne prosseguiu de maneira complementar. Porém, a industrialização não trouxe mudanças somente no ambiente de trabalho. Foram mudanças sociais mais profundas, resultantes em transformações na vida dos/as trabalhadores/as. O trabalho tipicamente sazonal de uma charqueada toma contornos mais “estáveis”, no sentido de duração e frequência, a partir do frigorífico, já que a matança pode acontecer durante todo o ano com a possibilidade do resfriamento. A comunidade constituída ao redor da charqueada aumentou exponencialmente de tamanho, foi construída uma vila

---

que seus tios já tinham “mais de 20 anos de casa” quando trabalhava na São Domingos, porém, da charqueada São Pedro restava somente algumas ruínas quando ele mesmo trabalhou na São Domingos.

<sup>11</sup> São dois municípios vizinhos a Jaguarão. Ata de fundação da Cooperativa. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ). Como muitos outros Arquivos e Centros de documentação de menor porte, a organização deste acervo basicamente é a dona Nilza, funcionária muito antiga da instituição.

<sup>12</sup> Trata-se do título de dois projetos arquitetônicos do projetista Maximiliano Cremonese, da Construtora e Cia Ltda. Acervo do IHGJ.

operária com 16 residências para as famílias dos/as trabalhadores/as e o crescimento da circulação de pessoas provenientes da zona urbana todos os dias para trabalhar. Segundo Aldamira Alves Ferreira, “aquilo fervia de gente!”.<sup>13</sup>

Em termos de processo do trabalho as mudanças foram substanciais. Houve um processo de fragmentação, segmentação e padronização do trabalho e dos trabalhadores, desde uniformes e equipamentos até padrões de movimentos para execução das tarefas na linha de produção. O controle do tempo e a disciplina do trabalho característico da indústria, notoriamente agudo nos frigoríficos, torna-se a rotina na vida dos/as trabalhadores/as. Percebemos também, através das entrevistas, a feminização da força de trabalho, um aumento do número de mulheres em diversas seções da indústria frigorífica.

Com a implementação de câmaras frias, há um maior aproveitamento do gado e seus derivados, ou seja, um avanço na mercantilização de todas partes dos animais, por consequência, as modalidades de cessão de carnes para os trabalhadores são suprimidas. Anteriormente a esse processo de apuração da técnica industrial e implantação das câmaras frias, na charqueada propriamente dita, havia alguns costumes relativos à disponibilização de carnes para os trabalhadores como uma forma de atrair esta mão de obra. Foram mapeados nas entrevistas realizadas para esta pesquisa três maneiras de facilitação do acesso à carne: 1. Os trabalhadores tinham direito a comer churrasco de costela quando iniciavam o trabalho nas madrugadas, algo comum no período de safras; 2. Os miúdos do gado eram vendidos a preços inferiores ao praticado no mercado para os trabalhadores da unidade produtiva; 3. Alguns cortes menos nobres do animal eram distribuídos para as famílias mais pobres. Após instalação frigorífica nenhuma carne era dada ou facilitada o acesso, era totalmente comercializado.

Apesar do aumento da matança, houve um encarecimento dos preços das carnes e aumento do controle do tempo e disciplinamento das vidas dos trabalhadores. Nesta pesquisa foram realizadas 14 entrevistas em que foram evidenciados diversos tipos de resistências a essa nova lógica de organização do trabalho e disciplinamento dos/as operários/as, como brincadeiras durante o expediente, algumas justificativas para parar o trabalho, entre outras, a mais destacada é apropriação da carne pelos/as trabalhadores/as. Mas também identificamos

---

<sup>13</sup> Aldamira Alves Ferreira é negra, brasileira, atualmente residente em Jaguarão, foi uma ex-trabalhadora do frigorífico e afilhada de um casal de trabalhadores negros da charqueada. Seu padrinho foi um dos fundadores do Clube Social Negro 24 de agosto. Ela passou sua infância na charqueada e durante vida adulta trabalhou por um período no frigorífico. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2017.



trabalhadores que possuíam favorecimentos em relação a outros, eram familiares de outros em cargos de chefia na hierarquia da empresa, que atuavam como “olhos” dos patrões.

Ao redor da charqueada/frigorífico foi constituída uma comunidade, um “bairro”, com famílias que direta ou indiretamente tinham relação com a unidade produtiva, conhecido como “Charqueadas”. Havia três “vendas”, onde os trabalhadores – homens – se reuniam para passar o tempo, conversar, jogar e beber. Foi organizado um time de futebol, que disputava a liga varzeana do município, o “São Domingos”. As famílias possuíam um baile auto-organizado, em suas próprias casas aos finais de semana, com música ao vivo, para socialização e lazer. “Carreiras” (corridas) de cavalo também eram uma prática cultural dos trabalhadores. No período estudado não foi constatada nenhuma luta coletiva e aberta contra os interesses da Cooperativa, porém, houve uma rica vida cultural, de socialização, lazer, solidariedades e resistências, uma subterrânea e invisível luta de classes.

### Comunidade das Charqueadas



**Fonte: Imagem produzida através do Google Earth. Acessado em: 18/07/2017**

Diante do exposto acima, surge uma pergunta central: mesmo sem institucionalização, podemos falar de formação de classe na experiência coletiva destes/as trabalhadores/as? Outras questões aparecem como necessárias a serem respondidas através da análise das entrevistas: qual o impacto e alcance destas mudanças na vida dos/as trabalhadores/as e como eles/as avaliaram e atuaram diante destas transformações? No processo de modernização, quais foram as alterações nas vidas das famílias, da comunidade da Charqueada? Em que nível ocorreram essas mudanças? Em quais aspectos de suas vidas houve melhorias e quais dimensões foram precarizadas? Eles/as identificavam como exploração o novo regime de trabalho? Se

identificavam, havia práticas coordenadas de enfrentamento ou amortização desta exploração? Quais as experiências comuns e vínculos de solidariedades destes/as poderiam criar identidades de interesses comuns antagônicos aos da Cooperativa? Qual a interpretação destes/as trabalhadores/as em relação às suas próprias práticas de resistências?

## 1.2. Breve debate historiográfico

As charqueadas escravistas no Rio Grande do Sul foram objetos de pesquisa privilegiados no pensamento social brasileiro e gaúcho, sendo alvo de muitos estudos, escritos por memorialistas, sociólogos, economistas, arquitetos e historiadores. Porém, as charqueadas no período posterior a abolição da escravidão foram pouco visitadas pela historiografia em comparação ao número de pesquisas sobre as charqueadas escravistas. Destaco dois importantes textos que debatem charqueadas no pós-abolição. O primeiro é *República Velha Gaúcha*, de Sandra Pesavento, livro publicado em 1980, com base em sua dissertação de mestrado concluída em 1978<sup>14</sup>. Este livro, um clássico da historiografia gaúcha, analisa a reorganização da indústria da carne neste período e os projetos em disputa de criadores, charqueadores e capital estrangeiro na instalação de frigoríficos, além da sua relação com o Estado. A segunda obra que destaco é a dissertação de mestrado de Márcia Volkmer, *Onde começa ou termina o território pátrio*, defendida em 2007, na UNISINOS, sob orientação de Flávio Heinz.<sup>15</sup> Neste texto, a autora estuda a inserção e das estratégias de empresários uruguaios no Rio Grande do Sul pela indústria saladeiril, suas relações na fronteira oeste, o protagonismo na renovação da estrutura da organização produtiva charqueadora e a formação destes enquanto grupo de interesse na política rio-grandense. Porém, ambas as obras não avançam para além de 1930. Uma leitura pouco cuidadosa da historiografia poderia dar a entender que após esta década as charqueadas teriam deixado de existir. Há uma relativa lacuna historiográfica no tocante ao período posterior à Primeira República. A própria charqueada/frigorífico São Domingos ainda não foi alvo de pesquisas.

Uma das primeiras obras de “fôlego” que tratou do mundo do trabalho nas charqueadas gaúchas foi a tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso (FHC), defendida em 1962: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata no Rio*

---

<sup>14</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha – charqueadas, frigoríficos e criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980.

<sup>15</sup> VOLKMER, Márcia Solange. “**Onde começa ou termina o território pátrio**”. Os estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). Dissertação (mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2007.



*Grande do Sul*. Este texto traz importante contribuição para desfazer o mito da *democracia racial* no Rio Grande Sul. Ao mesmo tempo em que rebatia, por um lado, a noção de paternalismo, desenvolvida em *Casa grande e Senzala*, de Gilberto Freyre<sup>16</sup>, combatia, por outro, algumas teses dominantes da esquerda que entendiam a escravidão como uma forma de feudalismo. O autor ressalta a violência a que eram submetidos os trabalhadores negros escravizados nas indústrias saladeiris, que na visão do viajante europeu Nicolau Dreys, eram “verdadeiras penitenciárias”<sup>17</sup>. Cardoso chega a afirmar que na prisão haveria uma expectativa contínua de liberdade, já na charqueada, o escravo “não encontrava no cumprimento das normas impostas a esperança de liberdade.”<sup>18</sup> Sendo assim, a violência seria única forma possível de controle social do trabalho escravo nas charqueadas, constituindo a forma típica de dominação senhorial no Rio Grande do Sul.

O trabalho de FHC tem sua importância histórica, porém, do ponto de vista historiográfico é datado em diversas dimensões de sua argumentação. O autor acriticamente reproduziu diversas visões preconceituosas de viajantes europeus, como demonstrou Sidney Chalhoub no primeiro capítulo de *Visões da Liberdade*.<sup>19</sup> A comparação de uma charqueada com uma penitenciária, por exemplo, está longe de ter sido realidade. Caiuá Al-Alan rebateu essa tese, baseada nos relatos de Dreys. Através da análise de processos criminais, Al-Alan demonstrou a mobilidade espacial dos grupos populares que circulavam nas cidades e na zona rural, inclusive os trabalhadores negros escravizados que atuavam nas charqueadas.<sup>20</sup>

Jonas Vargas, também através da análise de processos crimes, contribuiu significativamente para a compreensão das perspectivas dos trabalhadores escravizados. Em dois capítulos de sua tese de doutoramento – *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre*

---

<sup>16</sup> No Rio Grande do Sul, outros autores estruturaram o mito da democracia racial, a partir de outros marcos, como Jorge Sales Goulart (e outros autores sul-rio-grandenses, como Oliveira Vianna e Alfredo Varela). Estes possuíam diferenças com Gilberto Freyre. Enquanto Goulart defende a democracia racial a partir de uma argumentação predominantemente embebida no racismo científico e no *darwinismo social*, Freyre defende uma visão mais culturalista do processo. Porém, há de se relativizar essa questão, pois seguidamente o autor pernambucano, neste texto, flertou com perspectivas biologizantes para explicar o “lugar escravo” das/os negras/os. Mesmo Goulart, trabalhou com ideias de determinismo geográfico e climático, juntamente com aspectos culturais. Grosso modo, a diferença dos autores é articulação dessas ideias dando ênfase a um ou outro elemento em momentos diferentes.

<sup>17</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. O negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 171.

<sup>18</sup> CARDOSO, Ibidem, p. 173.

<sup>19</sup> CHALHOUB, Sidney. Negócios da escravidão. In: **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>20</sup> AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa**: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Dissertação (mestrado em história) – UNISINOS, São Leopoldo: 2007.

*elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)* – ele discute diversas questões que complexificaram este mundo do trabalho de senhores, escravos e violência. É evidenciado o trabalho assalariado de brancos a partir da introdução de caldeiras a vapor nas graxeiras importadas e os conflitos de senhores que não pagavam correntemente e dispunham de um mal tratamento a estes. O autor analisa também as estratégias de carneadores escravizados para compra de alforrias, que em dada conjuntura de diminuição de disponibilidade de mão-de-obra, devido a lei Eusebio de Queiroz, recebiam bonificações pela produtividade. Destaca ainda as tensões decorrentes pela demanda de aumento de ritmo de trabalho e produtividade, que resultaram em assassinatos e acidentes de trabalhos. A circulação dos escravizados por outros ambientes e suas relações, inclusive “amorosas” com cativos/as e forros/as também são temas abordados por Vargas.<sup>21</sup>

Focando o debate no século XX, período que mais interessa a esta pesquisa, podemos supor que as charqueadas neste recorte temporal não tenham sido alvo de tantas pesquisas pelos historiadores devido à diminuição em importância do charque para economia sulina neste período. O charque manteve-se como principal produto da economia rio-grandense até a última década do século XIX, quando começa demonstrar de maneira atenuada sua incapacidade de reprodução e expansão nas exportações, no contexto em que se consolidará a ascensão de outros produtos das regiões da Serra e do Planalto na balança comercial gaúcha. Dessa forma, segundo Fonseca, sua baixa competitividade não configurará uma decadência, propriamente dita, mas uma falta de dinamismo concomitante ao aumento de importância de outros produtos na balança comercial da província.<sup>22</sup> Neste sentido, tenho por hipótese que este objeto de estudo, durante o século XX, tenha sido relegado a uma importância secundária para a historiografia. Porém, as charqueadas continuaram a existir no século XX. Na unidade produtiva estudada, a Charqueada São Domingos, o charque se manteve o principal produto até a segunda metade dos anos 1960.<sup>23</sup>

Além disso, conforme destaca Pesavento, a segunda década do século XX, no contexto da primeira guerra mundial se caracterizou pela expansão e valorização de um mercado de bens de primeira necessidade na Europa, em especial os advindos da pecuária. Essas demandas não

---

<sup>21</sup> VARGAS, 2013, p. 192-283.

<sup>22</sup> FONSECA, Pedro César Dutra. Estagnação econômica da Campanha e a ascensão da Serra e do Planalto. In: **RS: economia e conflitos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

<sup>23</sup> Após 1968 com a implementação da segunda câmara fria, maior que a primeira, a carne congelada supera a produção do charque.

poderiam ser satisfeitas localmente devido ao esforço de transformar a indústria de paz em indústria de guerra. Isso resultou em um movimento dos Capitais para a industrialização da carne visando aproveitar as novas possibilidades de lucro.<sup>24</sup> Neste mesmo contexto, há uma profunda crise do charque, que tinha o norte do Brasil como principal mercado. As causas incluem impasses políticos, econômicos e sociais, tais como conflitos entre criadores e charqueadores; conflitos entre charqueadores e o governo gaúcho; altos custos de produção e transporte; até mesmo o protecionismo do governo central em relação a preços de alimentos como consequência da conjuntura de lutas operárias do início do século passado.

No debate público, diante da crise das charqueadas concomitante à valorização dos produtos da pecuária, tomou força a demanda de implantação de um frigorífico nacional no Rio Grande do Sul.<sup>25</sup> Porém, a implementação de frigoríficos no Rio Grande Sul aconteceu, sobretudo, pela ação do capital inglês e estadunidense que se instalou no estado, o que frustrou a concorrência do humilde/precário frigorífico nacional, sem condições de concorrer com os *trusts*.<sup>26</sup>

Houve um ganho de importância dos frigoríficos, que aparecem neste debate como símbolo de *progresso*, da tão esperada “transição” capitalista na região da campanha, até então uma região de “coronéis” que se opunham aos republicanos, dominantes nos centros urbanos “mais dinâmicos”. Isso provavelmente contribuiu para o obscurecimento das charqueadas na historiografia, já que eram vistas como atrasadas ou como empreendimentos de proprietários desprovidos de racionalidade capitalista, uma generalização que não se sustenta. Analisando os debates do período, Volkmer demonstra que os próprios setores mais dinâmicos da economia não eram guiados totalmente por racionalidade para obtenção do máximo benefício, e nem os charqueadores significavam o atraso, desprovidos de racionalidade capitalista. Tratavam-se, em ambos os casos, de “empresários de carne e osso”, indivíduos de “racionalidade seletiva e limitada” capaz de desenvolver estratégias em seus contextos.<sup>27</sup> A própria Sanda Pesavento também mostra como o Partido Republicano Rio-grandense era integrado também por criadores e charqueadores, tornando simplista essa polarização tradicional na historiografia gaúcha que

---

<sup>24</sup> PESAVENTO, Op. Cit., p. 79.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 96-124.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 126.

<sup>27</sup> Ver: VOLKMER, Op. Cit., p. 18-45.

contrapões a campanha atrasada de coronéis à Serra e ao Planalto de imigrantes mais dinâmicos na economia e com posições políticas mais progressistas.<sup>28</sup>

Um outro trabalho, com menor expressão na historiografia rio-grandense, porém com um alcance descritivo importante, é o livro de Alvarino Fontoura Marques, *Evolução das charqueadas*.<sup>29</sup> Este texto apesar de não ser tão criterioso analiticamente, além de não indicar fontes para algumas afirmações, possui grande mérito nas reconstituições de processos da produção e organização do trabalho nas charqueadas. O autor faz a distinção entre modelos de charqueadas, o que será importante para a pensarmos a charqueada São Domingos e seu processo de industrialização. Marques classifica as charqueadas em “primitivas” e “modernas”. As modernas seriam caracterizadas pelo trabalho em série, pelo respeito a legislação sanitária, o uso de tecnologias como trilhos, vapor, melhor aproveitamento dos derivados do animal e possuir estruturas como eletricidade e água encanada. Já as “primitivas” teriam tecnologias bastante rudimentares e pouca organização do trabalho.<sup>30</sup> Evidentemente, há limites nesses modelos, que flerta com a lógica de “tipos ideais” weberianos, porém, através deles conseguimos organizar melhor mentalmente o objeto de estudo e visualizar com maior nitidez as transformações.

Tenho como hipótese que a charqueada São Domingos era uma charqueada rudimentar, estagnada tecnologicamente, com características mais próximas de uma unidade produtiva “primitiva” do século XIX, do que uma charqueada moderna do século XX. Foi somente a partir da aquisição pela Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda, no ano de 1950, que se caminhou em direção às transformações profundas na unidade produtiva e no entorno da charqueada, na vida dos/as trabalhadores/as e seus familiares. Iluminar aspectos do cotidiano destas pessoas – dentro e fora do espaço de trabalho – é importante para termos um olhar mais criterioso sobre o processo de modernização, apuração técnica, aprofundamento da lógica mercantil nas charqueadas e a maior industrialização das carnes e derivados a partir do frigorífico após os anos de 1960. Esta compreensão tem sua relevância para não recairmos na tentativa recorrente da historiografia rio-grandense, de relacionar charqueadas com o período novecentista e os frigoríficos com a modernização capitalista do século XX. Essa dicotomia implicaria ignorar

---

<sup>28</sup> Ver: PESAVENTO, Op. Cit., p. 52-78.

<sup>29</sup> MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1987.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 39-65.

as lógicas capitalistas de produção das charqueadas durante o século XX, desconsiderando a gradatividade espacial, rítmica e temporal dos processos históricos.

### 1.3. Considerações teóricas

“O homem não está fadado a ser carneiro”, essa frase foi escrita pelo psicanalista marxista Erich Fromm em *A revolução da esperança*.<sup>31</sup> Nessa obra, escrita em 1968, o autor, preocupado com o futuro da humanidade, no contexto armamentista da guerra fria, debate as consequências para a existência humana do que ele chamou de *sociedade tecnológica*. Ele a classificou como uma sociedade de desumanização, desde o mundo do trabalho mecanizado que substitui parte da força de trabalho humana, até os computadores, ao qual Fromm identificou (e problematizou) uma tendência de substituição do pensamento humano, de tomadas de decisões dos seres humanos. Fromm, já naquele momento, faz uma crítica contundente às formas predatórias, mercantis e desumanizadoras da relação humana com as tecnologias, uma defesa, quase um manifesto de esperança, de outra forma de se usar as tecnologias, das possibilidades de desenvolvimento do ser genérico, da *natureza do homem*.<sup>32</sup>

O contexto em que Fromm faz essa afirmação supracitada nos remete a um momento em que ele debate a “necessidade humana de sistemas de orientação e devoção”. Trata-se da necessidade de seguir líderes, seja na forma de orientação, no caso dos líderes laicos, ou de devoção, no caso dos líderes que obtêm sua legitimidade a partir do sobrenatural.<sup>33</sup> Fromm busca as raízes da dominância-submissão entre os animais, mas destaca que, ao contrário deles *o homem não está fadado a ser carneiro*. Seres humanos não são gados a ser tocado em grupo para o abate, para serem carneados e servirem a interesses alheios aos seus. Não estão fadados porque as relações sociais são construídas ao longo da história e também são transformadas pela ação humana no tempo, pela sua *agência*.

---

<sup>31</sup> FROMM, Erich. **A revolução da Esperança**. São Paulo, SP: Círculo do livro, 1977, p. 81.

<sup>32</sup> Natureza humana para Fromm não era entendida como algo “mecânico”, ou a-histórico, essa era a crítica que fazia a visão de Freud, ao contrário, compreendia a partir de Marx, como um determinado potencial, uma série de condições, o humano genérico, as possibilidades humanas no momento histórico, mediadas pelo processo de trabalho. Deste entendimento Fromm desenvolverá o conceito de alienação como uma patologia psicossocial. Ver: FROMM, Erich. **Meu encontro com Marx e Freud**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar editores, 1979, p. 30-35.

<sup>33</sup> Apesar de poder observarmos este fenômeno em diversos momentos da história humana, e vivermos tempos de youtubers, neopentecostalismo e lideranças de extrema direita capitaneando politicamente grandes massas, enquanto historiador (leigo no campo psicanalítico), me reservo a olhar com restrições essa fórmula.

Por outro lado, as relações de dominação estão presentes e moldam as sociedades humanas de maneira ativa. Os dominados de certa maneira “contribuem” para a reprodução desta dominação. Não se trata de corresponsabilidade entre sujeitos dominantes e dominados, já que existem relações de forças assimétricas entre sujeitos desiguais, tanto em termos materiais, quanto simbólicos de poder. Os próprios instrumentos do poder podem produzir adesão à ordem pela naturalização ou legitimação das relações desiguais de poder, ou então pela acomodação, até mesmo conformidade, por não se visualizar perspectivas alternativas de superação do poder dominante. Essas relações acabam por serem automatizadas e adquirem aparência incontroversa, ou seja, não se identificam versões emancipatórias alternativas para aderir. Evidentemente, encontramos em diversos momentos da história revoltas, rebeliões, lutas de diversos grupos sociais, várias formas de confronto direto entre dominantes e dominados que ameaçaram a ordem dominante. Seus efeitos podem mudar as regras do jogo e impor efeitos duradouros e prolongados na própria dominação. Porém, é necessário termos em perspectiva que esses episódios são mais residuais do que predominantes na dinâmica histórica.

Uma das vertentes que encararam de maneira crítica a questão da dominação e os problemas que surgem a partir da naturalização das relações sociais assimétricas, compreendidas a partir do conflito e não só da complementariedade (como a tradição funcionalista e a positivista) é a tradição marxista. O marxismo lançou luz sobre essa questão a fim de apreender o que produz sujeitos que se subordinam a outros sujeitos. Colocando de outra maneira, já que o poder exercido na dominação é de uma minoria (em termos quantitativos), por que as maiorias se submetem? Além da resposta mais evidente, que estão nos instrumentos de coerção que vão da violência até diversos tipos de sanções, uma das respostas elaboradas é força das ideias.

Em A ideologia Alemã, Marx denunciou a continuidade do discurso ideológico de que os novos hegelianos acusavam Hegel. Nesse texto, consegui identificar ao menos dois sentidos para *ideologia*. Uma das formulações que ele faz do conceito é um tipo de inversão da realidade, ideias desprovidas de substância real que operam no plano do ideal para fins políticos de dominação de classe, como a ideia de igualdade formal no Estado de Direito que ludibria a desigualdade real (crítica que Marx desenvolveu na “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel). Seria a expressão *ideal* das formas sociais, uma produção de ideias com força de legitimar os interesses de minorias (quantitativas) dominantes ao invés dos interesses das maiorias. É uma contraposição da ideia de *real*, consequência da própria realidade material, não

a realidade econômica stricto-sensu, mas como acontece nas relações de produção existentes na sociedade, ou seja, a condição de dominação dos de baixo.

Outra formulação surge numa famosa citação de Marx:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. **As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes**, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, **são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.**<sup>34</sup> [grifo em itálico é do texto original, já o negrito foi feito por mim]

Seria a forma de uma classe “apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, [...] dar às suas ideias a forma da universalidade, apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas.”<sup>35</sup> Essa forma de apresentar a ideologia, como conjunto de ideias particulares com pretensões totalizantes, de dominação, de poder, segundo Raymond Williams, é uma das três formas que aparece a ideia de *superestrutura* na obra de Marx, é “toda a ‘ideologia’ da classe, sua ‘forma de consciência’, seus modos constitutivos de ver-se a si próprio no mundo.”<sup>36</sup>

Essas formulações são abertas, não foram elaboradas como um sistema fechado, mas como pistas para pensarmos a dominação na obra de Marx, que foram alvo de diferentes interpretações. Por um lado, a partir destas pistas, podemos pensar a *ideologia* como um sistema de ideias dominantes que adentram na consciência social dos indivíduos que reproduzem essas relações de dominação – que podem muitas vezes ignorar como essas ideias chegam aos sujeitos reais e em que nível essa operação realmente se completa (ou não). Porém, isso só é possível através da investigação histórica. Alguns pensadores marxistas que trataram a questão

---

<sup>34</sup> MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007, p. 47.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>36</sup> As outras duas formas que apareceria a metáfora (não o conceito) da *superestrutura* seriam as “formas jurídicas e políticas que expressam relações de produção reais e existentes” e “um processo no qual, em relação a toda uma gama de atividades, os homens se tornam conscientes de um conflito econômico fundamental e o tentam solucionar.” Por sua vez, encaminhariam a atenção para “a) instituições; b) formas de consciência; c) práticas políticas e culturais.” WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 80-81.

ideológica como um sistema fechado, como o filósofo francês Althusser, ignoraram, uma questão central destacada por Williams:

“a força crítica original de Marx se voltava principalmente contra a *separação* das áreas de pensamento e atividade (como na separação entre a consciência e a produção material) e contra o esvaziamento correlato do conteúdo específico – atividades humanas reais – pela imposição de categorias abstratas.”<sup>37</sup>

Quando generalizada e levada às últimas consequências a formulação de que as “ideias dominantes são as ideias da classe dominante” há uma perda de sentido da existência do *real*, pois haveria na realidade, inclusive material, ou na leitura da realidade pelos sujeitos, uma intoxicação ideológica, o predomínio da *ideologia* (forma idealista) sobre a realidade concreta. Segundo E. P. Thompson, para Althusser a desintoxicação do *real* da *ideologia* para se chegar ao conhecimento da *verdade* teria que passar pela prática científica – teórica, na verdade. Trata-se de um sistema filosófico idealista composto por três etapas hierarquizadas para sair do sistema de ilusões ideológicas vividos pelos seres humanos: “Generalidades I”, composta pelo real – os fatos, as evidências, todo o vivido, as estruturas estatais, etc. – se apresentaria intoxicado pela *ideologia*, teria de ser “purificado” pela “Generalidades II”, a prática teórico-científica, e por último, chegarmos à “Generalidades III”, a verdade.<sup>38</sup> A partir desta perspectiva é possível explicar porque os sujeitos dominados se submetem aos dominantes, porém, não explicaria criteriosamente a infinidade de atividades humanas que contrariam e/ou contestam esses sistema de ilusões. Esse sistema filosófico foi duramente criticado por Thompson, principalmente, pela ausência da *experiência*, debate que retornaremos mais adiante.

Ao contrário da exegese mecânica e a-histórica do texto “sacrossanto” de Marx e a formulação a partir da metáfora da *superestrutura ideológica* que age de maneira determinista nas vidas das pessoas, a elaboração de Marx de “ideias dominantes são ideias da classe dominante” foi apropriada de maneira crítica por Thompson. A metáfora da “base-superestrutura” apropriada pelo marxismo em suas vertentes economicistas e stalinista foi subvertido por Thompson que resgata o potencial crítico do materialismo histórico, a dialética:

[...] reflexiones de tipo cultural y moral, a los modos en que el ser humano está imbricado em relaciones especiales, determinadas, de producción, el modo en que estas experiencias materiales se moldean en formas culturales la manera em que ciertos sistemas de valores son consonantes con ciertos modos

---

<sup>37</sup> Ibidem, p. 82,

<sup>38</sup> Esse esquema “Generalidades I, II, III” é nitidamente uma crítica irônica de Thompson, em que esquematicamente critica Althusser pelo seu esquematismo. THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 18-22.



de producción y ciertos modos de producción son inconcebibles sin sistemas de valores consonantes. Uno no depende del otro. No existe una ideología moral perteneciente a una ‘superestructura’; lo que hay son dos cosas que constituyen las dos caras de la misma moneda.<sup>39</sup> [destaque do autor]

Nesta formulação, Thompson compreende as ideias dominantes de forma dialética com as próprias relações sociais de produção, não as separa, mas a entende como parte de uma mesma totalidade. Esse potencial crítico é importante para entender como atuam as determinações nas vidas dos sujeitos, dando uma pista importante para entender relações de dominação (e de resistência). Thompson expôs essa síntese ao se referir ao “silêncio” de Marx e do marxismo em relação aos sistemas de valores, uma preocupação latente em sua obra – os valores, a cultura, o direito e moral.

Outro entendimento também dinâmico, compreensão semelhante da exposição supracitada de Thompson, que entende a força das ideias em contexto da totalidade material e vivência dos sujeitos é o de Gramsci. O revolucionário sardo – que elaborou seus principais textos, por vezes de maneira desorganizada, diante da situação adversa de ter sido mantido grande parte de sua maturidade no cárcere, até pouquíssimo tempo antes de sua morte –, chama a atenção, no desenvolvimento da sua teoria do “Estado ampliado”, para a necessidade de direção moral, dos sistemas de valores da sociedade, por parte da classe dirigente. Ele percebe que na arte da política, como na arte da guerra, a guerra de movimentos se torna uma guerra de posições e o Estado que ganha a guerra é aquele que melhor se prepara nos tempos de paz. Assim, na política, nos “tempos de paz” da luta de classes, a vitória será garantida nas posições ganhas no seio da sociedade civil, é nela que se constroem as fortificações para a direção e reprodução da dominação de classe. Desta forma, a sociedade civil também é uma extensão da sociedade política, o que Gramsci chamou dos aparelhos privados de hegemonia (as fortificações para a reprodução da dominação), onde a ordem é reproduzida:

[...] son el dominio de la sociedade civil que opera sin “sanciones” y sin “obligaciones” taxativas, pero que no por ello deja de ejercer una presión colectiva y obtiene resultados objetivos de elaboración en las costumbres, en los modos de pensar y de actuar, en la moral, etcétera. (p. 21-22)<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciência de classe**: estudios sobre la crisis de la sociedade pré-industrial. Barcelona: Crítica, 1979, p. 315.

<sup>40</sup> GRAMSCI, Antonio. Cuaderno 13 (XXX) 1932-1934. Notas breves sobre la política de Maquiavelo. In: **Cuadernos de la cárcel**, tomo V. Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana. México: Ediciones Era, 1986, p. 21-22.

O conceito de *hegemonia* de Gramsci extrapola a explicação da dominação por ideologia, mas insere, além da coerção (que sempre esteve presente no debate), um caráter ativo de produção de consentimento que sai dos planos de dominação de ideias, mas que passa fazer sentido na vida dos sujeitos subalternos através de práticas vividas. Uma das vantagens do conceito de *hegemonia* sobre o de *ideologia*, para Raymond Williams, é que “suas formas de domínio e subordinação correspondem muito mais de perto aos processos normais da organização social e controle nas sociedades desenvolvidas do que as projeções familiares da idéia de uma classe dominante [...]”.<sup>41</sup> A partir destes processos vividos que criam significados para ideias dominantes é possível a *internalização* e reprodução do poder dominante e garantir a direção da sociedade para uma classe. Mais do que isso, essas práticas possuem um caráter ativo de produção de consentimento, ou seja, ela também gesta subjetividades nos sujeitos dominados.

Por outro lado, é necessário tentar compreender até que ponto o caráter ativo da produção de consentimento é completado nas subjetividades dos sujeitos, dito de outra maneira, como as ideias dominantes acontecem nas *experiências* reais de homens e mulheres, não como abstração, mas sujeitos que vivem e sentem as dominações e pensam e elaboram sobre elas. Identificar como é percebido aquilo que é vivido e quais tipos de estratégias podem ser elaboradas a partir de processos de racionalização de suas vivências. Em Gramsci já podemos identificar um caminho para pensar essa questão, pois ele não ignora o vivido e o *bom senso* das pessoas comuns, que ele define como a “atitude de desprezo pelas obscuridades e artificiosidades de certas exposições científicas e filosóficas,”<sup>42</sup> em contraposição ao *senso comum*, que teria um caráter de reprodução social, um mecanismo de adequação a uma realidade adversa, tornando-a *natural* e *justificada*. Para o autor sardo o desenvolvimento do *bom senso* entra em conflito com o *senso comum*.

Porém, me parece que onde podemos encontrar uma elaboração mais apurada para essa empreitada é a partir do conceito de *experiência*, nos termos em que é formulada pelo historiador inglês E. P. Thompson, no qual seria uma “chave para superar a contradição entre *determinação* e *agência humana* no interior da historiografia marxista”.<sup>43</sup> Entender, por um

---

<sup>41</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. cit., p. 113.

<sup>42</sup> GRAMSCI, Antonio. Caderno 11 (1932-1933). Introdução ao estudo da filosofia. In: **Cadernos do cárcere**, vol. I. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 118.

<sup>43</sup> FORTES, Alexandre; NEGRO Antonio Luigi, FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: SILVA, Sergio; NEGRO, Antonio Luigi (org.). **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 43.

lado, os processos de *determinação*, enquanto fronteira, limites que exercem pressões sobre os sujeitos na sua prática social, mas, que, por outro lado, não imobilizam, encabrestam os homens e mulheres reais (não como abstração, insisto). Retornaremos a esse debate.

Outro autor importante para pensarmos as relações de dominação e resistência, que possui diferenças com a tradição marxista, é James Scott. Seus estudos criticaram Marx e o marxismo principalmente por certo silêncio, que ele caracterizou como “posição centrada no Estado”, em que uma “pequena e fútil rebelião se destaca tanto mais, quanto maior for o seu impacto sobre as relações de classe, enquanto os atos não anunciados de fuga, roubos, que podem ter um impacto muito maior são raramente noticiados.”<sup>44</sup> Ele segue seu argumento chamando a atenção que

As pequenas rebeliões podem ter uma importância simbólica por sua violência e pelos seus objetivos revolucionários, mas, para a maioria das classes historicamente subordinadas, tais episódios raros foram mais momentâneos do que as silenciosas guerrilhas que têm lugar no cotidiano de várias populações.<sup>45</sup>

Scott explora em seus trabalhos o que ele chama de “formas de resistência cotidiana”, essa guerrilha silenciosa consegue minimamente romper com a ideia de pessoas que estão imersas em teias de significados alheios aos seus próprios interesses.

Quando este autor trata das resistências, não está se referindo as ações que rompem ou ameaçam diretamente a dominação. Em sua pesquisa sobre camponeses pobres da Malásia conseguiu identificar “o “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza”<sup>46</sup>. Apesar destas de não serem “resistências coletivas e abertas” são muitas vezes coordenadas, colocam limites a esta dominação e revelam uma subversão as regras constituídas, inclusive das próprias hierarquias sociais. Também questionam frontalmente as perspectivas que compreendem a internalização das ideologias dominantes, inclusive a noção de hegemonia e produção de consentimento. Ou seja, as relações de poder são necessariamente relações de resistência.

---

<sup>44</sup> SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002, p. 11.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 12.

Scott explica a persistência de uma forma de dominação, apesar do “fracasso” da incorporação ideológica nos dominados por questões como

[...] los grupos subordinados pueden estar divididos geográfica y culturalmente; pueden considerar que resistir abiertamente es una temeridad absurda ante la severidad de una posible represalia; su lucha cotidiana de subsistencia y el estado de vigilancia que conlleva esa lucha cancela cualquier posibilidad de oposición directa, o puede estar desengañados de anteriores fracasos.<sup>47</sup>

Ou seja, a coerção torna-se o principal “argumento” da dominação, ainda que não explícito, o consentimento seria operação não realizada totalmente. Ele ainda nos provoca que a “atração” dos sociólogos e historiadores pelas teorias da hegemonia e da incorporação ideológica se deveria, sobretudo, porque “la dominación, como lo hemos visto, produce un discurso oficial que ofrece pruebas convincentes de complicidad voluntaria, incluso entusiasta.”

O antropólogo e cientista político estadunidense em *Los dominados y el arte de la resistencia* apresenta a ideia de que há dois tipos de discursos, caracterizados por “transcrição pública” e “discurso oculto”. A transcrição pública seria o encontro entre dominantes e dominados, podemos pensar as formas de se apresentar tanto daqueles que possuem “condições” de fazer o enfrentamento coletivo e aberto, quanto a “maneira respeitável”, quanto do encontro com aqueles que não possuem o “privilégio” de expor o antagonismo, uma dramaturgia das duas partes, onde é encenada uma suposta unanimidade. O segundo discurso, o oculto, só é demonstrado quando há a possibilidade, na ausência de vigilância. Mais do que isso, é no contexto do oculto que emerge subculturas dissidentes, o terreno do exercício de uma infrapolítica, um discreto e invisível conflito político. Para Scott, as lutas políticas capazes de desafiar as formas de dominação aconteceram, e acontecerão, quando capazes de mobilizar e “reflejar el estado de ánimo general, lo más probable es que su fuerza venga de que condensa algunos de los sentimientos más profundos del discurso oculto.”<sup>48</sup> As resistências cotidianas, nesses termos, são aquelas que não ameaçam diretamente a transcrição pública, o que por um lado, deixa evidente a “fraqueza” dos dominados, são as “armas dos fracos”, mas também demonstram a incompletude da *internalização* na ideologia ou do consentimento.

Karl Monsma, em um balanço bastante crítico da obra de Scott, chama a atenção para o seu excessivo entusiasmo em relação às resistências cotidianas com foco em “situações de

---

<sup>47</sup> SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 1990, p. 112.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 266.

dominação nítida e acentuada” e não deu a devida atenção às limitações das suas generalizações em relação as situações de *dominação indireta*, como mercados, procedimentos burocráticos e os contextos de *dominação complexa*, no qual há várias formas de dominação simultâneas. Aponta que há um direcionamento na etnografia de Scott que pouco diz sobre conflitos internos nos grupos subalternos estudados. Além disso, atribui ao modelo de Scott certo exagero no grau de compreensão do discurso transcrito para a manipulação das relações com os poderosos para conseguirem pequenos ganhos, principalmente, na interpretação do “elemento planejado e estratégico da interação”, como se os sujeitos estivessem a todo o momento planejando as estratégias para lidar com as situações. Como consequência desse modelo com foco nas resistências, Scott não se preocuparia com os resultados contraditórios, com o quanto que essas formas cotidianas de resistências de poucos ganhos fortalecem aspectos da estrutura de dominação, pois, quando manipuladas, as relações de dominação também estão sendo reproduzidas. Monsma não diminui a importância das resistências cotidianas, porém, destaca algumas limitações da abordagem e propõe uma “teoria mais sofisticada da ação para estudar a resistência cotidiana e as suas consequências em situações de dominação complexas e indiretas.”<sup>49</sup>

Apesar da crítica de Monsma ao trabalho de Scott, com a qual tenho concordância parcial, é importante chamar a atenção que não são as estratégias de resistência, ou os ganhos residuais dos de baixo que fortalecem as relações de dominação, mas a própria desigualdade de poder. Quero dizer com isso que se as possíveis concessões fortalecem uma estrutura de dominação quando os sujeitos subalternos usam as “armas” que tem nas mãos – que sim, podem ser “fracas” –, a alternativa seria um possível confronto, e as consequências poderiam ser drásticas para os de baixo sem garantias de esgarçamento da dominação. Em última instância, há um garantidor das relações de dominação, algo que não é relegado tanto em Gramsci, quanto em Scott: a repressão, as “armas dos fortes”. Dizer isso não é negar que ao cumprir um transcrito público há um reforço da dominação e, evidentemente, não é uma apologia às condições que reproduzem a desigualdade, mas é buscar também o olhar daquele que se submete, ao invés de reproduzir somente um olhar panorâmico exógeno.

Outra questão bastante problemática é entender toda relação de dominação como relação de resistência. É possível que em algum grau isso seja verdade, mas como quantificar isto? O

---

<sup>49</sup> MONSMA, Karl. James C Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 49, 2000.

quanto há de conformismo, de resignação e de resistência nas subjetividades dos sujeitos e no próprio discurso oculto?

No segundo capítulo desta dissertação, abordo a apropriação da carne por trabalhadores de uma charqueada/frigorífico como uma forma resistência cotidiana. No discurso de um trabalhador, a apropriação aparece como uma prática consciente de seu antagonismo de classe (não em nenhum sentido idealizado de classe), mas, ao mesmo tempo, ele se nega a chamá-la de “roubo”, reproduzindo valores da ordem vigente. Será ele um defensor da propriedade privada ou da liberdade do patrão de extrair mais-valor do seu trabalho através da sua exploração ou simplesmente ele internalizou uma ideia dominante? Acredito que a segunda opção é mais verossímil. Esse trabalhador específico compartilhava de um aspecto da ideologia dominante, articulava-a como discurso quando conveniente, e assim o reproduziu na entrevista. Porém, sua situação de classe, sua *experiência* vivida criou condições para a elaboração de ideias que legitimassem suas ações, ou seja, ele também afirmou sua resistência cotidiana. Coexistiram contradições, que se apresentam e se acomodam a todo momento nas relações sociais e nos próprios sujeitos.

O conceito de *insegurança estrutural*, da forma que é elaborado por Mike Savage, será um importante instrumento analítico para pensar as condições de vida dos trabalhadores estudados. Entendo que Savage tenha feito uma leitura esquemática do marxismo, o reduziu ao determinismo econômico e ignorou sua tradição crítica, autores como Lukács, Gramsci, Rosa Luxemburgo, Benjamin, entre outros, além do próprio Thompson. Porém, Savage, na tentativa de superar, segundo ele, um impasse, sobre a discussão da formação da classe, não comprometeu a qualidade analítica de seu conceito, assim elaborado:

Desse modo, sublinho que o traço distintivo da vida operária não se apóia exclusivamente no processo de trabalho (como frisariam os marxistas) nem no mercado de trabalho (como frisariam os weberianos), mas na *insegurança estrutural* vivida por todos os trabalhadores. Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrange-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai. É tão relevante olhar para as estratégias de vidas atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo. Nesse olhar, o trabalho, enquanto

emprego, não carece ser visto como o único ou o principal eixo da classe social.<sup>50</sup>

A *insegurança estrutural* é a manifestação das determinações objetivas das estruturas de classe. Não entendo a *insegurança estrutural* como um lugar, uma coisa, mas com um processo estruturado, um “traço distintivo” da condição de classe, daqueles que vivem da venda da força de trabalho, enquanto mercadoria. Ou, dito de outra forma, daqueles que estão à mercê de questões mais amplas de uma sociedade estruturada em classes, das dinâmicas das relações de produção, que extrapolam as relações de trabalho, são consequências das expropriações, da condição não-proprietária, ou dos processos de acumulação de maneira mais ampla. E é a partir destas condições que os sujeitos reais elaboram suas estratégias para cuidar de seus problemas e podem (ou não) se identificarem como classe.

No debate empreendido com seus contemporâneos (neste caso com Althusser e seus “discípulos”), E. P. Thompson analisou assim o conceito de classe social:

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do *tempo*, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de *uma* classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem *disposição* para se *comportar* como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.<sup>51</sup> [grifos do original]

Nesta definição de classe como *acontecimento* ocorrido no *tempo*, o autor britânico traz algumas noções bastante pertinentes para nossa pesquisa. Primeiramente, a ideia de que “frequentemente” adquire expressão institucional, e não sempre, que permite-nos pensar a *classe* de outras maneiras para além de sindicatos ou partidos, proporemos a articulação com *as formas cotidianas de resistência* de Scott. A ideia de corpo de pessoas que compartilham interesses, experiências, tradições e valores e se comportam de determinada forma que antagonizam contras outros sujeitos é a base da nossa pesquisa para pensarmos as ações de resistências dos trabalhadores estudados.

---

<sup>50</sup> SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 33.

<sup>51</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**, p. 182.

O conceito de *experiência* elaborado por Thompson também é central, pois é nele que o autor vai entender a *formação* do fenômeno da classe. A experiência, para Thompson, está situada entre as determinações das relações sociais de produção e a consciência social. A *experiência* seria uma espécie de “filtro” entre a estrutura objetiva e a formação consciência subjetiva, estando a *experiência* no âmbito da Cultura. As *experiências comuns de classe* dos sujeitos tornam-se fundamentais na formação da *consciência de classe* e da própria *classe*.<sup>52</sup> Neste sentido, a classe só acontece historicamente (no processo histórico), nunca fora, como uma elucubração idealista ou categoria teórica abstrata. Outro ponto importante é a *relação*; a classe nunca acontece “independente de”, só se forma “a partir de” outra classe, ou seja, é um fenômeno histórico que acontece a partir das relações sociais de produção (em sua perspectiva ampla – trabalho, valores, crenças, etc.).

Neste sentido, a perspectiva thompsoniana de classe extrapola, em muito, as questões que concernem somente às relações de trabalho, abarcando uma série de situações que envolvem os *modos de vida*, tanto do ponto de vista material até o simbólico – valores, tradições e crenças –, propiciando um aporte teórico para pensarmos as práticas culturais de socialização e formação dos vínculos de solidariedades e antagonismos dos/as trabalhadores/as. Em suas palavras:

homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a sua situação determinada.<sup>53</sup>

Sendo a classe não uma *forma*, simplesmente, mas um acontecimento, torna-se necessário um movimento, um processo que torna um grupo de pessoas numa classe. Esse processo é definido pela *luta de classes*, ele sublinha o fato de:

[...] a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de “luta de classes”. A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na

---

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.



verdade, à medida que é mais universal a luta de classes me parece ser o conceito prioritário.<sup>54</sup>

Ou seja, para o autor, é no processo histórico que acontece a classe, não em nenhum esquema ou forma pré-definido. A partir deste raciocínio é primordial pensarmos as resistências das/os trabalhadoras/es em relação as transformações trazidas pela industrialização sobre suas vidas.

Thompson empenhou-se neste debate da industrialização, preocupou-se com as formas que a classe trabalhadora passou a viver no capitalismo industrial. Contrapondo os pensadores neoclássicos que defendiam uma melhora no padrão de vida da classe trabalhadora a partir da revolução industrial, Thompson argumenta que a “melhora” no padrão de vida não necessariamente significa uma melhora no *modo de vida*. O padrão de vida, (relacionado à quantidade) de consumo, poderia melhorar e ao mesmo tempo o modo de vida (relacionado à qualidade) poderia se deteriorar: saúde, educação, lazer, intensidade do trabalho, etc.<sup>55</sup> Sua abordagem sobre o debate da formação da classe trabalhadora inglesa foi fundamental para compreendermos as lutas sociais do período. Enquanto que outros autores entendiam a classe trabalhadora inglesa como uma consequência, uma “reação” à revolução industrial na Inglaterra, Thompson identifica em uma cultura popular vigorosa, anteriores à industrialização, as principais referências na *formação da classe operária inglesa* em suas lutas que eclodiram durante a revolução industrial.<sup>56</sup>

Essa abordagem de E. P. Thompson ilumina nossa análise, pois a direciona, para entender se para os/as trabalhadores/as houve ou não uma deterioração dos seus *modos de vida*, dos novos processos de trabalho e relação com o mundo imprimido pela nova lógica capitalista industrial nas relações sociais de produção. Analisaremos algumas práticas de resistência dos/as trabalhadores/as como a forma que atuaram sobre as mudanças no controle do tempo na organização do trabalho, como a simulação de que saíam para fumar para deixarem de trabalhar durante este tempo; a ingestão de bebida alcoólica durante o horário de serviço, ignorando a proibição, que tem relação com o processo disciplinamento da indústria; ou a apropriação da carne na unidade produtiva após o cerceamento das formas de concessões ou

---

<sup>54</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 274.

<sup>55</sup> Ver: THOMPSON, Edward Palmer. Exploração. In: **A formação da classe operária inglesa. Vol 2 – A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

<sup>56</sup> FORTES, Alexandre. Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson. **Tempo social**, v. 18, n. 1, 20 jun, 2006.

vendas a preço baixo. Será que estas práticas tem relação com as formas de trabalho anteriores ao novo regime de organização do trabalho do frigorífico?

Ellen Wood, referindo-se à abordagem do autor britânico diz que “sua intenção de demonstrar os efeitos determinativos de “**situações**” de classes até mesmo nos casos em que ainda não existam classes “maduras”.<sup>57</sup> Neste sentido, a classe pode se manifestar na sociedade de classes de diversas formas, independentemente de sua manifestação autoconsciente, madura, ela aparece na manifestação dos antagonismos de interesses, na “luta de classes”. Nesse sentido, pretendo articular Thompson, Scott e Savage para entender estas **situações de classe** manifestas nas relações de dominação e de resistência na charqueada/frigorífico São Domingos.

#### 1.4. Alguns apontamentos sobre as fontes

Inicialmente esta pesquisa foi impulsionada por uma visita ao complexo frigorífico da charqueada/frigorífico São Domingos e às ruínas da charqueada São Pedro, que se encontram em uma mesma propriedade.<sup>58</sup> A História Oral foi a metodologia possível para produzir uma história do mundo do trabalho<sup>59</sup> da charqueada/frigorífico São Domingos.<sup>60</sup> A privilegiada memória dos mais velhos tornou-se importante instrumento de resgate do passado, “fonte de onde jorra a essência da cultura, ponte onde o passado se conserva e o presente se prepara”<sup>61</sup>. Evidentemente, que “essência” não se refere a uma visão essencialista, mas com o próprio caráter ontológico da história, objeto primeiro das entrevistas. A construção das fontes se apresentou com um duplo caráter de dificuldade: 1. Conhecer elementos objetivos do mundo do trabalho (e dos trabalhadores) da charqueada, relatos descritivos, entender períodos,

---

<sup>57</sup> WOOD, Ellen Meiksins. Classe como processo e como relação. In: **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 69.

<sup>58</sup> Essa visita foi no contexto da VII Semana da Consciência negra de Jaguarão em 2015, com intuito de conhecermos as ruínas da charqueada São Pedro, onde há as casas dos feitores-capatazes no entorno da charqueada, uma chaminé e uma construção do século XIX que morava o proprietário da charqueada.

<sup>59</sup> O termo “mundos do trabalho” pode parecer vago de significado, até certo ponto é. A constituição deste campo de estudo, principalmente a partir da fundação do GT Mundos do Trabalho, da ANPUH, se deu em torno de sua definição ampla, abarca uma série de experiências de trabalhadores/as, urbanos ou rurais, de diferentes regiões, etnias, cor da pele, independentemente de organizações, sindicatos ou partidos. O campo não se restringe ao espaço do trabalho, mas as vidas fora das fábricas, fazendas, etc. Quando falo em “mundo do trabalho” penso, sobretudo, em termos amplos das vidas de trabalhadores/as.

<sup>60</sup> Inicialmente, soube da existência de documentação da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda no IHGJ, além do acervo de jornais do período que estão sob salvaguarda desta instituição, porém, neste momento não havia conseguido acessar essa documentação.

<sup>61</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. XVII.

mudanças e continuidades (quando não se conhecia nada e não havia acessado outras fontes);

2. Compreender elementos não-objetivos, concernentes às perspectivas dos trabalhadores em relação às questões objetivas do mundo do trabalho e a suas próprias subjetividades formadas no âmbito da cultura e das relações de trabalho necessário para entender seus próprios comportamentos.<sup>62</sup>

Assim, as questões de pesquisas foram construídas no decorrer das entrevistas conforme foram sendo realizadas e acessada a documentação da *Cooperativa de Carnes*, o audiovisual produzido por Walmir dos Santos e algumas edições do jornal “A Folha”<sup>63</sup>, consultada no IHGJ.

Verena Alberti assinala que para a história oral para se sustentar enquanto metodologia é necessário que ela seja acompanhada também de pesquisa em outras fontes documentais, “pois é na pesquisa em bibliotecas, arquivos etc. e com base num projeto que se produzem entrevistas, no qual a última se transformará em documentos a serem incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas”.<sup>64</sup> Tendo em vista que a documentação que possibilita responder os problemas desta pesquisa é constituída, exatamente, pelas fontes orais, consideramos que elas são nossas principais fontes.

Foram realizadas entrevistas com cinco pessoas, totalizando 10 horas de duração. Quatro pessoas trabalharam diretamente para o estabelecimento; um trabalhou indiretamente (tropeava gado para a charqueada). Os entrevistados são três homens brancos (um uruguaio e dois brasileiros), um homem negro e uma mulher negra.

---

<sup>62</sup> Não tive a ilusão de conhecer “elementos” objetivos *em si*, inevitavelmente, seriam mediados pelos sujeitos entrevistados. Por outro lado, entender as subjetividades também contribui com entendimento dos elementos objetivos, pois não estão isoladas entre si, mas estão dialeticamente intrincadas, constituindo e sendo constituídas.

<sup>63</sup> Esse jornal por muito tempo foi o único periódico em Jaguarão. Infelizmente, dos anos importantes para esta pesquisa que são basicamente: 1950 (fundação), 1964 (implantação da primeira câmara fria), 1968 (implantação da 2ª câmara fria) e 1990 (encerramento das atividades da Cooperativa), apenas a fundação da Cooperativa foi acompanhada pelo periódico.

<sup>64</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p. 23.

## ENTREVISTAS REALIZADAS

NOME	DURAÇÃO	SEXO	COR	Nacionalidade	Relação com a charqueada
Aldamira Alves Ferreira	2h25min	Feminino	negra	Brasileira	Nasceu na Charqueada e trabalhou; posteriormente no frigorífico. Filha de um capataz (negro), que também foi presidente de um “antigo” sindicato dos trabalhadores da charqueada; e afilhada de Sr. Malaquias e dona Alexandrina (trabalhadores e fundadores do clube social negro 24 de agosto)
Alamir Espíndola	1h45min	Masculino	branca	Brasileira	Trabalhou na charqueada e no frigorífico
Aradir Bom	2h40min	Masculino	branca	Brasileira	Trabalhou na charqueada e no frigorífico e jogador do São Domingo
Clóvis Diassilva	2h53min	masculino	negro	Brasileiro	Trabalhador por pouco tempo e filho de um trabalhador antigo da charqueada.
Juan Dirley da Silva	1h25min	Masculino	branca	Uruguaia	Trabalhou na charqueada
Natálio Cardozo Chagas	1h43min	Masculino	negro	Brasileiro	Tropeiro de uma estância de um dos cooperados que abasteciam a charqueada. Atual diretor do Clube 24

Espero que através da análise destas diferentes memórias possamos compreender algumas das *experiências* de trabalhadores/as da charqueada/frigorífico São Domingos, seus pertencimentos e cotidiano de ações e até que ponto havia o reconhecimento destes sujeitos enquanto classe na complexidade de suas diferenças, inclusive em suas fissuras. O intento é fazer uma “História vista de baixo para cima”, que na visão de Harvey Kaye, não prioriza somente a perspectiva dos “de baixo”, sem a compreensão das pressões estruturais sobre estes/as trabalhadores/as, o que para o autor constituiria uma visão “populista-radical” da História. Mas também não nos concerne somente compreender as estruturas produtivas, fazer uma História “sem gente”. A “História vista de baixo para cima” deve considerar dialeticamente

as determinações estruturais, os processos estruturados, empreendidos pela ação humana (também de classe, mas não só) sobre os de baixo. Concomitantemente, deve atentar às ações dos “de baixo” no bojo de suas próprias estratégias construídas em seus contextos históricos a partir de seus próprios referenciais.<sup>65</sup> Definitivamente, não é uma missão simples, porém, é necessária para construir a história da classe trabalhadora.

---

<sup>65</sup> Ver: KAYE, Harvey. La contribución colectiva. In: **Los historiadores marxistas británicos: un análisis introductorio**. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989, p. 202-211.

## **II. O MUNDO DO TRABALHO NA CHARQUEADA/FRIGORÍFICO SÃO DOMINGOS**

Neste capítulo faço uma análise do mundo do trabalho das charqueadas São Pedro e São Domingos, localizadas em Jaguarão. O parâmetro utilizado foram as charqueadas pelotenses do século XIX, principal polo charqueador do Rio Grande do Sul. O objetivo é entender as diferenças e semelhanças destes mundos do trabalho, dentro das limitações das fontes utilizadas, os relatos dos trabalhadores e fontes da empresa. Pretendo entender as transformações ocorridas a partir da implantação de uma segunda charqueada ao lado da São Pedro, a São Domingos.

A fundação de outra charqueada, já no século XX, traz diferenças relevantes da charqueada anterior, porém, vamos identificar o que o “novo” carrega consigo do “velho”. Em 1950 há a união de grandes pecuaristas locais para a criação da “Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda” a fim de adquirir a Charqueada São Domingos. Posteriormente, constroem um complexo frigorífico acoplado à charqueada, para funcionarem de forma complementar, centralizando o abate dos rebanhos dos cooperados. Em que medida este processo modificou o trabalho e a organização produtiva? Com a industrialização da produção da carne, a implementação de câmaras frias e transformações adjacentes podemos identificar particularidades devido ao frigorífico ter sido implantada sobre uma unidade saladeiril. A formação social da cidade de Jaguarão – escravista, latifundiária, pecuarista – deixou marcas no desenvolvimento desta atividade produtiva? O que mudou? O que continuou? O que “continuou diferente”, ou seja, o que foi ressignificado?

Faremos uma breve contextualização da economia charqueadora e o contexto de Jaguarão. Em seguida, de maneira introdutória, pensaremos quem foram os agentes econômicos responsáveis pelas transformações na unidade produtiva. Depois, analisaremos as charqueadas São Pedro e São Domingos em perspectiva histórica, compreenderemos suas transformações e continuidades. Devido à limitação do alcance das fontes orais e documentos da empresa que tive acesso, faço um trabalho comparativo com a bibliografia referente às charqueadas em Pelotas. Por fim, focalizaremos a figura do capataz, pois compreendo que este seja uma possibilidade de entender as semelhanças e mudanças das charqueadas no século XIX e século XX. Além disso, este posto de comando é fundamental para entender as charqueadas já que é organizador do processo produtivo e mediador das relações de trabalho.

## 2.1. Breve contextualização histórica da economia charqueadora em Jaguarão

A região da campanha gaúcha durante o século XIX possuiu grande relevância econômica na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1901, Lassance Cunha classificou como “1ª classe” os campos “localizados na fronteira com o Uruguai, onde aparecem as melhores pastagens e os melhores gados, inclusive com importação de raças europeias”<sup>66</sup>. A efervescente atividade de criação foi um dos fatores que resultou no crescimento demográfico da região. Diferentes aspectos irão favorecer a atividade de criação na campanha gaúcha, especialmente em Jaguarão, como a demarcação da fronteira, que era estrategicamente fundamental do ponto de vista militar<sup>67</sup>. Outros importantes elementos para essa atividade na região é a proximidade do porto marítimo de Rio Grande e das repúblicas platinas, onde é frequente o contrabando. Destacou-se na atividade da criação bovina, desde os primórdios do século XIX:

Foi na região cujos campos são de “1ª classe” que teve desenvolvimento a economia pecuário-charqueadora. Em cerca de 8 anos, entre 1814 e 1822, a população gaúcha aumentou cerca de 50% e, possivelmente, foi esta região que apresentou as maiores taxas de crescimento demográfico. Pelotas, em 1814, possuía 2419 habitantes, e em 1822, juntamente com Jaguarão e Cangussu, cerca de 20.040. Rio Grande, Mostardas e Piratini possuíam juntas, em 1814, cerca de 8400 habitantes; em 1822, possuíam 34.360. Em suma, a Campanha, que em 1780 tinha cerca de 8% da população gaúcha, terá cerca de 36% em 1822.<sup>68</sup>

Essa ocupação territorial de fronteira sul, ao menos do lado brasileiro, aconteceu, sobretudo, pelo latifúndio e com apoio do poder público. Ao contrário da região norte, a região sul foi construída através da doação de grandes extensões de terras para poucos proprietários para a criação de gado.<sup>69</sup> A relação da extensão da terra com a qualificação/produzitividade da criação é explicada por Paul Singer, seu argumento versa sobre a adequação do latifúndio para esta atividade: apenas um capataz e dez peões seria o suficiente para a criação de 10.000 cabeças

---

<sup>66</sup> CUNHA, Ernesto Antônio Lassance. *O Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, 35-36. Apud. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Estagnação econômica da Campanha e a ascensão da Serra e do Planalto. In: \_\_\_\_\_ *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 41.

<sup>67</sup> FRANCO, Sergio da Costa. *Origens de Jaguarão*. Porto Alegre: Institucional Estadual do Livro/RS e Universidade de Caxias. Apud. AL-ALAM, Caiuá Cardoso; Lima, Andréa da Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o centro histórico. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; FRAGA, Hilda Jaqueline de; GASPAROTTO, Alessandra; Org(s). **Ensino de História no conesul: Patrimônio cultural, territórios e fronteiras**. Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013, p. 262.

<sup>68</sup> FONSECA, Op. Cit., p. 42.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 51.

de gado numa área de 13.000 hectares, por outro lado, extensões menores de terras não favoreceriam a criação, o que seria um aspecto importante para explicar o predomínio de outras atividades – principalmente agrícolas – na parte norte do estado, principalmente na região da serra – colonizada com menores extensões de terra.<sup>70</sup>

Essa colonização com predominância do latifúndio e da atividade pecuária foi propícia para o desenvolvimento de charqueadas, já que estas poderiam centralizar o abate e agregar valor aos rebanhos, transformando-os em diversos produtos para serem negociados no mercado<sup>71</sup>. Pesavento assinala que o processo de salgamento da carne foi a *inovação tecnológica fundamental* que proporcionou o principal produto da economia gaúcha no século XIX, o charque.<sup>72</sup> A autora argumenta a respeito da estagnação tecnológica do processo produtivo da indústria do charque durante o todo o XIX<sup>73</sup>, porém o período será palco de mudanças significativas do processo produtivo da indústria saladeiril<sup>74</sup>. O charque manteve-se como o principal produto da economia rio-grandense até a última década do século XIX, quando começa demonstrar de maneira atenuada sua incapacidade de reprodução e expansão nas exportações, processo que consolidará a ascensão de outros produtos das regiões da Serra e do Planalto<sup>75</sup>. Dessa forma, sua baixa competitividade não será uma decadência, propriamente dita, mas uma falta de dinamismo que ocorre concomitante ao aumento da importância de outros produtos na balança comercial da província.

---

<sup>70</sup> SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. Ed. Porto Alegre, Nacional, 1977. Apud. FONSECA, Op. Cit., p. 51.

<sup>71</sup> Muitos charqueadores tinham em suas posses grandes planteis de gado, principalmente bovino. Utilizavam suas charqueadas para o abate exclusivo de seus animais, porém, como veremos mais à frente, as charqueadas também poderiam ser alimentadas por rebanhos de criadores que não eram proprietários de charqueadas.

<sup>72</sup> PESAVENTO, Op. Cit., p. 16.

<sup>73</sup> Quadro que só se alteraria substancialmente com a entrada do capital estadunidense com os grupos Armour, Swift e Wilson, e, principalmente, o capital inglês através do *trust* Vestey Brother, através da indústria frigorífica, que reorganizará as bases produtivas da indústria da carne no Rio Grande do Sul. Ver: PESAVENTO, Op. Cit., p. 308. Ver também: JANKE, Neuza Regina. **Entre os valores do patrão e os da nação, como fica o operário?** (O frigorífico Anglo em Pelotas: 1940 – 1970). 1999. 163 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999.

<sup>74</sup> Exemplo disso são as graxarias a vapor importadas da Europa na década de 1840. Ver: VARGAS, Op. Cit., p. 241. Ver também: CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de mestrado, 1983. Ver também: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: UFPel, 2001.

<sup>75</sup> Ver: FONSECA, Op. Cit., p. 56-70.



Outra característica fundante da indústria saladeril é sua profunda relação com o escravismo. Fernando Henrique Cardoso, na obra clássica derivante de sua tese de doutoramento defendida em 1961, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, debate com a bibliografia dominante da época e evidencia a ampla utilização de mão-de-obra cativa nas charqueadas gaúchas.<sup>76</sup> Foi um importante contraponto a uma série de autores que diminuíram em importância a presença de trabalhadores escravizados no sul<sup>77</sup> e advogaram a existência de um tratamento “benevolente” dos senhores para com “seus escravos”, a partir de uma suposta “democracia rural”<sup>78</sup>. Apesar de muito revisitado este texto, e possuir diversos equívocos – sendo um deles, inclusive, a minimização da presença de cativos na região de fronteira –, tem fundamental importância em demonstrar as difíceis condições enfrentadas pelos trabalhadores negros escravizados e confrontar alguns mitos fundantes do Rio Grande do Sul.<sup>79</sup>

Jaguarão desde sua fundação, em 1802, estabeleceu-se como importante polo charqueador do Rio Grande do Sul, além de também dedicar-se a criação de gado *vacum* para abastecimento das Charqueadas de Pelotas. Inclusive, charqueadores pelotenses chegaram a possuir estâncias em Jaguarão para abastecimento de suas atividades produtivas em Pelotas<sup>80</sup>. Gustavo da Silva Gularte assinala que entre 1802 e 1834 funcionaram pelo menos quatro

---

<sup>76</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Op. Cit.

<sup>77</sup> Ver: GOULART, Jorge Salis. O problema das raças. In: \_\_\_\_\_ **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985. P. 177-195. Ver também: VIANA, Oliveira. Origens pastoris da democracia rio-grandense. In: \_\_\_\_\_ **Populações meridionais do Brasil: O campeador rio-grandense**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. P. 195-202.

<sup>78</sup> Goulart argumentava que as fazendas, ou estâncias, em seu processo histórico, forjaram os modos de relação harmônicos existentes na sociedade sulina. O latifúndio seria responsável por certos aspectos como, por exemplo, a disciplina fraternal do povo rio-grandense, pois diferentemente de outras sociedades que mantêm sua organização pautada no autoritarismo militar, no sul seria diferente, aqui as relações comunais criadas no interior das fazendas seriam responsáveis pela formação social do gaúcho no que ele chama de “democracia rural”. A “roda de mate” seria significativo, pois, nela a hierarquia social desapareceria. Ver: GOULART, Jorge Salis. A democracia. In: \_\_\_\_\_ **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985. P. 27-49.

<sup>79</sup> Essa obra sofreu forte crítica devido à sua abordagem que analisou os trabalhadores negros escravizados a partir do prisma da coisificação. A historiografia dos anos 1960-70, na qual está inserido Cardoso, ao enfatizar a violência e os interesses econômicos, grosso modo, invisibilizou os protagonismos, as negociações, as mobilidades e a autonomia relativa dos escravizados. Ou seja, excluiu os escravizados enquanto sujeitos da História. Sílvia Lara ressalta a influência de Thompson na historiografia dos anos 1980 em diante, que se contrapôs a “corrente” historiografia que Cardoso esteve inserido. Ver: LARA, Sílvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. **Projeto História**, nº12, outubro 1995. Duas obras importantes desta historiografia influenciada em Thompson são: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. E: CHALHOUB, Op. Cit.

<sup>80</sup> Para saber mais sobre a expansão agrária da elite charqueadoras de Pelotas ver: VARGAS, Op. Cit. p. 284-304.

charqueadas às margens do rio Jaguarão, na região homônima. José Vieira da Cunha, por exemplo, foi proprietário de duas destas charqueadas, possuía em seu inventário um total 68 cativos e um rebanho de 15000 animais designados como “reses de rodeio de charqueada”.<sup>81</sup> Não deveriam ser todos os 68 trabalhadores negros escravizados que atuavam nas charqueadas, alguns poderiam atuar em trabalhos domésticos, como criados e/ou serem utilizados em outras atividades econômicas, porém, provavelmente, a maioria trabalhou nas charqueadas e na criação, já que estas atividades exigiam quantidade significativa de força de trabalho.

A utilização do trabalho cativo não foi exclusividade da indústria saladeiril. A atividade agropastoril como um todo utilizou de mão-de-obra escravizada, principalmente na região de Jaguarão, no qual isso aconteceu de maneira disseminada desde os primeiros anos de estabelecimento<sup>82</sup>. Em três diferentes trabalhos, com recortes temporais variados – de 1845-1855, de 1802-1836 e 1802-1834 – Paulo Moreira<sup>83</sup>, Gabriel Aladrén<sup>84</sup> e Gustavo Gularte<sup>85</sup>, respectivamente, encontraram, ao analisar inventários *post-mortem*, uma estrutura de posse *democrática*<sup>86</sup> de escravos entre os senhores, que em sua maioria detinham de 1 a 9 cativos, com alguns grandes proprietários com a posse de 45 até 57 escravos<sup>87</sup>. Jaguarão, em meados do século XIX, tinha o trabalho escravizado disseminado na sua estrutura produtiva, desde grandes e pequenos proprietários, tendo, em 1859, índice percentual superior de trabalhadores negros escravizados à Pelotas e Rio Grande, sendo inferior somente a Porto Alegre<sup>88</sup>.

Sobre as charqueadas em Jaguarão:

No ano de 1854 funcionavam no município de Jaguarão 9 charqueadas, sendo que duas paralisaram suas atividades no ano seguinte. Esta diminuição não se

---

<sup>81</sup> Ver: GULARTE, Op. Cit.

<sup>82</sup> Ver: GULARTE, Op. Cit. p. 93-119.

<sup>83</sup> MOREIRA, Op. Cit.

<sup>84</sup> ALADRÉN, Gabriel. Estancieiro escravistas na fronteiras rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840). *Hermes e Clio*. Grupo de estudos e pesquisa em História econômica FEA/USP. Seminário de História Econômica. Agosto de 2011, p. 1-27.

<sup>85</sup> GULARTE, Op. Cit.

<sup>86</sup> Expressão utilizada por Paulo Moreira. Ver: MOREIRA, Op. Cit., p. 5.

<sup>87</sup> O Tenente Jerônimo Batista Alencastro detinha um total 45 escravizados, no seu inventário de 1852. Ver: MOREIRA, Op. Cit. 2009, p. 5. Já Manoel Amaro da Silveira teve registrado em seu inventário a quantidade de 57 trabalhadores negros escravizados..

<sup>88</sup> DARONCO, L. J. *Sob as sombras do passado: histórias escravistas no noroeste rio-grandense do século 19*. In: MAESTRI, M.; ORTIZ, Helen (Orgs.). *Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 275. Apud. AL- ALAM; LIMA, Op. Cit. p. 263.

refletiu, entretanto, no número das reses mortas nestes estabelecimentos, que passou de 35.163 para 41.697, um aumento de 15,67%.<sup>89</sup>

Cabe argumentar que esse aumento de reses mortas de 15,67% concomitantemente à paralisação de duas charqueadas indica sumariamente duas coisas. Por um lado, a concentração da atividade charqueadora nas unidades produtivas. É razoável especular que esse aumento de produtividade possa ter significado um desenvolvimento das forças produtivas destas charqueadas. Não é possível fazer afirmações taxativas nesse sentido pela ausência (ou desconhecimento) de fontes, porém, vinte anos antes da data de paralisação destas duas charqueadas em Jaguarão, eram importadas as primeiras caldeiras a vapor nas graxeiras para Montevideú, que não tardou a chegar nas charqueadas de Pelotas.<sup>90</sup> Este é um momento de expansão do mercado do charque que em 1861 atingirá a incrível marca, junto com o couro, de três quartos do total de exportações do estado<sup>91</sup>, o que por outro lado, não refletirá no aumento do número de charqueadas em Jaguarão.

Martins cita dois estabelecimentos charqueadores proeminentes de Jaguarão que datam de meados do século retrasado, a charqueada do coronel Zeferino Lopes de Moura e a Charqueada União. Esta última foi fundada em 1848 e manteve as atividades até o início do século passado com abate médio de 300 reses por dia<sup>92</sup>. Uma das charqueadas que existiam em 1854, nos registros pesquisados por Moreira<sup>93</sup>, foi fundada em 1848 e continuou suas atividades, no mínimo, até a década de 1930, a Charqueada São Pedro. A data de fundação desta charqueada tem como referência a informação presente no material audiovisual produzido por Walmir dos Santos<sup>94</sup>, já a estimativa de permanência deste empreendimento é calculada a partir das idades e datas colocadas nas entrevistas concedidas pelos trabalhadores. É interessante notar que há uma coincidência de datas na fundação das charqueadas União e São Pedro. Porém, em entrevista concedida, Sr. Walmir não soube informar as fontes que embasaram a informação. Pode haver uma coincidência ou uma “confusão” entre as datas de fundação das duas charqueadas.

---

<sup>89</sup> MOREIRA, Op. Cit., p. 6.

<sup>90</sup> VARGAS, Op. Cit., p. 98.

<sup>91</sup> SINGER, Op. Cit., p. 163. Apud. FONSECA, Op. Cit., p. 57.

<sup>92</sup> MARTINS, Op. Cit., p. 65.

<sup>93</sup> MOREIRA, Op. Cit., p. 7.

<sup>94</sup> **Progresso aqui e agora**: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor. Ver introdução.

No mesmo lugar, em que hoje temos somente ruínas (uma chaminé e um cano), da antiga charqueada São Pedro, existe o complexo industrial onde funcionou posteriormente, já no século XX, outra charqueada, a São Domingos, que prosseguiu suas atividades até o final da década de 1980. Ou seja, primeiro foi fundada a charqueada São Pedro, ainda no século XIX (1848). Em seguida, no início do século XX, não tenho registro preciso de data, foi fundada a charqueada São Domingos. Ambas charqueadas coexistiram. A charqueada São Pedro é desativada na primeira metade do século XX, (estimo sua paralisação entre as décadas de 1930 e 1940), mantem-se em funcionamento somente a charqueada São Domingos. Nos anos 1960 inicia-se a implantação de câmaras frias, que culminará com uma instalação moderna de trabalho fabril. O charque permanecerá sendo produzido de maneira complementar a produção frigorífica.

## **2.2. Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda: um empreendimento patronal**

Na década de 1910 houve iniciativas e incentivos de frigorificação da carne com a entrada do capital externo e a tentativa de criação do frigorífico nacional<sup>95</sup>. Porém, isso não significou um obstáculo intransponível ao empreendimento na charqueada São Domingos ainda recém implementada. Ou seja, o marco da frigorificação da carne não eliminou as charqueadas existentes e também não impediu a fundação de outras novas, principalmente em uma cidade de menor porte na periferia do estado. O desenvolvimento tecnológico e organizacional da São Domingos era pífio comparado à moderna indústria da carne, quadro transformado somente durante os anos 60. Neste período, o principal empecilho, de caráter estrutural, para o desenvolvimento da charqueada São Domingos era a inexistência de fornecimento de eletricidade para a região, afastada a 8 km da área urbana. Sr. Aradir relaciona o alcance da rede elétrica no bairro da Charqueada com a construção da primeira câmara fria em 1964. Quando criança (1949-1962)<sup>96</sup> já havia eletricidade, porém o fornecimento era feito pela charqueada:

[...] era um gerador, gerador a motor. O motor tá lá até hoje, todo enferrujado, caindo aos pedaços. É um motorzão quase como essa peça assim [se referindo à sala de estar em que estávamos]. Ele funcionava com óleo diesel. Volta e meia dava problema, né. Daí depois quando mudou pra frigorífico, aquele motor não podia mais porque a hora que ele pifava, no caso, a carne congelada

---

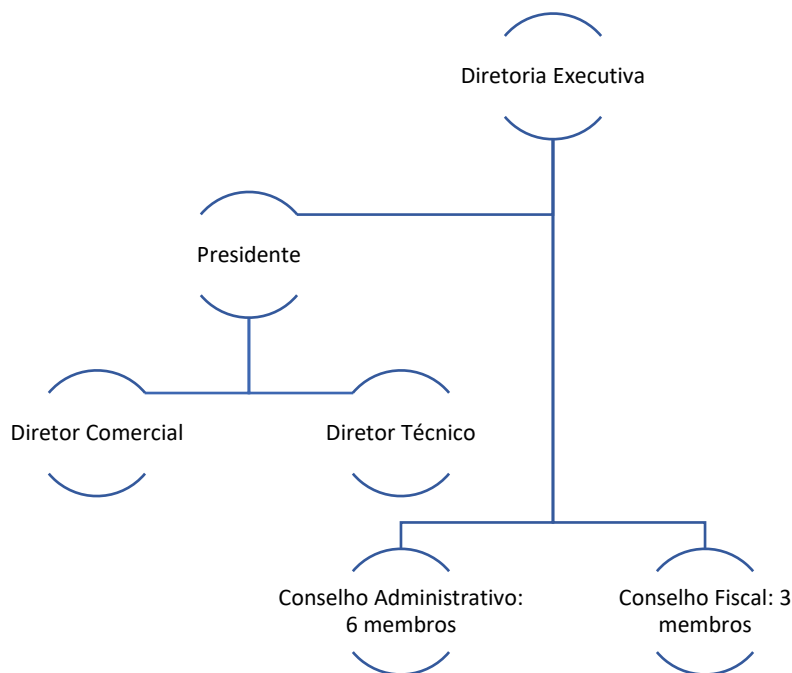
<sup>95</sup> Ver: PESAVENTO, Op. Cit. Ver também: JANKE, Op. Cit.

<sup>96</sup> Me refiro ao período de 1949, data de nascimento, e 1962, ano que começou a trabalhar, ainda com 12 anos, na Charqueada São Domingos.

ia descongelar toda, aí foi a eletricidade daqui [da área urbana pela rede elétrica].<sup>97</sup>

Em fevereiro de 1950, foi fundada a Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.<sup>98</sup> A partir desta iniciativa de grandes pecuaristas de Jaguarão, com participação de alguns de Arroio Grande e Herval, que acontecerá as principais transformações na charqueada São Domingos e na infraestrutura do bairro Charqueadas, construído ao redor da antiga São Pedro e da São Domingos. Segundo Sr. Juan, antes de ser adquirida pela cooperativa, a charqueada pertencia ao “velho Radunz”, único proprietário.<sup>99</sup> A Cooperativa foi constituída a partir de uma assembleia, no salão nobre da prefeitura municipal. A organização hierárquica foi concebida como uma diretoria eleita com mandato de 3 anos. A diretoria executiva tinha a função de operacionalizar as atividades da charqueada São Domingos, nela haviam os cargos de presidente, diretor comercial e diretor técnico. A estrutura previa ainda um conselho administrativo – com 6 membros; e um conselho fiscal – com 3 membros. Só poderiam compor a diretoria os pecuaristas cooperados. Assim ficou o organograma:

### ORGANOGRAMA – ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA



**Fontes:** Relatórios de safra. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Autoria Própria

<sup>97</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>98</sup> A ata de fundação da Cooperativa faz parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>99</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

Em agosto de 1950, ano de fundação da Cooperativa, o projetista Maximiliano Cremonese, da Construtora e Cia Ltda, finaliza o primeiro “Projeto de Reforma e Aumento da Charqueada São Domingos”<sup>100</sup>. No ano seguinte, em junho de 1951, a mesma empresa havia entregue um “Projeto para duas câmaras frias e matança no primeiro andar da charqueada São Domingos”<sup>101</sup>, o que se concretizaria somente em 1964<sup>102</sup>.

Apesar do precário fornecimento de energia elétrica e da organização rudimentar no que concerne à tecnologia empregada e organização da produção, percebe-se que esta Cooperativa, desde os primeiros anos de fundação, tinha o projeto de desenvolver a charqueada São Domingos com a instalação de tecnologias frigoríficas. Diversos documentos da unidade produtiva tem o paradeiro desconhecido, há somente uma pasta no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão com projetos de “reforma e aumento”, projetos de câmaras frias, plantas baixas, plantas altas, etc. Muitos destes projetos e plantas não estão datados, porém, os que estão, basicamente, contemplam três séries de anos: 1950, 1954 e 1958. São referentes aos pavilhões e seções de produção. Ainda, foi encontrada uma planta da São Domingos de 1964, o que corrobora com a data colocada pelos trabalhadores da instalação da primeira câmara fria. Essas séries de documentos nestes três momentos diferentes indicam a paulatina e processual reorganização da charqueada em frigorífico.

No Relatório de safra aos cooperados, de 1953, o diretor do Conselho Fiscal Carlos Gonçalves da Silva, na gestão do presidente Alcindo Corrêa Silveira, dava seu parecer de conformidade para aprovação das contas da diretoria executiva. Podemos identificar esse processo paulatino de modernização em suas palavras:

Prosseguindo no seu plano de melhoramentos foi adquirido um prédio nesta cidade, que foi adaptado para sede da Cooperativa e **instalação de um açougue modelo**, e dado andamento a **diversas outras obras que estão sendo executadas na charqueada**, algumas já concluídas e outras iniciadas.<sup>103</sup>  
[grifo meu]

As avaliações das diretorias nos relatórios 1951 à 1956, excetuando 1955, ausente no IHGJ, indicam desde os primeiros anos positivas avaliações de produtividade e de ganhos para os cooperados. E mesmo nestas condições favoráveis, a instalação da primeira câmara fria só

---

<sup>100</sup> Título de um projeto arquitetônico. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>101</sup> Título de um projeto arquitetônico. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>102</sup> O ano de 1964 é a data que se refere a inauguração da primeira Câmara fria, segundo os entrevistados. A segunda câmara fria só foi inaugurada em 1968.

<sup>103</sup> Relatório de safra de 1953. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

acontecerá em 1964, mesmo havendo interesse disto desde 1951, no primeiro relatório que tive acesso. Isso nos diz primeiro que sem a união destes pecuaristas seria improvável em condições normais de mercado, sem intervenção do poder público, a implantação de um frigorífico por qualquer pecuarista de Jaguarão. Segundo ponto, a cooperação da fração pecuarista permite não só a reprodução de seus capitais, mas a própria ampliação de seus rebanhos.

Em 1952, o então presidente da diretoria executiva da Cooperativa, Carlos Alberto Ribas, escrevia no Relatório aos cooperados, referente à safra de 1952, em sua despedida do mandato de 3 anos, que:

Está, pois, findo o trabalho que nos outorgastes. Cabe aos nossos sucessores prosseguimento desta obra, na fase final da planificação inicial e projetar uma nova etapa, pois que, terminada esta, projetar, é verdadeiramente essencial, certamente devemos voltar os olhos para um melhor aparelhamento industrial, que permita tirar melhor proveito dos “Derivados”.<sup>104</sup>

É uma iniciativa com intuito de centralizar o abate do gado de grandes criadores da cidade e aumentar a produtividade. Além disso, essa preocupação de Carlos Alberto Ribas de “tirar melhor proveito dos derivados” indica a tentativa de aproveitar as partes das reses abatidas que não estavam sendo negociadas. Ou seja, além de poder aumentar os rebanhos com aumento da capacidade de abate, os “derivados” serão novos produtos para a ampliação dos lucros dos pecuaristas de Jaguarão.

Os nomes de três cooperados foram lembrados por Sr. Alimir nas entrevistas, quando perguntei se havia controle por parte dos patrões na vida dos trabalhadores:

Não. Os cooperado que ia, o Sr. Geci Dutra da Silveira, que é falecido, o dr. Carlos Gonçalves da Silva, que era o diretor da Charqueada lá, Alcides Silveira d’Ávila, era uma pessoa muito boa. Eles eram legal. Eles davam até carona pra nós quando ia pro colégio as vezes, eles paravam a caminhonete e nós tudo ali pra dentro.<sup>105</sup>

Interessante notar que dois dos três pecuaristas cooperados possuem o mesmo sobrenome, “Silveira”<sup>106</sup>, que pode indicar algum tipo de parentesco. Além disso, “D’Ávila” é um sobrenome tradicional de Jaguarão, que teve Henrique D’Ávila como conselheiro do governo de Carlos Barbosa. Carlos Gonçalves da Silva, este que foi diretor da Cooperativa, além de

---

<sup>104</sup> Relatório de safra de 1952. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>105</sup> ESPINDOLA, Alimir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>106</sup> Pode ser só uma grande coincidência, mas um dos maiores “proprietários de escravos” de Jaguarão foi o estancieiro Manoel Amaro da Silveira, mesmo sobrenome deste. Ver: AL-ALAM; LIMA., Op. Cit. p. 263.

pecuarista, também possuía relevantes atividades voltadas à agricultura, sendo um dos fundadores do Grupo Quero-Quero, dedicado principalmente à produção de arroz e sua industrialização. Em sua genealogia do lado materno está Francisco José Gonçalves da Silva, comendador português, grande proprietário de terras instalado na fronteira<sup>107</sup>, do lado materno, o farroupilha Bento Gonçalves da Silva, além do próprio Carlos Barbosa<sup>108</sup>.

Andrea Lima, em sua dissertação, analisou as “estâncias fortificadas” na zona rural de Jaguarão, algumas eram propriedades de Francisco José Gonçalves da Silva. A autora demonstra a relevância deste comendador e sesmeiro português, que em seu inventário possuía 15 propriedades e 32 cativos. As propriedades do comendador foram repartidas por 11 herdeiros, uma delas, conhecida atualmente como “fazenda da Glória”, foi herdada por Ana Joaquina e seu marido João Rodrigues.<sup>109</sup> Na entrevista realizada com Sr. Aradir, o nome de João Rodrigues foi citado como um dos mandatários das Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda, ele foi lembrado por sua rigidez com os trabalhadores, e por ter sido um dos que trabalharam na “modernização” da Charqueada:

[...] Depois pegou um diretor, aí já chamava diretor, finado João Rodrigues, é morto também. [...] Aquele foi que fez funcionar. Aquele homem tinha uma força de vontade de trabalhar e administrar. Pegou uma força aquilo ali, coisa muito linda. Foi ele que colocou o caminhão pra pegar o pessoal pra levar e trazer. [...] E o diretor é quem administrava tudo, né. Aliás, pegou uns caras ali que eram... João Rodrigues mesmo era um. Ah, ele fazia funcionar, senão trabalhava ia embora, ele mandava embora e pronto, né. E a gente queria trabalhar tinha que fazer as coisas direitinho, né.<sup>110</sup>

Não é objetivo central desta pesquisa debater os proprietários, seus lugares sociais, suas relações com o Estado, etc., por isso não houve uma investigação mais aprofundada sobre essas figuras de comando. Mas, diante destas evidências, tenho como hipótese que a Cooperativa, além de aglutinar a fração pecuarista da “elite” econômica da cidade, também aglutinava importante setor de uma tradicional “elite” política de Jaguarão. O projeto da Cooperativa de centralização do abate e desenvolvimento tecnológico da organização produtiva, neste sentido,

---

<sup>107</sup> Ester Gutierrez em *Estâncias Fortificadas* (2009, p. 181) identificou, no inventário do comendador português Francisco José Gonçalves da Silva, o registro de 15 propriedades e 32 escravos. Ver: LIMA, Andrea Gama. **O legado da escravidão na formação do patrimônio cultural jaguareense (1802-1888)**. Dissertação (mestrado em memória social e patrimônio cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2010, p. 59.

<sup>108</sup> Os vínculos familiares de Carlos Gonçalves da Silva podem ser verificados em: <<http://arrozqueroquero.com.br/>> Consultado em 11/07/2021.

<sup>109</sup> LIMA, Op. Cit., p. 62.

<sup>110</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida para Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.



seria um projeto de um setor do próprio poder público municipal, já que havia correspondência entre a fração pecuarista e a classe política. O filho do supracitado diretor do Conselho Fiscal, Carlos Alberto Ribas, o Sr. Fernando Ribas posteriormente foi prefeito de Jaguarão. Isto explica o motivo de após a aquisição da charqueada São Domingos, por parte da Cooperativa, o poder público se preocupar em alcançar as Charqueadas (bairro) no fornecimento de eletricidade, pré-requisito para o maquinário frigorífico.

### **2.3. Charqueadas São Pedro, São Domingos e Frigorífico: mudanças e continuidades**

Independentemente da perda de importância do charque e do couro, e de outros produtos da economia charqueadora da região da campanha gaúcha,<sup>111</sup> e da reorganização da indústria da carne com a inserção tecnológica de maquinário industrial para a produção frigorificada, nas duas primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul, a charqueada São Pedro permaneceu funcionando. Durante todo o tempo de funcionamento destas charqueadas (São Pedro/São Domingos), evidentemente, houve modificações na produção de acordo com as possibilidades. Transformaram-se impulsionadas pelas conjunturas específicas e ações dos sujeitos envolvidos nas charqueadas, porém, estas carregaram consigo certas particularidades de seu processo de formação social, algumas continuidades que não são facilmente identificadas por marcos históricos generalizantes. Identifiquei importantes semelhanças nas etapas de desmontagem dos animais descrita pelos trabalhadores entrevistados com as etapas de produção nas charqueadas de Pelotas no século XIX, ainda sob a égide do trabalho cativo<sup>112</sup>.

A organização espacial da Charqueada São Domingos (excluindo as câmaras frias e a instalação frigorífica instalada posteriormente) é parcialmente contemplada pela tipologia geral proposta por Gutierrez:

Os pisos cerâmicos e paredes de tijolos e telheiros eram o material de construção mais utilizado. A mangueira de matança, a cancha e os galpões de

---

<sup>111</sup> Pesavento argumenta que o charque platino chegava aos Portos gaúchos com melhores preços e com qualidade superior à do charque gaúcho. A única forma de garantir o charque na economia nacional seria através de uma política protecionista neste setor da economia. Porém, devido ao centro do poder – economia cafeeira de São Paulo e Rio de Janeiro – ser o principal importador do charque gaúcho, não foi possível a implementação desta política. Ver: PESAVENTO, Op. Cit., p. 43-44. O ano de 1927 será o marco da ascensão do norte do estado na balança comercial gaúcha, quando do total de exportação a banha ultrapassará o charque, que nunca mais retomará sua liderança. Ver FONSECA, Op. Cit., p. 63.

<sup>112</sup> A descrição do processo produtivo mais completa foi feita por Vargas foi baseada nos relatos de viajantes estrangeiros que circularam nos espaços das charqueadas de Pelotas durante o século XIX – os franceses Nicolau Dreys (1839), Louis Couty (1880) e o norte-americano Herbert Smith (1882). Ver: VARGAS, Op. Cit. p. 192-206.

salga formavam um único segmento e podiam apresentar diferentes tamanhos. Relativamente afastados destas encontravam-se a graxeira e a barraca dos couros. Na beira do rio, a alguns metros da charqueada, havia um pequeno trapiche por onde os iates eram carregados. A proximidade das águas também servia para que nela se jogassem todos os detritos não aproveitados no processo de fabricação do charque e dos seus sub-produtos. A paisagem se completava com um extenso pátio ocupado pelos varais onde a carne salgada era exposta ao sol.<sup>113</sup>

Não é possível afirmar se há correspondência do o material de construção descrito por Gutierrez com as instalações da Charqueada São Domingos, porém, segundo relato de Sr. Aradir, o chão era cimento batido, ao invés de pisos cerâmicos<sup>114</sup>. Outra questão é sobre o escoamento da produção, que, segundo entrevistado, acontecia através de caminhões que levavam as mercadorias até o porto de Rio Grande. Já a produção da charqueada São Pedro (fundada em 1848) era escoada pelo rio Jaguarão, também através do porto da cidade de Rio Grande.

Tanto nas charqueadas no século XIX em Pelotas quanto nas charqueadas São Pedro e São Domingos (até meados da década de 1960), os espaços onde ocorriam as etapas da produção do charque, em resumo, eram as mesmas: 1. A mangueira recebia o gado trazido pelos tropeiros, onde o rebanho era concentrado, para posteriormente ser conduzido ao abate; 2. A cancha, lugar que o animal era esfolado, esquartejado e charqueado (retalhamento da carne do animal); 3. A salga, espaço que comportava os tanques de salmoura, onde se salgava a carne, já então charqueada; 4. O galpão, lugar de empilhamento e armazenamento do charque, conhecido pelos trabalhadores como “pilha de inverno”. A pilha era alternada em uma camada de carne e outra de sal; 5. Os varais, que ficavam a céu aberto, onde se secava o charque durante a entressafra para ser comercializado depois de um ano.<sup>115</sup>

Em sua tese de doutoramento, Joana Aires da Silva organiza teoricamente alguns conceitos que podem ser importantes para pensarmos aspectos da dinâmica produtiva e das identidades dos próprios trabalhadores – que será discutido capítulo posterior. São estes conceitos aparentemente antagônicos, mas que podem convergir quando pensados historicamente – o campo e a cidade e os conceitos de urbano e rural. Enquanto que o campo e a cidade estariam relacionados mais especificamente com o espaço e sua organização, o rural e

---

<sup>113</sup> GUTIERREZ, Op. Cit. Apud. VARGAS, Op. Cit., p. 194.

<sup>114</sup> Infelizmente não foi possível entrar nas instalações da Charqueada São Domingos e do frigorífico. Esse espaço é de propriedade privada e conta com alguns trabalhadores que cuidam do espaço que tem ordem de não permitir a entrada de visitantes. Consegui conhecer somente pelo lado de fora das instalações.

<sup>115</sup> O processo de trabalho foi descrito longamente pelos trabalhadores nas entrevistas.

o urbano se refeririam as dinâmicas imputadas aos espaços. Comumente o campo estaria relacionado a modos de vida rurais, a medida que a cidade se ligaria a dinâmicas sociais urbanas. Porém, o que Joana faz ao analisar a agricultura urbana em Teresina, Piauí, é identificar que a constituição histórica do espaço analisado não acompanhou estes pressupostos e houve permanências do rural na cidade através da constituição de modos vida rurais, agenciado por pessoas oriundas do campo, que sobrepuseram o rural sobre a cidade em contraponto à cidade que se expandiu por sobre o campo<sup>116</sup>.

Apesar da permanência de uma organização do trabalho rudimentar na Charqueada São Domingos até meados da década de 1960, em termos tecnológicos, note que o próprio desenvolvimento da organização do trabalho nas Charqueadas aconteceu a partir de uma lógica proto-fábrica, em termos de aglutinação de trabalhadores em espaço determinado para maior segmentação e fragmentação do trabalho. O próprio Henry Ford inspirou-se nos matadouros de Chicago no final do século XIX para pensar a linha de montagem fordista<sup>117</sup>. A segmentação e fragmentação do trabalho, a “desmontagem” da rês, propiciam maior produtividade e estão intrinsecamente relacionadas a uma lógica fabril de controle do tempo e disciplina do trabalho. A organização da empresa charqueadora em galpões, com capatazes para gerenciar a produção, também é significativa disto. Neste sentido, o trabalho era rudimentar em relação às instalações industriais, que foram implementadas no início do século, mas com isso não estou insinuando que o ritmo de trabalho não tivesse exigências tipicamente fabris.

As Charqueadas São Pedro e São Domingos eram um híbrido de trabalho rural com trabalho urbano, de pecuária com fábrica, de permanências de sua gênese escravista com inovações da indústria moderna. É difícil precisar através das fontes consultadas e dos relatos dos trabalhadores quando que a charqueada São Pedro encerra suas atividades e quando a São Domingos inicia suas atividades. O que podemos afirmar é que a São Pedro era menor que a São Domingos e possuía métodos mais rústicos de produção. Outra questão é que o início de uma não significa o fim da outra, não é linear. As duas coexistem por determinado período de tempo e inclusive há trabalhadores que atuaram concomitantemente nas duas charqueadas. Além disso, existe continuidade de mão de obra, trabalhadores que eram empregados na São

---

<sup>116</sup> SILVA, Joana Aires da. Agricultura como permanência do rural na cidade. In: \_\_\_\_ **Agricultura urbana em Teresina: o rural que permanece na cidade**. 2016. 231 f. Tese (doutorado em geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2014.

<sup>117</sup> FORD, Henry. Os princípios da prosperidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964, p. 65-66. Apud. BOSI, Antônio Pádua. Uma história social comparada do trabalho em frigoríficos: Estados Unidos e Brasil (1880-1970). Revista: **História e Perspectivas**. Uberlândia (51): 277-311, jul/dez. 2014.

Pedro e posteriormente trabalharam na São Domingos. Porém, de uma charqueada para outra percebemos mudanças.

## CHARQUEADA SÃO PEDRO E CHARQUEADA/FRIGORÍFICO SÃO DOMINGOS

Ao lado direito temos a chaminé que pertencia a antiga charqueada São Pedro.  
Notem a paisagem rural em torno.



**Fonte: Imagem retirada da internet. Autor: Hiram Reis Silva, 2016.18.03.**

Sr. Aradir assim descreveu o processo produtivo na Charqueada São Pedro, onde seu pai trabalhou:

Eles ilaçavam o animal. Tinha um carretel de madeira com uma manivela assim, nem ferro era. Então os caras usavam uma manivela e aquele animal via vindo contra um poste – enorme assim. Quando ele calçava a cabeça alí, com uma lança eles nucavam o animal. Aí ele já caía numa zorra, que chamava, uma caixinha de madeira com dois trilhos de trem – endendesse? – que nem esses que atravessa as ruas [referência aos trilhos de trêm presentes em Jaguarão]. Aquele trilho ia da mangueira até lá dentro dos galpão. O boi caía ali em cima morto e os cara puxavam pra lá. Iam pra um lado e pra outro e os caras já carneavam no chão; no chão assim: piso de cimento. Dali ia pros tanque de salmora, fazia o charque. Aquele charque que era carneado este ano só ia ser vendido ano que vem. Depois tinha que secar direitinho, passava 1 ano e coisa. Era um charque preparado pra durar 15-20 anos sem estragar, né, depois disso aqui, aí exportava. Tanto ia pra cá [Rio Grande do Sul], pra Bahia, pro Recife, como ia pro Canadá, pros Estados Unidos, pra vários países do

mundo, né. Saía daqui de caminhão e depois embarcava nos navio [Porto marítimo de Rio Grande].<sup>118</sup>

Essa técnica de “nucar” o animal com uma lança, narrada por Sr. Aradir, carrega incrível semelhança com a descrição Nicolau Dreys presente na tese de Vargas, no qual refere-se ao período compreendido entre 1817 e 1827 em que este residiu na província:

O gado cercado no curral era “impelido na direção de dois corredores separados um do outro por uma espécie de esplanada” que estava erguida a 7 ou 8 palmos do chão. Quando o boi aparecia num destes corredores estreitos, um peão, de pé sobre a esplanada, o laçava. A corda usada pelo peão estava atada fora do recinto a uma roda de *ferralho* (uma engrenagem, como um torno) manejada por dois escravos. Laçado, o animal era puxado pela força do torno até encostar a cabeça no cercado onde, do lado de fora, um especialista (“ordinariamente um capataz”), sobre uma espécie de pedestal, cravava uma faca na nuca do boi, que ficava privado dos seus movimentos.<sup>119</sup>

Sr. Juan, trabalhador da cancha entre os anos de 1960-1967, observa que as mudanças mais substanciais ocorreram no final da década de 1960 e meados da década de 1970, quando já não trabalhava na unidade produtiva. Neste período de organização frigorífica da produção, o trabalhador uruguaio Sr. Juan assinala que se carneava o animal no segundo piso, “porque já tava mas moderno e crio [creio] que as coisas já caia tudo no lugar que ia ficar”.<sup>120</sup> Algumas mudanças foram acontecendo ainda no período que Sr. Juan atuava na cancha, como o guincho elétrico, instalado nos seus últimos anos de trabalho, facilitador do seu trabalho na cancha: “[...] después com o guincho elétrico tu puxava uma corda asi e ia lá e largava em cima a vaca do trilho e tinha que ver, essas duas roldaninha que correr, se acabou a pança essas coisa”.<sup>121</sup> A referência “a acabar a pança essas coisa” diz respeito a eficiência no que Sr. Juan chama de “despançar”, que nada mais é que o esquartejamento do animal. Porém, na entrevista assim foi resumida a atividade que executava na cancha:

Porque não era processo... Vê se eu entendi: não era processo automático. A vaca pra ir dum... Por exemplo: eu carneeí, ai pra ir pra ti, hoje ela vai mecanicamente, mas antigamente quem fazia esse trabalho era o tio Juan. Ele carregava num trilho pra ti, quem ia cortar a cabeça, arrancar a cabeça fora era tu, ai ele tinha que passar pra um outro que ia tirar as pata, era o tio Juan que fazia também. O processo automático era ele que fazia<sup>122</sup>.

---

<sup>118</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>119</sup> DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL, 1961, p. 133-134. Apud. VARGAS, Op. Cit., p. 196.

<sup>120</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>121</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>122</sup> Essa entrevista foi realizada com a presença de mais duas pessoas além de Sr. Juan e eu. Um deles é Nelson Correa, parente de Sr. Juan, que nos apresentou e contribuiu com a entrevista. Neste momento

Desta forma, o trabalho realizado na cancha era um processo extremamente manual, ao menos durante o período de Sr. Juan na charqueada São Domingos. O uso de guinchos manuais que se locomoviam através dos trilhos é tecnologia utilizada desde meados do século XIX, nas charqueadas em Pelotas. Evidentemente, os processos de trabalho e organizações espaciais poderiam variar de charqueada para charqueada em Pelotas, a São Domingos também era diferente. Não quero deixar a entender que eram iguais, porém, no que tange à tecnologia empregada na produção e à organização do trabalho, as diferenças não eram medulares.

### TRABALHADORES DE UMA CHARQUEADA EM JAGUARÃO



**Fonte: Autor e data desconhecidos. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.<sup>123</sup>**

Em termos tecnológicos só haverá mudanças profundas na produção a partir das instalações frigoríficas. Em 1964, segundo os três entrevistados, inaugurou-se a primeira câmara fria na Charqueada São Domingos. Esta primeira câmara fria seria uma câmara de menor porte, das que posteriormente foram construídas, porém, a partir da possibilidade de resfriamento da rês abatida, alterou-se o produto principal da charqueada. No período anterior ao resfriamento, toda a carne do animal era direcionada à produção do charque, inclusive as partes nobres, já com esta primeira câmara fria, com capacidade de armazenamento para 10.000

---

Sr. Juan estava me explicando suas atividades na cancha e eu estava com dificuldades de entender. Nelson sintetizou a explicação de Sr. Juan, enquanto ele balançava a cabeça concordando.

<sup>123</sup> Apud. LIMA, Op. Cit., p. 65.

reses, haverá um período de transição. Após a instalação da primeira câmara fria haverá uma complementariedade entre o frigorífico e a charqueada, parte das reses abatidas era salgada para produção de charque e outra parte resfriada. A partir de 1968, com o funcionamento da segunda câmara fria e o aumento da capacidade de resfriamento, a produção do charque será subsumida aos cortes menos nobres do animal, como as miudezas. Ou seja, a produção do charque terá importância secundária. É importante que fique evidente que a centralidade do frigorífico não se resume ao resfriamento simplesmente, mas todo um processo reorganização e automatização dos processos de trabalho a fim de ampliar a produtividade.

Este período é um marco em termos de “desenvolvimento” organizativo da produção. A partir deste momento, foi identificada a execução de medidas de controle do trabalho e disciplinamento dos trabalhadores. Em 1964 será proibido o fumo dentro dos ambientes de trabalho, é possível que haja questões sanitárias envolvidas. Proibir o fumo é também a imposição de uma lógica fabril na atividade, maior controle dos movimentos, do próprio trabalhador. Além de mudanças em termos de gestão da higiene e qualidade dos produtos:

Aí, depois sim, com o frigorífico já mudou, mudou tudo. Tinha que trabalhar com roupa branca, bota branca, tudo, cabelo cortado, a barba feita todos dia. Naquele tempo de charqueada ia tudo assim de qualquer jeito. Porque o charque, dizia eles, que o sal matava tudo e qualquer doença. E tem outro detalhe, ó: que aquela época salgava toda a carne; **depois o frigorífico tinha os veterinário, quando o animal era abatido eles revisava toda a carne, quando o animal era doente, não podia congelar pra vender, fazia charque.** Aquele charque depois era consumido, não tinha problema, né. Aí veio a higiene, e começou a aperta e aperta. [...] Agora, depois que começou o frigorífico mudou e ficou bonito. O animal era carneado e pendurado já. A buchada caía numa mesa de esteira, uma mesa inox que tava sempre girando, aí os veterinários tudo do lado, um pegava o fígado, outro pegava o mondongo, ia examinando e liberando. Por exemplo, o fígado já entrava numa calha de inox e caía lá numa sala lá em baixo, onde tinha as mulher trabalhando; mondongo na outra. Ali cada um fazia uma parte, né.<sup>124</sup> [grifo meu]

Este relato de Sr. Aradir traz alguns elementos importantes. Primeiramente é a perspectiva sanitária de inspeção da carne que passa pelo frigorífico. A partir do resfriamento e da reorganização, os animais doentes e a carne que não passava pela “revisão” do veterinário “não podia congelar para vender, fazia charque”. Isto indica a coexistência de duas lógicas sanitárias, a primeira é a lógica da charqueada, “que o sal matava tudo e qualquer doença” e a segunda é da produção da carne resfriada a ser consumida que necessitava de inspeção. O segundo elemento que destaco é o nível de organização de uma “linha de desmontagem”, em que há a

---

<sup>124</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.



existência de uma esteira que encaminha o trabalho até o trabalhador, alterando o trabalho a partir da lógica de maior segmentação e fragmentação do trabalho. O terceiro elemento importante, desta fala de Sr. Aradir, é a proeminência do elemento da mudança, ressalta que “mudou tudo”, em que começa argumentando sobre suas próprias vestimentas, da atividade laboral, das técnicas utilizada e da tecnologia fabril .

Sr. Aradir resume as etapas de produção do frigorífico:

Aí foi tudo modernizado ali. Fizeram as câmeras frias, direitinho. [...] Aí os animal passava pelo um banheiro de água e chegava banhadinho no lugar que ia ser abatido. Tinha uma caixa de ferro e eles entravam ali e aguardavam com uma marreta na cabeça – o animal caía. Aí pendurava num guincho. Aquele guincho tinha as roldana e tinha uns trilho assim. Tudo moderno já! Ali cada um fazia um pedaço: um carneava uma mão, outro uma pata, até que ele chegava no fim. Quando ele chegava carneado lá, já ia sem o couro, sem a buchada, é claro, e entrava pras câmara fria. Passava por um processo de resfriamento por 12 horas e depois ia congelar, porque se congelasse ele assim – a carne quente – ela queima e não dura. Aí ia pro congelamento, ficava 24 horas e depois ia pra estocagem. A estocagem também, era uns galpão enorme, tudo com trilhos; ficava tudo pendurado ali – 45-50 graus ali. Nós trabalhava ali de macacão, de luva, capuzi, uns tamancão de madeira que hoje não existe mais, né, a madeira em baixo e couro em cima pra ficarquentinho. [...] Aí depois, essa carne sim, era comercializada, às vezes, até 15-20 dias depois. Ou às vezes, 1 mês ou 2, depende do comércio. Aí chegava os caminhão e ia tudo na roldana do trilho, lotava o caminhão e ia embora. É assim que funcionava.<sup>125</sup>

É possível identificar mais semelhanças da charqueada São Pedro com as charqueadas do século XIX em Pelotas, na organização do trabalho, provavelmente por ter iniciado suas atividades ainda no século XIX. O primeiro ponto que chama a atenção é a presença do trabalho noturno nos dias de matança em ambos os espaços. Segundo Gutierrez, as jornadas iniciavam meia noite e se estendiam até meio dia, de novembro a maio, período que o gado está mais robusto e o clima favorável nas charqueadas pelotenses.<sup>126</sup> Sr. Juan, quando indagado sobre seus tios carneadores, que estabeleciam vínculos com as duas charqueadas (a São Pedro e a São Domingos), me explica – “porque fazia uma coisa e havia uma que começava mais cedo. Antes carneavam de noite, não era de dia, era de noite.”<sup>127</sup> Este trabalho noturno na matança foi extinto com o fim da charqueada São Pedro. O acúmulo de jornadas de trabalho era uma estratégia, principalmente dos carneadores, já que seus trabalhos dependiam do número de gado que seria

---

<sup>125</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>126</sup> GUTIERREZ, Op. Cit., p. 212. Apud. VARGAS, Op. Cit. 194.

<sup>127</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

abatido por dia. Sua remuneração era de acordo com o número de abate. Assim, em dias que havia menos matança em uma charqueada, podia-se trabalhar nas duas.

Vargas escreve que o “hasteamento de uma bandeira vermelha na entrada da charqueada era um sinal entendido por todos”<sup>128</sup>. Esse costume de utilizar uma bandeira vermelha para inaugurar os trabalhos do dia foi carregado pela São Pedro até por volta dos 1940-1950, período de uma geração anterior de familiares de Sr. Juan, que trabalharam nesta charqueada:

No sobradinho que tem ali, porque no tempo que trabalhou meus tios ai não era todo dia. Tinha uma bandeira. O cara tinha que ver se a bandeira tivesse vermelha não havia vaca, não sei. Tinha duas cor e dependendo da cor que tava no mastro que havia vaca o não havia. Después sí, quando eu trabalhei só se parava quinta-feira, que não carneava, esse dia era pra limpeza geral da charqueada.<sup>129</sup>

Já na charqueada São Domingos, podemos perceber uma reorganização. Diferentemente do período anterior, que havia dias que se abatia gado e dias que não, havia trabalho todos os dias. Não só isso, a bandeira da São Pedro não era utilizada pela São Domingos. Nesta segunda charqueada, soava um alarme acoplado a uma chaminé, acionado pelo vapor da caldeira. Apitava todas as manhãs para marcar o horário que os trabalhadores deveriam iniciar suas jornadas. Posteriormente às instalações frigoríficas esse alarme a vapor será substituído por um alarme elétrico acionado por um botão.

A partir destas pistas é simbólico pensarmos que o sentido desta transformação da charqueada passa por algumas características produtivas identificadas com momentos históricos. O hasteamento da bandeira identificada com a produção do século XIX, associado ao trabalho escravo e a uma produção rudimentar, enquanto o alarme a vapor como um elemento de transição e o elétrico um aspecto tipicamente fabril. Outro ponto citado anteriormente é o abate do animal feito através de uma perfuração de sua nuca, que corresponde a uma técnica de matar a rês, que perdura desde o século XIX, que posteriormente, foi substituída por uma marreta, já em uma organização do trabalho segmentada e fragmentada, uma “linha de desmontagem”. O fim da matança noturna, típica de charqueadas do XIX, para uma organização diurna, também são elementos de diferenciações. Esses marcos coexistiram com a existência concomitante das duas charqueadas, percebemos que o processo de transformação mais substantivo, de rompimento com elementos identificados à charqueada

---

<sup>128</sup> VARGAS, Op. Cit., p. 195.

<sup>129</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

escravista, foi a partir das câmaras frias e as transformações que a acompanharam.<sup>130</sup> Em síntese, o movimento de mudança é significativo, porém, traz consigo continuidades concernentes à própria formação social da unidade produtiva: primeiramente, a permanência da produção do charque e lógicas anteriores à industrial; depois, outra continuidade é a existência do capataz, figura central, que permanecerá existindo na charqueada São Domingos, mesmo no momento de funcionamento do frigorífico. Podemos visualizar essas questões melhor no quadro abaixo:

**PERMANÊNCIAS E CONTINUIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS CHARQUEADAS E NO FRIGORÍFICO.**

SÃO PEDRO	SÃO DOMINGOS	FRIGORÍFICO
Trabalho noturno	Trabalho diurno	Trabalho diurno
Hasteamento de bandeira	Alarme a vapor	Alarme elétrico
Nucar o animal com lança	Marreta	Marreta
Pouco gerenciamento da produção	Maior segmentação do trabalho	Segmentação e fragmentação do trabalho
Tecnologia manual e hidráulica	Tecnologia manual e hidráulica	Processos automatizados com maquinário elétrico
Produção exclusiva do charque	Refrigeração e salga da carne complementares	Produção do charque permanece, porém de maneira secundária, principal produto se torna carne congelada
Capataz	Capataz	Capataz

**Fontes: Entrevistas realizadas e as informações contidas na tese de doutoramento de Jonas Vargas.<sup>131</sup> Autoria própria.**

Neste quadro aparece o ofício do capataz, possuidor de um papel central em todos os momentos das charqueadas São Pedro, São Domingos, inclusive em seu momento de frigorificação da carne na charqueada São Domingos. Porém, é importante pensarmos que a manutenção do capataz não necessariamente significa a reprodução da mesma função no mundo do trabalho, porém, simbolicamente representa continuidade, ao menos em termos de

<sup>130</sup> No segundo capítulo analiso as relações de trabalho que se transformam com a organização do trabalho.

<sup>131</sup> VARGAS, Op. Cit.

nomenclatura e imaginário dos trabalhadores. Entendo que o capataz é central para pensarmos as relações de mudanças e continuidades, por isso analisaremos mais longamente os seus significados.

#### **2.4. Um olhar sobre o capataz: mudanças e continuidades**

O papel do capataz dentro da produção escravista no século XIX é um papel controverso, poderia assumir diferentes funções de acordo com o contexto específico. Enquanto que ao feitor caberia o controle dos escravos, ao capataz estaria designada a chefia de pessoal, o gerenciamento e também execução do trabalho. Marques diferencia essas funções e assinala outras chefias na hierarquia produtiva nas charqueadas pelotenses, como o sota-capataz (assistente do capataz) e o mestre (supervisor das etapas produtivas)<sup>132</sup>. Porém, em outros estudos percebemos que essas funções poderiam se misturar, em algum posto de comando, na organização do trabalho, principalmente do capataz. Al-Alam analisa um processo-crime relativo à morte de um capataz, assassinado por escravizados, no qual também era feitor.<sup>133</sup> De acordo com o tamanho da unidade produtiva, para além das próprias charqueadas, poderia ser acumulada a função de feitor ao próprio capataz.

O capataz, mesmo nas grandes unidades produtivas, como as charqueadas pelotenses do XIX, também tinha responsabilidade direta sobre os trabalhadores negros escravizados. Em primeiro lugar, era superior na hierarquia de comando aos feitores, logo, era responsável direto pelo trabalho do próprio feitor, do controle dos trabalhadores cativos. Segundamente, em seu trabalho, na vida cotidiana, lidava diretamente com os escravizados. Denise Ognibeni, em estudo mais detalhado do papel do capataz nas charqueadas, demonstra em sua argumentação a relação dos capatazes com os trabalhadores escravizados, que apesar de seu posto de administrador geral do empreendimento, estavam em contato direto com os escravizados por serem pessoas da mais alta confiança dos charqueadores. Uma das cartas do charqueador Domingos José de Almeida<sup>134</sup>, estudadas pela autora, evidencia essa relação. A carta do charqueador é direcionada a sua esposa, no qual demandam ordens a serem repassadas ao

---

<sup>132</sup> MARQUES, Op. Cit., 36.

<sup>133</sup> AL-ALAM, Op. Cit, p. 182.

<sup>134</sup> Caiuá Al-Alam indica que Domingos de Almeida foi juiz de paz em região de Pelotas que arbitrou um processo de 1832 analisado pelo autor. Em outro momento assinala que Domingos também foi, além de líder liberal, vereador, deputado provincial e Ministro da Fazenda Do Interior e da Justiça da República Rio-Grandense Ver: AL-ALAM, Op. Cit., p. 56; p. 118.

“compadre Rolino”, capataz de sua charqueada. É possível também entender um pouco mais da função do capataz na organização da charqueada:

Porto Alegre, 25 de abril de 1835.

De novo te recomendo que admoestes ao compadre Rolino muita vigilância aos escravos, concórdia entre todos, que não deixe de receber gados de costeiro, ainda mesmo por menos do que correr, que ponha vigia na mandioca e que nas falhas cuide da plantação da chácara, (...) <sup>135</sup>

Desta forma, as atribuições administrativas do capataz estavam relacionadas às diversas atividades da charqueada, desde o controle dos escravizados e de seus trabalhos ao recebimento e envio do gado. Ou seja, a viabilização das atividades comerciais, até mesmo a chefia de outras áreas produtivas das propriedades, como o “cuidado com a plantação da chácara”<sup>136</sup> de Domingos José de Almeida era executado pelo capataz.

Caiuá Al-Alam, ao estudar um processo de assassinato de um capataz, descrito como feitor do escravizado que o executou, disserta sobre os prejuízos do charqueador decorrentes desta ação. A principal questão é a existência de expectativas nas relações de mando, entre capatazes e escravizados, forjadas na relação de ambos. Isto não significa relações sociais de poder “democráticas” (nada próximo a isso), mas expectativas que deveriam ser supridas pelas partes. Até o feitor conquistar o “respeito” dos escravizados e serem forjadas as expectativas o pleno funcionamento da propriedade escravista poderia estar ameaçado.<sup>137</sup> O capataz era, neste sentido, fundamental aos interesses da manutenção da própria ordem dominante ao garantir os lucros da classe charqueadora e o controle dos negros escravizados – ampla maioria entre os trabalhadores das charqueadas. Assim, simbolicamente, ao atacar o capataz, atacava-se o próprio Sistema.

As expectativas de mando também estiveram presentes nas relações sociais de trabalho entre os capatazes e trabalhadores na charqueada/frigorífico. Sr. Juan, certo dia, foi à venda para beber com seus companheiros de trabalho. Quando de saída, comprou fiambre para

---

<sup>135</sup> Anais do AHRH. Vol. 3, 1978. Apud. OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: Cotidiano, estabilidade e movimento.** Doutorado (História das sociedades ibéricas e americanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005, p. 118.

<sup>136</sup> Jonas Vargas constatou na sua tese “a busca de autossuficiência das unidades produtivas no que diz respeito ao transporte fluvial e marítimo, ao abastecimento de alimentos para os cativos e de gado para a charqueada”. Porém, discorre sobre a impossibilidade disto em relação ao abastecimento de gado. Ver: VARGAS, Op. Cit., p. 210.

<sup>137</sup> AL-ALAM, Op. Cit., p. 182-183.

comer.<sup>138</sup> Chegou na “peça”<sup>139</sup>, que morava, e foi comer. Ao cortar o embutido aconteceu um acidente, Sr. Juan cortou o dedo. No outro dia, conversou com o capataz da cancha, argumentou que o sal agrediria seu ferimento, porém, também não queria ir ao hospital e perder o dia de trabalho. Sr. Izolino (capataz da cancha), segundo o trabalhador uruguaio, respondeu: “ah, vá pro mato cortar embira pra fazer vassoura”. Sr. Juan assim relata: “Fiquei no mato lá cortando embira, fazendo hora, pra fazer vassoura. Ganhei as 8 hora [risos]. Ganhei sem trabalhar [risos].”<sup>140</sup> O capataz do setor permitiu que Sr. Juan não trabalhasse com o sal de maneira informal, correspondendo à uma expectativa do trabalhador, contrariando os interesses dos seus patrões. Neste sentido, os capatazes estão numa posição que transita entre os administradores e os trabalhadores. Ao mesmo tempo em que possui expectativas dos seus superiores, também as tem de seus subordinados. Apesar de sua função ser os olhos do patrão, seu cotidiano é com os trabalhadores.

A existência da função de capataz, com essa nomenclatura, no topo da estrutura hierárquica organizacional (do ponto de vista operacional) das charqueadas São Pedro e São Domingos, inclusive com a reorganização frigorífica da unidade produtiva, nos anos 1960, é um dos elementos de continuidade das charqueadas do século retrasado. A estrutura frigorífica instalada sobre a charqueada, herdeira do XIX, carregou a marca do capataz, enquanto que outros frigoríficos tiveram em “encarregados”, “gerentes”, ou cargos do tipo, a função de chefia operacional da atividade produtiva. Porém, devemos analisar mais profundamente as consequências da existência do capataz, os significados do capataz e as diferenças desta figura na charqueada do XIX e do XX. De imediato, a partir das reflexões anteriores, o capataz da charqueada no século XX e no frigorífico já não significa um pilar do regime escravista, esta é a ruptura mais profunda. A partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores foi possível elaborar o organograma do ponto de vista da organização do trabalho na charqueada/frigorífico:

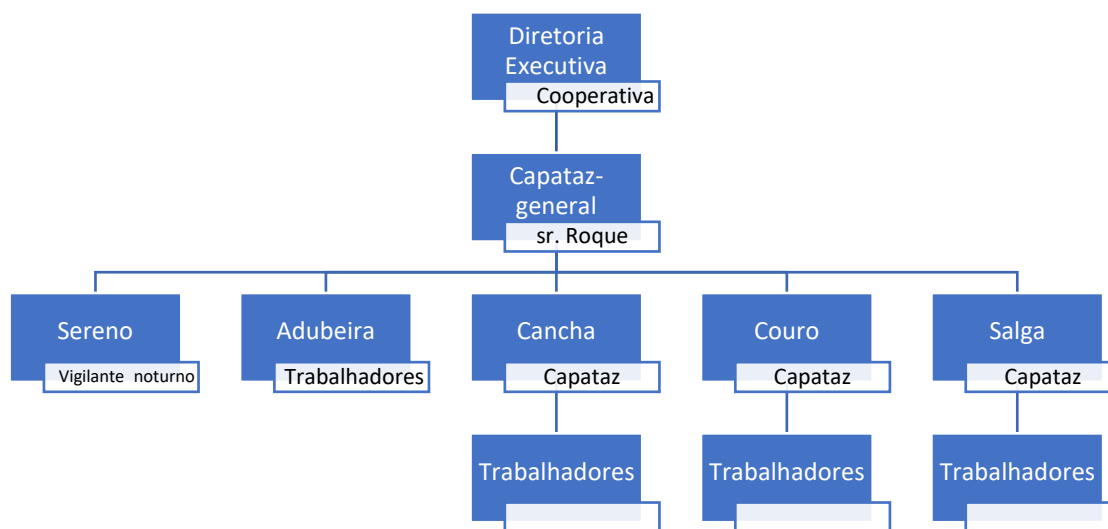
---

<sup>138</sup> Trata-se de um embutido consumido no Uruguai.

<sup>139</sup> Peça é umas das formas de se referir ao cômodo de uma residência, linguagem comum em regiões no Rio Grande do Sul.

<sup>140</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

## ORGANOGRAMA – ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO



**Fontes: Entrevistas concedidas pelos trabalhadores da charqueada/frigorífico.<sup>141</sup> Autoria própria.**

Retomando a carta de Domingos José de Almeida à sua esposa, em que apresenta orientações ao seu capataz a respeito da organização trabalho em suas propriedades, reparemos o tratamento de *compadre* a que se refere ao capataz Rolino. Era comum a criação de vínculos de compadrio ou vínculos de apadrinhamento, mais profundos do que relações unicamente profissionais entre capatazes e proprietários, devido à própria centralidade do trabalho do capataz. Por um lado, era importante para o proprietário esse estreitamento na relação para garantir os seus interesses em suas propriedades, já que, parafraseando Jonas Vargas, as mãos do capataz deveriam ser a cabeça do senhor, tendo em vista que um capataz insatisfeito poderia não garantir uma conduta convergente aos interesses senhoriais.<sup>142</sup> Por outro lado, essa relação de compadrio poderia assegurar garantias ao capataz e estabilidade para sua própria família.

<sup>141</sup> Este organograma é uma estimativa a partir dos relatos dos trabalhadores. A organização da Charqueada é complexa e possui muitos pavilhões e espaços de trabalho e armazenamento e de circulação. O que consegui sintetizar a partir das entrevistas são três capatazes de seção que coordenam o trabalho em três espaços estratégicos, já em outros setores os próprios trabalhadores eram encarregados, ou na verdade, não tinham capatazes. Na “adubeira” trabalhavam os empregados fixos – que continuavam com vínculo na entressafra. Porém haviam mais setores. O “sereno” refere-se a um trabalhador que tem a função de fazer a vigilância do patrimônio da Charqueada durante a noite e madrugada, por isso os trabalhadores o conheciam como “sereno”.

<sup>142</sup> “A cabeça do senhor, as mãos do capataz: as transformações no mundo do trabalho nas charqueadas escravistas na segunda metade do oitocentos” é o título de um subcapítulo da tese de Jonas Vargas. VARGAS, Op. Cit., p. 9.

Denise Ognibeni apresenta o caso do charqueador José Antônio Moreira, o Barão de Butui, que em seu testamento deixou diversos legados a pessoas de seu convívio e afilhados.<sup>143</sup> A relação de compadrio com um grande charqueador poderia ser lucrativa, além de também significar proteção e status social.

A relação de proximidade do capataz com o proprietário da charqueada poderia render regalias e benefícios diferenciados dos outros trabalhadores da empresa. Esses vínculos estreitos perduraram na São Domingos de outra forma, já que o patrão não era mais “o” proprietário, e sim uma cooperativa que elegia uma diretoria a cada três anos. Sr. Alamir viveu o momento das maiores transformações na Charqueada São Domingos, entre a segunda metade dos anos de 1950 e início dos 1960: a instalação da primeira câmara fria; a construção, pela Cooperativa, da vila para os trabalhadores<sup>144</sup>; e a chegada da rede elétrica às Charqueadas (comunidade/bairro). O trabalhador relata que, ao ter que sair da casa de torrão onde morava, para ir morar na vila operária<sup>145</sup>, Sr. Rosalino, seu pai, percebeu a existência de alguns inconvenientes. O pai de Sr. Alamir então dispôs-se a agenciar essa questão ao seu favor e então vai buscar providências. Assim é narrado:

O pai não quis ir pra lá e falou com eles lá, e o nome do pai era Rosalino, [cooperativa] – “a gente entende Sr. Rosalino”, como pai era bem assim dos homem, né, porque era empregado antiquíssimo, né, trabalhou desde a época da charqueada São Pedro, a primeira charqueada que teve lá, que eu nem existia. Ele trabalhava desde os 16 anos, na parte da noite era que ele trabalhava. Tinha muita experiência de charqueada e meu tio era o capataz lá, administrador geral era o tio Roque. [...] Não quis se mudar pra lá por causa da fofocagem que ia rolar lá, porque era mesmo. Todo mundo se dava bem, mas também eles faziam fofoca, né. E aí ele [fala] – “eu não vou praquela vila, eu não vou” e ficou, aí falou com os homi e os outros duvidavam que iam fazer, “ah, vão fazer nada”, aí já tavam fazendo, né. Uma baita de uma casinha.<sup>146</sup>

Percebe-se que este vínculo, de ser “dos homem”, conferiu ao Sr. Rosalino o benefício especial de ter uma casa construída apartada da “fofoca da vila”, problema identificado por ele. Sr. Rosalino, apesar de não ser capataz, possuía autoridade entre os trabalhadores, decorrente de sua longa trajetória e experiência na lida do trabalho na charqueada. Tinha também,

---

<sup>143</sup> OGNIBENI, Op. Cit., p. 19.

<sup>144</sup> Esta vila operária é um conjunto de 16 residências que foram construídas para substituir os ranchos feitos de torrão (basicamente, paredes feitas com barro prensado e teto com palha). Esta demanda faz parte das exigências sanitárias do poder público para instalação industrial frigorífica.

<sup>145</sup> A terminologia vila operária está sendo usada por mim, talvez arbitrariamente, já que os trabalhadores e moradores do bairro chamavam aquele conjunto de residências apenas de “vila”. Chamo de vila operária por ser familiar aos estudos dos mundos do trabalho e situar o leitor.

<sup>146</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.



confiança da chefia, além de seu parentesco com o capataz-general da charqueada – Sr. Roque. Sr. Almir explicou que para ele e sua família não houve dificuldade em conseguir ocupar um posto de trabalho na charqueada, já que o “pai já trabalhava lá, já mandava e só falava lá e mandavam chamar a gente [...]”<sup>147</sup>. Essa questão é importante para pensarmos as diferenciações que existiam entre os próprios trabalhadores da charqueada e do frigorífico<sup>148</sup>. Este trabalhador recebia em seu holerite o mesmo valor e ocupava o mesmo posto de trabalho que os outros trabalhadores, porém, por uma diferença geracional e vínculos de reciprocidade, e até mesmo parentesco, com a chefia, possuía um status diferenciado. Sua possibilidade de escolher onde morar e poder indicar trabalhadores, minimamente, deveria conferir algum tipo de expectativa do outro lado da relação, na chefia. Provavelmente, tenho como hipótese que Sr. Rosalino cumpria um papel de extensão da “cabeça do patrão e braços do capataz” e deveria atuar de maneira convergente aos interesses da Cooperativa ou ao menos demonstrar isto em momentos que lhe fosse conveniente.

Por outro lado, não é só de regalias que se faz um posto de chefia na charqueada. Uma das expectativas do proprietário, no caso a diretoria da Cooperativa, é o reconhecimento. A diretoria reduzia-se a um número limitado de diretores, que se alternavam, conhecidos do capataz Roque Uzandizaga – tio de Sr. Almir. Ao conferir benefícios diferenciados ao capataz, e principalmente, condições minimamente estáveis para reprodução material de sua vida e de sua família, um laço de dependência também é criado. Assim poderia ser severo o tratamento com o próprio capataz:

[...] ele tinha um medo dos chefe dele lá, que ele tirava o chapeuzinho, que era um, como que vou te dizer, ele não chamava de gorro, é um troço tipo daqueles militar de antigamente que era pontudinho aqui e aqui atrás, ele tirava e botava embaixo do braço e ele falava – “sim, sim”, concordava com tudo – “sim, sim, sim, sim”. Precisava ver ele bem humilde.<sup>149</sup>

O capataz notadamente é privilegiado em relação aos outros trabalhadores, porém, pode ser uma posição problemática. A função “capataz” está localizada em uma posição frontal para os interesses da classe dominante. Enquanto que no escravismo é figura central para manutenção do regime, controle da produção e dos trabalhadores negros escravizados, no trabalho assalariado o capataz é a linha de frente do Capital nos conflitos com o Trabalho. Jonas Vargas relaciona a demanda de aumento da produtividade, a política monetária de incentivo

---

<sup>147</sup> ESPINDOLA, Almir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>148</sup> Sr. Rosalino trabalhou até 1974 no frigorífico quando se aposentou.

<sup>149</sup> ESPINDOLA, Almir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

para aumento da produção nas charqueadas de Pelotas e a retração do contingente de trabalhadores escravizados ao aumento de crimes cometidos, por escravizados, contra capatazes na cidade. Na década de 1830 há o registro de 5 assassinatos à feitores e/ou capatazes, mantendo-se essa proporção na década de 1840. Já nos anos de 1850, com o aumento de cobrança dos trabalhadores escravizados, há um *boom* com mais de 20 assassinatos, sendo essa proporção numérica mantida nas duas décadas seguintes, somente retrocedendo para 10 mortes na década de 1880<sup>150</sup>.

Os capatazes para garantirem os interesses dos charqueadores, quando a motivação econômica não bastava, utilizavam a violência como “incentivo” para o aumento da produtividade. A questão é que essa coerção não aconteceu sem que houvesse consequências. Vargas, ao analisar qualitativamente alguns crimes, chegou a conclusão que os assassinatos tinham como principal causa os excessivos castigos aplicados aos escravizados, não só por má conduta, mas por falhas no trabalho das charqueadas. Um dos processos mostrava o caso do escravizado Antônio de 40 anos – cozinheiro e carneador – que foi castigado por não ter conseguido preparar o couro corretamente.

Dois casos são emblemáticos da relação entre produtividade e revolta:

Em janeiro de 1873, Feliciano matou o capataz por ele o haver “mandado trepar para cima de uma pilha de carne verde para trabalhar e ele réu lhe dissera não poder fazê-lo por ter os pés e as mãos ardidadas do sal”. O escravo Matheus, citado acima, também revoltou-se com o capataz pois não queria trabalhar “no valo” que cercava o terreno da charqueada, alegando estar com os pés rachados.<sup>151</sup>

A violência seria um “argumento” para a imposição dos interesses senhoriais nas charqueadas pelotenses do século XIX, quando os consensos falhavam. Sua legitimidade era mais do que interesses econômicos imediatos da classe charqueadora, ela tinha como “pano de fundo” a própria reprodução da ordem escravista. O elemento da violência é ponto de ruptura da figura do capataz do XIX com o do XX, pois com desagregação do escravismo e a consolidação da reconfiguração do regime, a partir do marco da República, a legitimidade do uso da violência pelo capataz para assegurar os interesses de classe é diminuída. O capataz ainda será central na organização do trabalho, será as “mãos do charqueador”, porém, agora essas mãos não mais segurarão o “chicote”. Neste sentido, haverá uma transformação das expectativas entre os trabalhadores e os capatazes, em que haverá o predomínio do elemento

---

<sup>150</sup> VARGAS, Op. Cit. p. 253-254.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 255.

do consenso, no qual anteriormente a coerção física, em última instância, estava presente na dinâmica (não sem resistências, evidentemente).

A função do capataz como “interlocutor” entre contraditórios interesses de classe, agora uma figura mais amena, do ponto de vista das possibilidades de violência, necessitará de outros elementos na atuação. Paulo Fontes, ao investigar experiências operárias de imigrantes nordestinos em São Miguel Paulista, nos anos 1950, percebe duas características importantes na figura da chefia industrial, que pensaremos como uma analogia ao capataz. A primeira característica tem a ver com a legitimidade da chefia:

“[...] a autoridade do chefe não advinha somente do poder que a empresa lhe conferia, mas também da imagem de um operário bem-sucedido, que, graças aos seus méritos pessoais, conseguiria ascender na empresa. Nesse sentido, seria um exemplo a ser seguido pelos demais trabalhadores.”<sup>152</sup>

A segunda característica da chefia, na verdade, o limite desta chefia, está relacionado com a perda da legitimidade do uso da violência, não necessariamente física, mas sanções desproporcionais aos possíveis erros:

“Além disso, chefes e outros ocupantes de cargos intermediários estavam sujeitos à influência das redes sociais estabelecidas pelos trabalhadores na empresa e no bairro. Um chefe autoritário que, periodicamente, ultrapasse os limites considerados toleráveis poderia sofrer sanções, por vezes violenta. [...] Algumas vezes, porém, o preço que os chefes pagavam por suas arbitrariedades não era somente a violência, mas a rejeição da comunidade operária.”<sup>153</sup>

O uso desta analogia é limitado em diversos aspectos, porém é útil para pensarmos nosso objeto, o capataz. Uma das questões é a restrita possibilidade de mobilidade social. A legitimidade da autoridade do capataz, no caso da charqueada estudada, estaria mais próxima de um trabalhador bem sucedido do que a possibilidade do trabalhador se tornar um capataz, pois, de acordo com as entrevistas, Sr. Roque, capataz (gerente geral), e outros chefes (capatazes de seção) se aposentaram em seus postos. A possibilidade de se fazer carreira, “ascender” na charqueada/frigorífico para capataz, seria contar com a morte do chefe e estabelecer vínculos próximos com a chefia a ponto de ser indicado ao posto. Improvável. A relação de mando do capataz com os trabalhadores estava calcada também no fato de que todos

---

<sup>152</sup> FONTES, P. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, C. H. M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. (orgs.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 378.

<sup>153</sup> Idem.

os capatazes de secção da São Domingos foram carneadores. Sr. Roque Uzandizaga, o *capataz-general*<sup>154</sup> que administrava toda a unidade produtiva, chegou inclusive a trabalhar na charqueada São Pedro<sup>155</sup>.

A legitimidade da autoridade de Sr. Roque extrapolava seu conhecimento sobre o trabalho, seu tempo de serviço ou autoridade conferida pelo posto. A própria relação dos trabalhadores com as charqueadas se apresentava estruturada numa conexão mais ampla na perspectiva da própria cultura<sup>156</sup>, de forma que é apresentada numa perspectiva transcendental, a profundidade do vínculo de Sr. Roque com a charqueada na narrativa de Sr. Juan:

E o pai dele... A última vaca que mataram na safra... Morreu a última vaca, morreu o pai do Roque. É. O basco. Que passava... Ele tinha uma religião aí que de noite [risos] ia ali pra dentro da charqueada, porque ele morava ali na charqueada mesmo, e tinha como 3 ou 4 cachorros, pero, era pequenininho os cachorros que ele tinha, o pai do Roque.<sup>157</sup>

Não me interessa em que nível de “realidade” está assentada essa história de Sr. Juan, a questão é o imaginário compartilhado pelos trabalhadores em relação ao capataz, que além de ser um “operário bem sucedido”, na ideia de Fontes, o capataz se apresenta como um “filho espiritual da charqueada”.

Por outro lado, Ognibeni conclui seu raciocínio acerca da mobilidade social para se tornar um capataz com ênfase no fato de que esse feito poderia possuir o efeito diametralmente oposto numa charqueada do século XIX. Quando negros escravizados ou alforriados alcançavam a função de capataz ou feitor ocupavam um espaço social no mundo dos brancos e obtinham vantagens, “suas vidas eram marcadas pela violência e pela não aceitação tanto no meio dos escravizados como no meio dos brancos.”<sup>158</sup> Nesta dimensão de prestígio pela ascensão social, o capataz estaria mais próximo ao encarregado da fábrica do que do capataz-feitor, percebemos uma ressignificação derivada de um outro contexto econômico e jurídico.

---

<sup>154</sup> Nomenclatura utilizada por Sr. Juan. LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>155</sup> Nas entrevistas não houve consenso entre os trabalhadores sobre a quantidade de capatazes e suas respectivas secções. Havia uma fragmentação grande do trabalho na Charqueada, porém, nem todo ambiente de trabalho havia um capataz. O consenso mínimo das entrevistas são 3 secções com capatazes: onde se retalhava o animal (cancha), onde se salgava a carne e onde se limpava e preparava o couro e mais um capataz geral, o Sr. Roque.

<sup>156</sup> Essa questão será examinada no segundo capítulo.

<sup>157</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>158</sup> OGNIBENI, Op. Cit., p. 126.

Apesar de terem se passado mais de quarenta anos que os trabalhadores entrevistados saíram da charqueada/frigorífico São Domingos, as falas em relação ao capataz-general, Sr. Roque Uzandizaga, conferiram-lhe autoridade e respeito, por vezes parecia até que o “espírito” do capataz estava ouvindo a entrevista. Foram falas muito cuidadosas que evidenciaram que o comando de Sr. Roque era exercido com pulso firme, porém, com certa justiça. Isso é apresentado nas falas de um trabalhador. Sr. Juan, quando perguntado sobre a chefia do capataz-general, afirma – “[risos] Si, si. Ele era... Tinha que respeitar porque senão a gente...”<sup>159</sup>.

Se por um lado havia reconhecimento da autoridade e a constatação que o capataz general poderia ser severo e tinha poder sobre os trabalhadores, por outro, Sr. Roque poderia ser cuidadoso no tratamento para com os trabalhadores. Isto se coloca com exigência para si mesmo, porque apesar de seu posto de comando, e ser próximo aos patrões, ele ainda é um trabalhador e vive com os trabalhadores nas Charqueadas (comunidade/bairro), e possui vínculos de reciprocidade com os trabalhadores da charqueada. Sr. Alamir relata uma história de família que indica um pouco mais sobre a relação entre os trabalhadores e os capatazes de seção e o capataz-general:

**Allan:** E como que era, os capataz, eles mandavam, brigavam com as pessoas?

**Sr. Alamir:** De vez em quando, quando fazia uma coisa errada, eles vinham e dava uma galopiada [chamada de atenção] na gente – “tem que prestar atenção”, “não sei o que tem”.

**Allan:** Pros finalmente [briga física] não chegava os capataz com os funcionários?

**Sr. Alamir:** Não. As vezes chegava assim, eu tinha um irmão meu que era todo brabo e esse meu tio [Roque], as vezes, pegava no pé bastante, desafiou ele e chamou ele de “basco guampudo [guampa significa chifre], pula lá pra fora que eu te quebro a cara!”. Daí o véio não foi, véio modo de dizer, tinha 40 e poucos anos aquela época, meu irmão tinha 19-20. João era brabo, sempre foi, e não gostava muito dele. **Bom, eu também não gostava muito do meu tio porque ele era muito assim de chamar atenção da gente que era parente e dos outros não. Se tava trabalhando eu com outro e o outro fazia uma cagada de deixar cair a carne no chão ele vinha dizer pra gente.** Já o pai era tranqüilão que nem eu assim. Se tinha que falar ele vinha e falava, mas nada de tá, **humilhação.**

**Allan:** E acontecia muito isso aí, as vezes?

**Sr. Alamir:** É, é, acontecia.

**Allan:** Principalmente quando fazia cagada no serviço?

**Sr. Alamir:** É. Mas as vezes uma bobagenzinha assim e já...<sup>160</sup> [grifo meu]

---

<sup>159</sup> Após essa frase o trabalhador faz um silêncio dando um sentido de severidade no contexto de sua elaboração argumentativa. LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>160</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

Como já debatido anteriormente, a função de capataz significa poder de indicar trabalhadores para postos de trabalho, o que decorria na indicação de familiares. O caso de Sr. Alamir é emblemático, de sete pessoas que compunham seu núcleo familiar – pai, mãe e quatro irmãos – quatro pessoas trabalhavam na charqueada. Primeiramente, este trecho da entrevista nos mostra uma responsabilidade do capataz, por um lado, de manter seus indicados “na linha”. Comportamentos inadequados, do ponto de vista da Cooperativa, de seus familiares replicariam negativamente para o próprio capataz, do ponto de vista do seu capital social. Por outro lado, essa situação nos dá uma pista de uma possível estratégia do capataz-general para manter e reproduzir sua autoridade: chamar a atenção de seus familiares, a quem se tinham vínculos mais profundos, mais difíceis de serem rompidos. Seria uma forma de mostrar sua severidade para os outros trabalhadores sem colocar em jogo as expectativas de mando. Não precisa o capataz ser severo com os trabalhadores para ser reconhecida sua autoridade, há somente a necessidade de os trabalhadores cogitarem essa possibilidade, o medo de ser humilhado. Evidentemente, que isso não acontece sem consequências. O “desafio” de João à Sr. Roque pode ter sido resultado desta estratégia de Roque, um momento de estopim em que João se contrapõe a lógica de mando. Porém, essa tática de Roque conforma um tratamento ameno, mais cuidadoso, para o restante dos trabalhadores, fundamental para a manutenção de sua autoridade e reconhecimento.

O capataz é um cargo remanescente na charqueada que perdura no século XX, inclusive no frigorífico, traz toda uma carga simbólica na sua existência, porém, com mudanças na sua função. Ele possui um papel central na garantia dos interesses de classe, dos proprietários, sendo assim, é um profundo conhecedor dos processos produtivos da unidade, comumente um antigo trabalhador. É um homem de confiança, possuidor de privilégios em relação aos outros trabalhadores (cativos ou livres). Sua função estratégica na garantia dos interesses da classe dominante coloca-o em posição delicada que exige perspicácia, porque, apesar de “seus braços serem as cabeças da Cooperativa”, ainda compartilha dos mesmos espaços de sociabilidade dos trabalhadores fora da produção.

Diferentemente do período escravista onde sua legitimidade no limite se asseguraria, dentro de uma dinâmica entre consenso e coerção, na violência física, agora, o capataz necessita ter sua autoridade reconhecida sem o uso de castigos corporais. Evidentemente, que o consenso também era necessário nas relações com o capataz do XIX, como debatido anteriormente, porém, neste outro momento de trabalho assalariado, esse elemento possui mais centralidade

nas expectativas de reciprocidade entre trabalhadores e chefia<sup>161</sup>. Se simbolicamente o capataz-feitor era a base da reprodução do escravismo, o capataz no mundo do trabalho, onde a força de trabalho é uma mercadoria, possui um papel central no controle do trabalho social, ou seja, medular na produção do valor e sua espoliação. Porém, apesar das profundas diferenças entre as duas “formas capatazes”, a sua existência demarca continuidades, principalmente pelas particularidades do espaço que compartilha esses dois mundos do trabalho (livre/cativo), a charqueada. Essa relação de continuidade aparece na fala de Sr. Aradir:

**Allan:** E o frigorífico pagava melhor?

**Sr. Aradir:** Pagava, porque aí já começou a vir as leis trabalhistas, né. Depois do Getúlio Vargas era obrigado a pagar. **Na época que meu pai era novo não tinha salário, não tinha nada.** Eu tinha uma firma, pegava um funcionário, chegava o fim do mês e eu pagava o que queria pra ele pronto. Ele não tinha o que reclamar nem nada. Aí depois não, aí mudou, né. Domingo e feriado, isso aí não tinha, todo mundo trabalhava como se fosse um dia normal. Hoje não, pah. Hoje o cara pega e: “tenho direito a isso e aquilo”. Os rico de hoje em dia na época não gostava do Getúlio Vargas, da época da ditadura, como é que chamam. A melhor coisa que teve. Ninguém tinha salário, ninguém tinha sábado nem domingo. **Era tudo o patrão que mandava, os coronel**, no caso. **A gente era praticamente escravo.** Antes de mim, no caso, um pouquinho. Aí começou a vir as lei e os empresário começaram a brigar. E hoje tão mudando tudo e a aposentadoria já querem mudar pra aumentar a idade. Salário mínimo, já vi um comentário, querem congelar por 20 anos [referência a PEC 241]. Onde se viu, com uma inflação enorme dessa? Acho que isso aí não vai passar, mas...<sup>162</sup> [grifo meu]

Nesse depoimento de Sr. Aradir é possível identificarmos a presença de um imaginário da escravidão. A elaboração de uma narrativa histórica que imbui a “Getúlio Vargas, na época da ditadura<sup>163</sup>” o rompimento com relações de trabalho escravistas, ou análogas à escravidão, através da implantação de direitos trabalhista, é significativa para entender os seus complexos parâmetros de compreensão da realidade. Ele desloca o seu pai a esse mundo sem direitos, no qual “os coronel” mandavam e os trabalhadores eram “praticamente escravos”. Sr. Aradir nasceu nas Charqueadas (comunidade/bairro), assim como muitos trabalhadores à época, “neste mundo” tão próximo do cativo, onde as memórias do cativo aparecem nas ruínas da charqueada São Pedro, no chefe imediato denominado “capataz”, nas histórias de precariedade (relacionado à escravidão).

---

<sup>161</sup> Claro que o fim da violência física não é o fim da violência e da coerção. Demissão, suspensão, perda salarial, entre outros instrumentos de coerção sempre estão presentes nas relações de trabalho.

<sup>162</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>163</sup> A ditadura que Sr. Aradir se refere é ditadura civil-militar que iniciou em 1964, período, em que as leis trabalhistas foram sistematicamente implantadas na unidade produtiva. O trabalhador faz uma miscelânea de referências históricas.

Diante disto, as relações de mudanças e permanências não estão presentes somente na charqueada (unidade produtiva), se manifestam nas subjetividades dos trabalhadores que compartilharam esse mundo do trabalho rural e a própria comunidade/bairro ao redor. Há uma relação de pertencimento a esses mundos, o trabalhador se coloca temporalmente no “mundo dos direitos”, mas o seu pai em um “mundo praticamente escravo”, há uma percepção de proximidade entre os tempos, independente do marco de 1988. Contudo, não quero deixar subentendido que os trabalhadores eram escravizados ou estavam em condições análogas à escravidão, não possuo elementos para tal afirmação, mas ressalto a percepção, a leitura feita por Sr. Aradir sobre as situações vividas. As marcas da charqueada escravista e o mundo do trabalho de direitos se articulavam de forma complexa na formação das subjetividades destes trabalhadores a partir da precariedade vivenciada neste mundo rural em que viviam. Podemos observar isso em outro depoimento:

E outra coisa porque meu pai era [retomando], é verdade. Olha, o senhor até me lembrou, mas acontece que aqueles anos [retomando], posso falar [tom de quem ia dizer algo “proibido”], porque o **pobre** não podia ter, **não podia ter um cargo**. E era o cargo do meu pai, um dos poucos do sindicato, e meu pai sabia ler muito pouco. Mas ele tinha uma inteligência assim, né. Ele era inteligente mesmo. Para o senhor vê, os anos fazia que ele trabalhava lá, **naquele tempo que o pessoal trabalhava não tinha domingo, não tinha nada, era como escravo, era empregado, mas tinha que trabalhar**. Domingo não tinha [vez]. Hoje, diz assim “ah, não trabalha”; domingo eles trabalhavam. Até de manhã, meio dia apartado eles não trabalhavam, mas toda manhã eles trabalhavam.<sup>164</sup> [grifo meu]

Esse relato trata-se de um trecho de entrevista realizada com Aldamira Alves Ferreira, mulher negra, ex-trabalhadora da charqueada São Domingos. Neste momento ela falava sobre o antigo sindicato dos trabalhadores da charqueada<sup>165</sup> e a participação de seu pai na entidade, o senhor Augusto Celestino Alves. Quando pedi para falar sobre o sindicato, a trabalhadora abordou a questão a partir de duas perspectivas importantes para entendermos o mundo do trabalho nesta unidade produtiva no período vivenciado por ela, a dimensão simbólica e a dimensão material. Primeiramente, ela afirma “pobre não podia ter cargo”, referindo-se a presidência do sindicato ocupada por seu pai. Esta afirmação tem consequência imediata tanto do ponto de vista da condição de pobreza do sujeito, quanto do impedimento de “não poder ter”, a uma posição social reconhecida, referindo-se a um “cargo”. O outro ponto importante

---

<sup>164</sup> FERREIRA, Aldamira Alves. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão, 2017.

<sup>165</sup> Não tive acesso a nenhum documento sobre esse sindicato, apenas alguns relatos de entrevistados. Esse sindicato é anterior a 1960, ano que o trabalhador mais antigo dos que entrevistei iniciou o vínculo com a charqueada São Domingos.



que pretendo desenvolver em seguida diz respeito da comparação feita por ela da condição de “escravo” com condições precárias de trabalho, ausência de regulação, de direitos trabalhistas.

Em outro depoimento, de ex-trabalhador do frigorífico, o senhor Clóvis Diassilva, podemos perceber um depoimento que aparentemente poderia parecer contraditório se não contextualizado na cronologia:

**Allan (Entrevistador)** – E, comparando com os outros empregos da região ali, a charqueada ainda era melhor ou pior que trabalhar numa granja de arroz, numa instância?

**Sr. Clóvis Diassilva (Entrevistado)** – Melhor. Não... Tudo. Porque ali era a indústria da cidade, era aquela. Toda a... Eu acho que a riqueza da cidade girava em torno daquilo ali. A grande indústria era essa aí, frigorífica. Eu acho que isso foi uma fase... Tinha bons empregos para o pessoal. Porque o resto do pessoal era engenho, na cidade. O engenho beneficiou. Granja era terrível. Quer saber um lugar que não pagava e não assinava carteira era a tal de granja. Essas aí...

**Allan** – Não pagavam?

**Sr. Clóvis Diassilva (Entrevistado)** – Eles pagavam quando queriam. Eu tinha tios, os irmãos do pai, que não assinavam. Eles tinham que correr atrás. Os caras quase não... Sendo **escravidão**. Um troço muito terrível. [grifo meu]<sup>166</sup>

O momento ao qual sr. Clóvis se refere é posterior a implementação da segunda câmara fria em 1968 e a formalização das relações de trabalho na unidade produtiva.<sup>167</sup> Percebemos que seu olhar sobre as condições de trabalho precárias na zona rural de Jaguarão, qualificado como “sendo escravidão” vai ao encontro das leituras do mundo do trabalho de sr. Aradir e a dona Aldamira.

Essa relação feita por trabalhadores rurais no pós-abolição<sup>168</sup> entre modos de vida precários, condições de trabalho inadequadas e ausência de direitos com a escravidão também foi uma questão que Max Fellipe Cezario Porphirio<sup>169</sup> tem se deparado em sua pesquisa sobre a atuação do PCB nos movimentos sociais do campo. O autor afirma que:

Apesar dos conceitos “servidão” e “feudalismo” terem sido utilizados para caracterizar o campo brasileiro, eram vocábulos restritos aos debates teóricos do partido. Quando se tratava de arremessar os trabalhadores rurais e mobilizar a opinião pública, a palavra “servidão” era substituída por “escravidão”. Remeter a um período trágico para os ancestrais dessas pessoas foi

---

<sup>166</sup> DIASSILVA, Clóvis. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Porto Alegre, 2018

<sup>167</sup> Esse processo será debatido mais adiante.

<sup>168</sup> Aqui o pós-abolição entendido com um campo de disputas em que sujeitos negros atuaram para enfrentar uma série de problemas e questões que continuam do período escravista e surgem no após a emancipação de escravizados/as.

<sup>169</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

uma importante estratégia de discursiva. Para tanto, classificavam o trabalhador rural como escravo do latifúndio e do imperialismo estadunidense.<sup>170</sup>

O que chama atenção nesta discussão é que apesar da caracterização da situação brasileira ser analisada a partir de categorias como “feudal” e “semi-feudal”, o vocábulo utilizado pelo PCB para mobilização de trabalhadores rurais se deu em torno do termo “escravidão”. Esta estratégia obteve bastante sucesso entre 1945-1964 no sindicalismo rural e nas próprias ligas camponesas. Porfirio explica esse resultado a partir de dois argumentos centrais que estão relacionados entre si que é muito útil para pensarmos o nosso objeto. O primeiro é a constatação da própria dinâmica rural, da possibilidade de serem percebidas as continuidades com mais facilidade do que em centros urbanos, onde, no século XX, a velocidade das mudanças foi grande. Elementos que vão, a depender do espaço e do período histórico, desde a cultura material (construções, monumentos, troncos em fazendas, etc), até a própria forma de produção. Combinado a isso elementos precários de vida, nas condições de trabalho e, por vezes, a ausência de direitos.

Tanto Aldamira, quanto Aradir, não entendem o fim da escravidão exatamente a partir dos direitos trabalhistas, não à toa usam expressões como “era como escravo” ou “praticamente escravo”, mas entendem os direitos trabalhistas como uma continuidade da lei áurea, o “fim” de um tipo de relação de trabalho, totalmente desregulamentada, com a aquisição de direitos. Essa interpretação coincide com a leitura feita por dona Aurora, entrevistada na pesquisa doutoral de Rodrigo Weimer. Ela entende “[...] os atos da Princesa Isabel e de Getúlio Vargas como dois momentos distintos de um processo de emancipação.” Se a Princesa Izabel assinou a lei áurea, a liberdade só viria através da inclusão desses/as trabalhadores/as em um mundo de direitos, como sujeitos verdadeiramente livres.<sup>171</sup>

Minha argumentação até o momento teve o intuito de demarcar a forte presença da escravidão na cidade de Jaguarão, e no Rio Grande do Sul de forma geral, em especial nas charqueadas, inclusive as jaguarenses. Porém, qual é a relação direta destes elementos com a consciência destes trabalhadores? A partir de elementos eles conseguem relacionar essa história com a suas vidas no período em que estiveram naquele espaço? A hipótese que apresento

---

<sup>170</sup> PORPHIRIO, Max Felipe Cezario. Contribuições à crítica ao “paradigma da ausência”: a identidade negra com instrumento de luta entre os trabalhadores rurais, 1954-1964. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico: 130 de abolição no Brasil, 2018.

<sup>171</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente**: consciência histórica, história e memória de uma família negra litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013, p. 264.

baseia-se em alguns dados concretos da realidade vivida por Sr. Aradir e dona Aldamira. Primeiramente, algumas formas e características do próprio mundo do trabalho da charqueada São Domingos se assemelhavam com características produtivas das charqueadas do século XIX; além disso, a existência na zona rural de Jaguarão de uma série estruturas campestres e patrimônio edificado relacionado com o mundo do trabalho cativo.

A charqueada São Domingos era uma charqueada rudimentar, estagnada tecnologicamente, com características mais próximas de uma unidade produtiva “primitiva” do século XIX, do que uma charqueada moderna do século XX. E, a partir do empreendimento da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda, nos anos 1950, houve transformações profundas na unidade produtiva e no entorno da charqueada, transformando radicalmente a vida dos/as trabalhadores/as e seus familiares.

O outro argumento que anunciei anteriormente diz respeito ao patrimônio edificado presente na zona rural de Jaguarão que remete a contextos sociais de atuação de escravizados e senhores remanescentes do século XIX. Andrea Lima defende na sua dissertação em que defende uma política de memória e preservação patrimonial para esses bens, demonstrou a existência de:

[...] estâncias fortificadas, mangueiras, currais de pedra e construções que fizeram parte do ciclo do charque e caíram em desuso, com as residências dos setores escravagistas, das quais se acercavam antigamente as rudes senzalas que abrigavam numerosa prole de trabalhadores de pele negra, estão agora, contudo, à mercê do poder das intempéries. O progresso proveniente das lidas do campo, junto com a riqueza do charque, foco primário industrial e principal fator da expansão econômica do Rio Grande do Sul à época, aliado à atividade do comércio, refletir-se-á na construção civil de Jaguarão nas décadas posteriores, com a fase áurea da arquitetura situada nos três últimos decênios do período oitocentista e princípios do século XX.<sup>172</sup>

Ressalto a relação que autora faz com a acumulação de riquezas a partir do trabalho cativo e as construções do centro histórico de Jaguarão, repleto de casarões erguidos ainda no século XIX.

Diante disso, as relações de mudanças e permanências não estão presentes somente na charqueada (unidade produtiva), se manifestam nas subjetividades dos trabalhadores que compartilharam esse mundo do trabalho rural e a própria comunidade/bairro ao redor. Há uma relação de pertencimento a esses mundos, dona Aldamira e Sr. Aradir se colocam

---

<sup>172</sup> LIMA, Op. Cit., p. 67.

temporalmente no “mundo dos direitos”, mas o seus pais em um “mundo praticamente escravo”. As marcas da charqueada escravista, do patrimônio edificado e o mundo do trabalho de direitos se articulavam de forma complexa na formação das subjetividades destes trabalhadores a partir da precariedade vivenciada neste mundo rural em que viviam.

### **III. TRABALHADORES DA CARNE: EXPERIÊNCIA, INSEGURANÇA ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA DE CLASSE**

As transformações ocorridas no meio produtivo não aconteceram sem a interferência dos trabalhadores. As mudanças na lógica do controle do tempo e disciplinamento da força de trabalho, demandada pelas alterações estruturais na organização produtiva, não aconteceram fora da zona de agência dos próprios trabalhadores que interferiram e se utilizaram dos elementos e situações que estiveram em suas possibilidades nos momentos que tiveram oportunidades. As transições não aconteceram sem minimamente haver alguma correspondência com as expectativas dos trabalhadores. É importante perceber que as mudanças substanciais da organização da produção e do trabalho não transpuseram relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas nas charqueadas; não se realizaram fora do tempo e do espaço. A paulatina mudança da estrutura predial, da reorganização processo do trabalho e instalação de maquinário frigorífico aconteceu de maneira lenta e processual. Essas são indicações das diretorias nos relatórios de safra e os relatos das entrevistas<sup>173</sup>. Não há evidências taxativas que constatem o ritmo das transformações, porém, algumas evidências foram narradas pelos trabalhadores entrevistados, no que tange a proibições de alguns de seus hábitos e cerceamento de direitos imemorais que fossem antagônicos à nova ordem produtiva, principalmente no que diz respeito a uma nova lógica traduzida pelas legislações sanitária e trabalhista, intensificação do ritmo de trabalho, aumento da divisão do trabalho, controle e disciplinamento dos trabalhadores e contingenciamento de gastos.

Debateremos neste capítulo, do ponto de vista das relações de dominação e resistência, as consequências das transformações produtivas empreendidas pela classe charqueadora no mundo do trabalho, em seu sentido de fundo, com intuito de pensarmos o que esteve em jogo, no concernente às dinâmicas sociais pré-estabelecidas nestes momentos de transformações. Para tentar organizar de maneira inteligível, estabelecerei alguns marcos históricos a partir dos vestígios acessados. Mais do que estancar balizas no solo da História e separar momentos distintos, meu objetivo é, a partir da constatação da coexistência de lógicas distintas, ordenarei as evidências dispersas para pensarmos algumas questões. Três marcos serão estabelecidos,

---

<sup>173</sup> Como já dito, os relatórios condizem aos anos de 1950 à 1956, com ausência de 1955; a abrangência temporal da atuação dos trabalhadores entrevistados inicia-se em 1960, ano de ingresso do mais antigo trabalhador, Sr. Juan, e se estende até os anos 1980, safra de Sr. Aradir.

sendo dois destes com correspondência temporal, e outro sem lastro cronológico. O primeiro diz respeito ao ano de 1964, data de inauguração da primeira câmara fria, em que foi proibido aos trabalhadores o fumo do tabaco e do cigarro. O ano de 1968 foi significativo na absoluta exigência da formalização dos trabalhadores, indeferindo o vínculo empregatício com a charqueada São Domingos sem a carteira de trabalho, e a implantação de uma segunda câmara fria de maiores dimensões que a primeira. Outro marco em que podemos observar a mudança de racionalidade do trabalho é a restrição à concessão de carne aos trabalhadores.

Antes de iniciarmos nossa análise sobre as relações de dominação e resistência na charqueada no bojo das transformações – e continuidades – mais substanciais das relações sociais de produção, apresentarei três aspectos teóricos que coordenam nossa investigação. Não se tratam de pressupostos, mas de ferramentas utilizadas para a interrogação dos vestígios do passado. Esses aspectos estão sendo arbitrariamente separados para melhor inteligibilidade, mas de maneira alguma podem ser cognoscíveis isoladamente. Os três pontos são: 1. As relações sociais de produção na charqueada/frigorífico possuem características peculiares devido a sua composição híbrida de características rurais e urbanas; 2. As expectativas contidas nas relações de mando no mundo do trabalho impõem em alguma medida, podendo variar de acordo com a configuração da relação, a negociação, mesmo que de forma não evidente na superfície das relações. 3. Toda relação de dominação é, não só, mas também uma relação de resistência, neste sentido, este ponto está dialeticamente relacionado com o segundo.

### **3.1. “Eu não fumava, mas comprava um cigarro pra... [risos], pra pegar os 5 minutos [risos]”: a disputa em torno do tempo**

Michelle Perrot é uma boa porta de entrada para iniciarmos nosso debate:

[...] Ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra. O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina.<sup>174</sup>

As mudanças em curso nas relações sociais de produção versam centralmente sobre uma nova disciplina de trabalho que significa a eliminação de atividades não produtivas – a apropriação do “tempo livre” na jornada de trabalho. Essa nova lógica, na charqueada/frigorífico São

---

<sup>174</sup> PERROT, Michelle. As três eras da disciplina industrial na França do século XIX. In: \_\_\_\_\_ **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 55.

Domingos, fica evidente em 1964 com a proibição do fumo<sup>175</sup>. A razoável justificativa da Cooperativa para esta restrição é o cumprimento de critérios higiênicos demandados pelas leis sanitárias. Realmente, as leis sanitárias se apresentavam em escala ascendente à charqueada São Domingos a partir de sua “modernização”. Em 1957, o inspetor chefe do D.I.P.O.A<sup>176</sup>, órgão do Ministério da Agricultura, notificava o presidente da diretoria executiva da Cooperativa<sup>177</sup> sobre a necessidade de normalização do envio das amostras de sebo industrial para análise, de acordo com o artigo 310 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal<sup>178</sup>. Não podemos ignorar essas motivações para entender as transformações. Porém, o que está em jogo com a proibição, para além de exigências legais, é a relação do trabalhador com o tempo vendido como mercadoria, enquanto força de trabalho.

A intenção aqui não é fazer nenhum tipo de apologia ao cigarro, tendo em vista que está mais que comprovado os inúmeros malefícios causados pelo seu uso. O intuito é investigar os significados do fumo no contexto analisado do ponto de vista dos próprios trabalhadores. Ora, o momento em que o trabalhador pausava a execução de sua tarefa produtiva para fumar um cigarro é também a parte de seu tempo vendido para o patrão que ele retoma em suas mãos. O consumo de fumo pelos trabalhadores tratava-se do cigarro industrializado e do cigarro “bolado”, o “enroladinho” – fumo enrolado manualmente em pedaço de papel de seda. Vejamos, o ato de fumar não se resumia simplesmente ao ato em si, propriamente dito, mas também a todo o processo artesanal de confecção do cigarro. Enquanto que o cigarro industrial possui pólvora, que acelera o consumo o seu consumo e impede o apagamento da brasa, o “enroladinho” está suscetível à interrupção além de queimar mais devagar. O “enroladinho”, por não se consumir compulsoriamente e não estar pronto, abre a possibilidade de manipulação do trabalhador prolongando o seu tempo de fumo. Por outro lado, aquele que fumava o cigarro industrializado poderia fumar mais de um cigarro para acompanhar o outro fumante.

A proibição do fumo aos trabalhadores, no horário de serviço, fez parte de um projeto mais amplo, o que Perrot chamou de “sistema disciplinar”, na perspectiva de uma lógica de produção fabril, tipicamente urbana-industrial.<sup>179</sup> Contudo, este disciplinamento do trabalhador

---

<sup>175</sup> Quando falar de fumo refiro-me sobretudo ao tabaco, aquele fumo enrolado na seda, o famoso “enroladinho”, em menor medida ao cigarro industrializado.

<sup>176</sup> Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

<sup>177</sup> O presidente de nome Antônio tem seu sobrenome inteligível neste documento.

<sup>178</sup> Circular 518 do Ministério da Agricultura. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>179</sup> PERROT, Op. Cit. Não é possível afirmar a existência de um código disciplinar em papel e os trabalhadores entrevistados também não afirmaram a existência de um. Mas, independentemente da

não ocorre de maneira automática, esmagando suas relações anteriormente estabelecidas; a condição de fumante, ou seja, a *sua* relação com o tempo, impõe expectativas de mando que não podem ser ignoradas. Sr. Juan nos explica como se conformou esse novo ordenamento neste trecho da entrevista, quando pergunto se: – “podia fumar lá?”; ele responde: – “A princípio sim, después proibiram. [...] Uma hora te davam 5 minutos pra fumar. Eu não fumava, mas comprava um cigarro pra... [risos], pra pegar os 5 minutos [risos]. Se não fumasse tinha que seguir trabalhando [risos]. Ganhava 5 minutinhos.”<sup>180</sup>. A Cooperativa não pôde esmagar o costume dos trabalhadores sem abrir concessão. Não pretendo “comemorar” esses “5 minutinhos” *em si* como se fosse uma vitória dos trabalhadores, não foi, porém, demonstra a dinâmica de expectativas de mando. Outra questão a ser pensada é que a formalização do que Sr. Juan chamou de “5 minutinhos” não necessariamente significam 5 minutos literalmente, mas o reconhecimento de uma demanda dos trabalhadores em utilizarem parte do seu tempo vendido, enquanto força de trabalho, *para si*. Na verdade, pensando logisticamente, muito difícil algum trabalhador conseguir fazer uma pausa de apenas 5 minutos, já que a proibição do cigarro tem como justificativa esse ato não ser higiênico para fazer no mesmo ambiente em que manuseavam a carne, nos galpões em que produziam. Os trabalhadores tinham que sair dos setores em que trabalhavam para fumarem do lado de fora. Sair do pavilhão em direção ao ambiente externo, enrolar o cigarro para quem fumava “enroladinho”<sup>181</sup>, fuma-lo, retornar ao pavilhão e reiniciar a produção era inviável em “5 minutinhos”.

Outro aspecto importante do trecho supracitado da entrevista de Sr. Juan é a demonstração do agenciamento deste trabalhador a partir dos regramentos impostos. Sr. Juan, apesar de não ser fumante, “comprava um cigarro para pegar os 5 minutos”. Esta estratégia de Sr. Juan faz parte de uma ação elaborada para contrapor o movimento de mudança da lógica do uso tempo em sua jornada de trabalho. Provavelmente, isto não faria sentido em um momento anterior da proibição, pela própria intensidade da produção que permitia que um trabalhador parasse para fumar um cigarro, ou até mesmo fumasse enquanto realizava sua tarefa, porém, com a imposição de outro ritmo de trabalho, outra forma de se relacionar com o tempo, Sr. Juan desenvolve uma forma de resistência à essa nova concepção de tempo. Ele se utiliza do

---

existência de um ou não, a questão é que haviam regras e era cobrado o comprimento delas aos trabalhadores.

<sup>180</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>181</sup> É costume de um fumante esperar o outro. Além disso, a possibilidade de execução desta estratégia de Sr. Juan é ausência de um vigia deste momento em que fumavam, o que torna mais plausível a efetivação deste costume.



“acordo” decorrente das expectativas de mando presente no ambiente de trabalho para conseguir, como ele mesmo nomeou, “ganhar 5 minutinhos”.

Debrucemo-nos rapidamente sobre essa fala de Sr. Juan. Interessante, notarmos que a terminologia “ganhar” denota a obtenção de algo que não lhe pertencia. Já o objeto do verbo “ganhar” são os “minutinhos”, ou seja, o tempo. Não sei se é precisamente nítida a capacidade de leitura deste trabalhador, mas é possível identificar que sua condição, de alguém que vende sua força de trabalho durante determinado tempo é compreendido na sua experiência vivida. Sr. Juan não articulou discursivamente esta questão, mas é inegável que isto está presente em sua subjetividade. Percebemos que o significado mais profundo de Sr. Juan comprar cigarro, carregá-lo e pausar a tarefa designada a ele, não se resume à expressão da preguiça ou indisposição para o trabalho (o que também poderia estar presente), mas como uma estratégia de resistência à dominação, de recuperar parte do seu tempo vendido à Cooperativa. O modo como expressou esta situação é um indicativo disto, suas risadas denotam uma postura debochada de sua ação em relação às regras. Demonstra a sua opinião sobre as regras disciplinares. A necessidade empurra-o para a venda de seu tempo, porém, a ânsia por autonomia o faz disputar o tempo perdido, e na margem das possibilidades, busca “ganhar” de volta seu tempo. Este caso, apesar de ser particular, é significativo para entender a dinamicidade das possibilidades de estratégias de resistência dos trabalhadores nas mudanças que afetam suas dinâmicas de relação com a vida. Como bem sintetizou Perrot, citada anteriormente, um sistema disciplinar feito para “triunfar sobre uma resistência [...] suscita imediatamente uma outra”<sup>182</sup>.

Podemos pensar a relação com o tempo a partir das próprias dinâmicas rurais de relação com a vida. É fundamental definir o que exatamente estou falando quando me refiro a dinâmicas rurais da vida e sua equivalente concepção de tempo. Jacques Gélis, ao discutir “a individualização da criança”, a partir de referências europeias, analisa a progressiva sobreposição de uma consciência individualizada, cada vez mais restrita a interesses privados, dos núcleos familiares sobre grupos comunitários voltados à perpetuação da linhagem, em que os indivíduos possuíam vínculos de pertencimento determinados e determinantes à reprodução da existência coletiva; de comunidades para famílias reduzidas e fragmentadas. Neste texto de Gélis, o que nos interessa é a concepção de tempo analisada pelo autor que se faz importante para prosseguirmos nossa análise. No campo pré-moderno, prevalecia uma “consciência naturalista”, onde as referências eram os ciclos da natureza, o nascer e pôr do Sol que ocorria

---

<sup>182</sup> PERROT, *Ibidem*.

todos os dias. “Ano após ano a natureza representava a mesma peça; as estações se sucediam sem cessar e o mundo seguia esse movimento sem fim.”<sup>183</sup> Era uma percepção de tempo cíclica, de eterno retorno. Agora, a Modernidade, herdeira das cidades, será marcada por:

Uma consciência mais linear, mais segmentaria da existência progressivamente sucede a consciência de um ciclo de vida circular primeiro nas classes abastadas, depois nas categorias sociais menos favorecidas; primeiro nas grandes cidades, depois nos burgos e, mais lentamente, no campo.<sup>184</sup>

Essa consciência, “mais linear, mais segmentária”, é oriunda da lógica urbana-industrial de organização social. A dinâmica urbana está calcada nos termos da Modernidade, a cidade como lugar das invenções, do futuro, marcado pela evolução, pela pressa e velocidade de alcançar o progresso<sup>185</sup>.

Em *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, Thompson resgata a orientação do tempo nas sociedades camponesas baseadas nas tarefas diárias, ao invés de horários estabelecidos pelo controle do tempo através do relógio. Não há a noção central de produtividade, controle do tempo e maximização dos lucros, mas antes de tudo a reprodução da vida social. Uma das questões colocadas pelo autor inglês é que “parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e “passar o dia”<sup>186</sup> Substancial para a organização da lógica fabril é o extermínio do tempo não produtivo do trabalhador, o “passar o dia”, ou na realidade, o “passar o tempo”. O tempo da produção não é o tempo da vida, não é o tempo “natural” da vida, mas o tempo controlado a partir da disciplina do trabalho e do trabalhador. São dois tempos que possuem:

[...] uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. **O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.** [grifo meu]<sup>187</sup>

---

<sup>183</sup> GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Phillippe.; CHARTIER, Roger. (orgs.). **História da vida privada v. 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 305.

<sup>184</sup> Idem, p. 310.

<sup>185</sup> Uma crítica a concepção de progresso parida pela Modernidade, em termos evolucionistas, pode ser vista em: BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Editora brasiliense, 1987. 3 ed.

<sup>186</sup> THOMPSON, Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 271-272.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 272.

O sentido profundo do “ganhar 5 minutos”<sup>188</sup> em contrapartida à necessidade de vender sua força de trabalho e “perder” seu tempo para produzir mercadorias durante a jornada de trabalho para outra pessoa que não a si mesmo fica evidente na fala de Sr. Juan. Contudo, essa disputa em torno da concepção de tempo que contrapõe à lógica urbano-industrial não é fruto simples e direto da imposição desta nova lógica. Ela é uma resistência que possui um significado complexo elaborado a partir dos códigos disponíveis para os trabalhadores em seu contexto sociocultural. Mais que um contraponto automático ao tempo industrial, uma resposta “espasmódica”, a concepção de tempo deste trabalhador decorre do próprio contexto do campo, em termos de pertencimento espacial, desta charqueada/frigorífico. A dinâmica de relações sociais rurais é parte constitutiva das relações sociais destes trabalhadores, que processualmente experimentam a imposição de dinâmicas sociais urbanas. Porém, a tentativa de imposição do tempo da fábrica não aconteceu sem maiores consequências, já que os próprios trabalhadores experimentavam as duas lógicas, analisavam-nas e elaboravam suas estratégias de reprodução da vida a partir destas experiências.

### **3.2. Insegurança estrutural: Mobilidade; dependência e autonomia; e mercado de trabalho**

Gunter Tlajja Leipnitz na sua tese de doutoramento debate conceitualmente o que ele chamou de “dinâmica familiar/camponesa”. A perspectiva é apresentada a partir do conceito *chayanoviano* de campesinato<sup>189</sup>, que se caracteriza pela composição “família-produção-trabalho”, ou seja, uma unidade produtiva familiar.<sup>190</sup> A “exploração do trabalho”, nesta dinâmica, estava subsumida à fadiga do corpo e as demandas da família – “unidade familiar de produção e consumo”<sup>191</sup>. A questão central da “lógica familiar camponesa” é o avesso da perspectiva “tempo é dinheiro”, e a consequente exploração ampliada para maximização de produtividade e lucro. O tempo para este trabalhador é a vida e não outra coisa. Neste sentido, a “estratégia de fumar”, no contexto de contrapor a imposição de uma concepção de *seu* próprio

---

<sup>188</sup> Lembrando que “5 minutos” não significa necessariamente 5 minutos literalmente, mas utilizo a expressão para reforçar a terminologia do próprio trabalhador.

<sup>189</sup> CHAYANOV, Alexander V.. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. In: \_\_\_\_\_ CHAYANOV, Alexander V. et. Al. Chayanov y la teoría de la economía campesina. México: Siglo XXI, 1981, pp. 49-79. Apud. LEIPNITZ, Gunter Tlajja. Ser proprietário ou dependente de alguém: o mundo do trabalho e os vínculos de dependência na campanha. In: \_\_\_\_\_ **Vida independente, ainda que modesta**: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920). 2016. 285 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016, p. 7

<sup>190</sup> CHAYANOV, Op. Cit. apud. LEIPNITZ, Op. Cit., p. 109.

<sup>191</sup> Idem, p. 107.

tempo, por parte de Sr. Juan, é uma elaboração engendrada no tempo vivido, no tempo do campo.

Sr. Juan trabalhou na charqueada de forma sazonal, somente em períodos de safra, entre 3 e 4 meses por ano. No restante do ano, sua atividade laboral principal era a lida do campo. Trabalhava na chácara de propriedade de sua família, vizinha da charqueada São Domingos à margem oposta do rio Jaguarão, no lado uruguaio, podendo fazer outras atividades remuneradas por jornadas. Na verdade, ele ainda trabalha, só que agora proprietário da chácara herdada. Infelizmente, na entrevista, não perguntei a respeito das atividades realizadas na chácara em seu período de charqueada, porém, pude constatar que devido às limitações do tamanho da propriedade não deve ter sido drasticamente diferente na década de 1960. Atualmente, são basicamente: criação de alguns bovinos, de dois ovinos, uma porca, algumas galinhas, algumas árvores frutíferas e uma horta cultivada. Até hoje, Sr. Juan organiza seu dia de acordo com as tarefas na chácara. Evidentemente, que não se trata de uma organização propriamente pré-moderna – não capitalista –, mas a lógica organizativa de seu tempo, da reprodução da vida de seu núcleo familiar – ele e a esposa – é dissonante da lógica fabril experienciada na charqueada São Domingos. Ainda que *modesta*, devido ao pertencimento a uma família camponesa, este possui uma vida relativamente *independente*, parafraseando Leibnitz.<sup>192</sup> Porém, ser proprietário rural, ainda que de uma pequena propriedade, não necessariamente era a realidade de todos os trabalhadores da Charqueada.

A mobilidade no mundo do trabalho rural não é uma exclusividade de Sr. Juan, nem própria a trabalhadores solteiros com vínculos paternais. Leibnitz, ao analisar os trabalhadores rurais, em Uruguaiana, no século XIX, percebe que estes poderiam se enquadrar em diversas categorias profissionais, como jornaleiros, criados e lavradores. Constatou-se que estas categorias não eram estanques e poder-se-ia circular entre essas categorias com certa fluidez. Apesar da mobilidade característica nesta região da fronteira oeste, o autor assinalou, através da análise de processos crimes, que esta circulação evidenciou, mais do que uma categoria de trabalhadores errantes, uma estratégia das famílias nestes trabalhos de jornadas.<sup>193</sup> Com a devida ponderação, já que Sr. Juan não era um *jornaleiro* e sim um trabalhador sazonal da Charqueada, percebemos que o pertencimento familiar proporciona uma margem de autonomia em relação à dependência ao patrão.

---

<sup>192</sup> Referência ao título da tese supracitada de Guinter Tlajja Leibnitz.

<sup>193</sup> LEIPNITZ, Ibidem.

Essa questão da relativa autonomia, devido a vínculos familiares e certa mobilidade do mundo do trabalho rural, já se apresentou como problema para os charqueadores do século XIX, em Pelotas. Apesar da predominância do trabalho escravo e a insistência da classe charqueadora em não abrir mão deste sistema, indo de encontro à “onda abolicionista” da segunda metade do século XIX, o trabalho assalariado foi também uma realidade nas charqueadas pelotenses. Jonas Vargas enumera diversas questões problemáticas, na perspectiva dos charqueadores, para a manutenção do “trabalhador livre”. Uma delas diz respeito à sazonalidade, pois dever-se-ia manter os “trabalhadores por perto e em tempo disponível na safra”, ou seja, a criação de algum vínculo de dependência<sup>194</sup>. A sazonalidade, nestes termos, impelia os patrões a proporcionarem condições minimamente “favoráveis” aos trabalhadores, caso contrário, estes buscariam outras estratégias de sobrevivência.<sup>195</sup>

Porém, podemos pensar essa autonomia somente de maneira relativa, porque, se para um trabalhador como Sr. Juan – camponês – a autonomia é mais evidente, pois teria a possibilidade de abrir mão do trabalho na Charqueada e se dedicar à propriedade familiar, ainda que sua vida se tornasse mais *modesta*, para outros trabalhadores a situação de dependência em relação à charqueada era maior. Vejamos o caso de outro trabalhador que não possuía uma propriedade rural e trabalhou na charqueada São Domingos, inclusive no período de frigorífico, e circulou por diversos trabalhos na zona rural da região – Sr. Aradir. Sua família morava em um rancho de torrão, em terreno cedido pela Cooperativa, já que seu pai trabalhava lá há muitos anos. Não perguntei ao Sr. Aradir sobre a qualidade da estabilidade no emprego de seu pai na charqueada, se era sazonal ou fixo, porém analisando sua carteira de trabalho, podemos constatar que Sr. Aradir orbitou por diversos tipos trabalhos, desde granjas à fazendas de arroz, tendo registros de maiores e menores tempos no serviço. Além de seu pai “ter de trabalhar há muitos anos”, sua mãe também possuía vínculo de trabalho com a charqueada. A Cooperativa, segundo Sr. Aradir, cedeu o terreno para a construção do rancho sem cobrar nenhum tipo de taxa ou aluguel, o que demonstra o interesse de manter por perto estes trabalhadores. Foi um mecanismo utilizado pela Cooperativa para criar vínculo de dependência com, ao menos, dois trabalhadores e uma trabalhadora, para o período de safra<sup>196</sup>.

---

<sup>194</sup> Esta foi uma característica do trabalho assalariado nestas charqueadas escravistas de Pelotas.

<sup>195</sup> VARGAS, Op. Cit., p. 243.

<sup>196</sup> Sobre o controle da mão de obra através do monopólio da moradia ver: ALVIM, Rosilene; LOPES, José Sérgio Leite. Vila operária e cidadania: sobre um processo exemplar de transformação de uma situação de imobilização da força de trabalho pela moradia. *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná, Nº 2, 1994.

Na cancha havia uma atividade que era designada majoritariamente para as mulheres, a “caranchada”. Com a faca elas limpavam o osso de alcatra, o pescoço, a cabeça, entre outras partes. Ganhavam por quilo do que conseguiam nesse desossamento. Essa carne foi nomeada de *carancho* por Sr. Almir e por *guisado* por Sr. Juan.

Se, por um lado, o vínculo de dependência mantinha próximas as famílias trabalhadoras e exercia poder sobre elas, por outro, essas famílias poderiam entender esta relação de maneira positiva, diante das outras possibilidades do mundo do trabalho rural. Além de terem um teto sobre suas cabeças, manter-se empregado na charqueada poderia ser a melhor das alternativas, mesmo tendo estas difíceis condições laborais.<sup>197</sup> Nas palavras de Sr. Aradir: “Ah, um trabalho pesado, duro! Um trabalho, bah, uma coisa impressionante aquilo!”<sup>198</sup>. Contudo, quando perguntado sobre quais seriam as outras possibilidades de atividades remuneradas ele responde:

Só as lavoura de arroz. Aí o bixo pegava, como dizia, porque era mais difícil, né. A lavoura de arroz emprega pouca gente e também é um serviço que... [retoma de raciocínio] Hoje é uma moleza, com máquina tudo eletrônica, mas antigamente era com a pá, era cavando no chão, cortando arroz com foice, aquelas coisas. Não era pra qualquer um fazer. Era mais difícil, né. Ah, saia da charqueada ali, ficava um bom tempo sem trabalhar. Não tinha em que trabalhar.<sup>199</sup>

O parco e “pesado” mercado de trabalho na zona rural de Jaguarão, diante do exposto, incitava a família trabalhadora ao vínculo com a charqueada devido às outras possibilidades de trabalho, como as lavouras de arroz, ou pior, o desemprego. Na verdade, a situação da família trabalhadora despossuída exorta-a a buscar a venda de sua força de trabalho para sua própria sobrevivência, independentemente do trabalho. É o argumento mais convincente para a submissão a situações degradantes de classe. O próprio Sr. Aradir empregou-se por vezes em lavouras de arroz. Desde muito cedo, devido as condições materiais precárias de reprodução da vida, trabalhou, em outros lugares além da Charqueada/Frigorífico: “[...] eu trabalhava nas lavouras de arroz. Não parei nunca, depois dos 12 anos nunca fiquei sem serviço. Quando não tinha lavoura de arroz, tinha lenha ali pra cortar, a gente cortava lenha pra vender.”<sup>200</sup>

Diante da grande demanda de mão de obra no período de safra, existia maior probabilidade de se conseguir “serviço” neste período, porém, como assinala Sr. Aradir, havia outras estratégias de sobrevivência, como cortar e vender lenha. Contudo, cortar lenha para

---

<sup>197</sup> A natureza árdua do trabalho na São Domingos é consenso entre todos trabalhadores entrevistados.

<sup>198</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>199</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>200</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

vender significava estar à mercê da sorte. Essa situação descrita até o momento é, na verdade, o traço distintivo de sua própria condição de classe, da *insegurança estrutural*, nos termos de Savage. Isto é, na sociedade capitalista os meios de subsistências são retirados dos trabalhadores e isso os constroem a encontrarem estratégias – que podem ser muitas – para lidar com incerteza diária da vida.

Por outro lado, conseguir vínculo de trabalho durante a entressafra<sup>201</sup> na charqueada poderia significar maior *segurança* para estes trabalhadores, no sentido material. A natureza do trabalho na entressafra era também bastante diferente do trabalho no período de matança. Quando perguntado sobre o ritmo de trabalho na São Domingos, se havia a possibilidade de “dar uma paradinha para descansar”, Sr. Almir me responde:

**Tempo de matança** não dava, mas quando era **tempo de charque** dava pra dar uma paradinha. Uma matadinha de serviço. Até dizia – “vamos descansar um pouco” porque o serviço pesado o dia todo, né. E eu me lembro que tempo de matança saia do lugar que eu tava trabalhando pra tomar café, a gente ia tomando café de acordo com que ia se livrando. Ninguém para tudo ao mesmo tempo, parava lá onde tava matando o boi, ia toma café, depois a matança seguia, quando chegava no meu setor que aquilo terminava eu lavava as mão, mal e porcamente nos tanque de água memo, sempre com um pouco de sangue nas mão e ia tomar café assim mesmo porque em seguida já tava recomeçando tudo de novo.<sup>202</sup> [grifo meu]

No “tempo de charque” (entressafra) podiam até dar “uma matadinha de serviço”, diferentemente do “tempo de matança” (safra). Muito curioso o Sr. Almir se referir a esses dois períodos distintos por *tempo de charque* e *tempo de matança*, porque além das próprias tarefas que são diferentes, está implícito a mudança na organização do tempo na atividade laboral. No *tempo de matança* a produção “nunca” parava, “ninguém para tudo ao mesmo tempo”, os trabalhadores, conforme iam se livrando de algumas tarefas, “tomavam seu café”. Vejamos, que, a despeito do ritmo de trabalho no *tempo de matança*, Sr. Aradir ainda assim indicou piores condições de trabalho nas lavouras de arroz.

No *tempo de charque*, havia maiores possibilidades para a socialização dos trabalhadores. Ao perguntar ao Sr. Almir se eles conversavam durante a execução das tarefas, ele me responde:

Ah, conversava. Inclusive, a gente sempre trabalhava em dupla, né, por causa do peso. Quando ia estende charque no varal mesmo, tinha um monte de varas

---

<sup>201</sup> Todo período do ano que não fosse de safra, a matança propriamente dita. É o momento que se prepara o charque e que se demanda menor quantidade de mão-de-obra.

<sup>202</sup> ESPINDOLA, Almir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

lá, e a gente, aquelas vara tinha que rapar, as vezes, tirava o dia só pra rapar aquelas varas com arquinho, né, pra tirar a sujeira. E quando ia estender a carne tinha que ser dois porque pra pegar uma manta daquela de carne pesada um só não dá. Tem que saber pegar também porque se o charque romper ela já deixa de ser uma carne de primeira pra ser uma carne de segunda. Tem que tirar ela inteirinha.<sup>203</sup>

Constatamos que outra dinâmica de trabalho de menor intensidade, concomitantemente a outros trabalhos executados, proporcionavam melhores possibilidades para a socialização dos trabalhadores. Podemos até pensar em boas condições de trabalho, se o parâmetro for lavouras de arroz, cortar lenha ou desemprego. Inclusive, a perspectiva de Sr. Aradir em classificar a lavoura de arroz como um lugar pior, onde o “bixo pegava”, pode estar influenciada com a dinâmica de trabalho mais individualizada. Apesar do processo de trabalho na charqueada possuir diversos elementos identificados com o mundo rural, de alguma forma ela também possui características de trabalho próximas ao trabalho fabril, como a concentração de trabalhadores em um espaço para a realização de um trabalho, por vezes, segmentado e fragmentado, que proporciona uma maior socialização, inclusive no *tempo de matança*.

A *insegurança estrutural* vivida pelos trabalhadores, apesar de ser traço constitutivo destes enquanto classe, não é uma condição homogênea compartilhada. A qualidade da *insegurança estrutural* poderia variar de acordo com uma série de fatores: relações familiares<sup>204</sup>, redes de solidariedade, vínculos com patrões, nacionalidade, etc. Enquanto Sr. Juan, uruguaio, todas as vezes que se empregou na charqueada foi sem vínculo formal, Sr. Aradir e Sr. Almir, brasileiros, trabalharam todos os momentos com registro em carteira. Sr. Juan não soube me informar se acessava os mesmos direitos garantidos aos brasileiros, mas, no mínimo, a informalidade da relação de trabalho leva a crer que não, ou pelo menos isso lhe acarretava menor *segurança jurídica*<sup>205</sup>. Neste caso específico, Sr. Juan participava de uma família camponesa, porém, outros uruguaio que trabalhavam na charqueada que não fizessem parte de um núcleo familiar camponês, poderiam estar mais expostos às “intempéries da condição de classe” devido à nacionalidade, já que havia um grupo de “castilhanos”, como informou os entrevistados. Mas, independentemente do nível de *insegurança estrutural*, a precariedade não era “privilégio” de nenhum destes trabalhadores. Até mesmo o trabalhador

---

<sup>203</sup> ESPINDOLA, Almir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>204</sup> Como no caso de Sr. Almir, sobrinho do capataz da charqueada, que conseguiu privilégios em relação aos outros trabalhadores.

<sup>205</sup> Não há relato que isso fosse fundamental, já que todos os entrevistados sugeriram que a Cooperativa cumpria com todas as obrigações que lhe eram devidas. Agora, se os trabalhadores conheciam profundamente quais eram as obrigações da Cooperativa para com eles é outra história.



que possuía mais *segurança*, Sr. Alamir, sobrinho do capataz e filho de um trabalhador antigo e de confiança da Cooperativa, só a tinha através de um vínculo de dependência, o que o fez refém desta condição.

Sr. Alamir, diferentemente do Sr. Aradir, não circulou no mundo rural do trabalho em Jaguarão. Começou a trabalhar com 14 anos na Charqueada São Domingos, ainda de maneira informal, tendo sido registrado pela primeira vez em 14 de março de 1965, com 15 anos, na extinta “carteira de trabalho do menor”. Nos seus primeiros anos de trabalho, Sr. Alamir foi admitido na safra e demitido fora dela. Porém, em 14 de setembro de 1966, foi admitido e permaneceu com registro em carteira até 30 de junho de 1969, último ano que trabalhou na charqueada/frigorífico São Domingos. Sua saída foi compulsória devido a um acidente que sofreu na charqueada, quando carregava uma tábua de madeira suja de sangue para lavar na beira do rio junto a outro trabalhador. Quando executavam esta tarefa, a madeira caiu no peito de seu pé causando uma lesão permanente, desenvolvendo reumatismo, o que impedia a plena realização das tarefas na unidade produtiva. Apesar de este trabalhador ter possuído estabilidade em seu vínculo empregatício, proporcionada por relações familiares, quando saiu da São Domingos lesionado, não foi indenizado.

Esta questão não foi devidamente explicada por Sr. Alamir, porém, durante a entrevista, em diversos momentos ele demonstrou conhecimentos relacionados aos seus direitos, como quando ficou 14 dias no “seguro” por ter cortado o dedo, ou durante os 3 meses finais que trabalhou, depois do acidente, que afirma por diversas vezes ter ficado de atestado. Inclusive, quando perguntei ao Sr. Aradir (amigo e contemporâneo de Sr. Alamir) sobre os acidentes, ele enfatiza que:

Ah, a firma indenizava, né. É um tanto de dinheiro, não sei quanto que era, e fica recebendo sempre. Ai depois quando a firma quebrou já não sei como que fica isso aí. Se o governo assume... Não tenho ideia como fica isso aí.<sup>206</sup>

Diante do conhecimento exposto por Sr. Alamir, relativo a direitos trabalhistas, e a relação que possuía com Sr. Aradir, tenho como hipótese que o que impediu de buscar uma indenização, além da própria dificuldade que isso representa para quem não tem recursos, foi a relação de sua família com a Cooperativa. Inclusive por seu pai ter permanecido trabalhando na charqueada/frigorífico. Assim ele retrata o momento de sua demissão.

---

<sup>206</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

Diminuíram bastante o pessoal e quem era mais novo foi tudo [demitido]. Aí eu tava com reumatismo, artrite naquela época, e eu vivia de atestado. O pai era meio capataz também lá, todos os meus irmãos trabalhavam lá também. O pai se aposentou por lá. Ficou até 70 e pico, até 74, e se aposentou em 74.<sup>207</sup>

Se por um lado, a dependência em relação à Cooperativa ocasionou melhores condições para ele e sua família, por outro lado, quando demitido por sua lesão, essa dependência o impediu de procurar seus direitos na justiça. Neste sentido, apesar das diferenças materiais entre os trabalhadores, a condição de classe, de *insegurança estrutural* se manifestou para todos os trabalhadores.

Trabalhar na Charqueada, para Sr. Juan, era uma possibilidade de remuneração extra que poderia proporcionar para si e sua família melhor qualidade de vida durante todo o ano, acessar uma condição de maior *segurança*<sup>208</sup>. Evidentemente, a qualidade da *segurança* não se resumia à questão salarial, porém, a renda possui centralidade na vida das famílias trabalhadoras, enquanto sobrevivência. É uma questão básica. Sr. Juan, no contexto da entrevista em que a remuneração na charqueada se coloca em relação à renda de sua família nas atividades produtivas da chácara, afirma: “Naquele tempo era um soldo bom.”<sup>209</sup> Porém, em outro contexto, quando ele está analisando o salário dos trabalhadores em geral, em sua perspectiva: “Havia o carneador, a maioria deles, era por cento de quantia de animais. Por cem vaca. No mas quase tudo era o soldo mínimo, no.”<sup>210</sup> Ora, o “soldo bom” se transformou em “soldo mínimo”, porém, o mínimo não necessariamente deixa de ser “bom” neste contexto. Constatamos nas falas de Juan que em relação ao mundo do trabalho rural de Jaguarão era “bom o soldo”, mas em contraponto à capacidade de pagamento da Cooperativa era um “soldo mínimo”. Sr. Juan faz uma leitura do mercado de trabalho, ao mesmo tempo entende as relações desiguais de classe em seu trabalho vendido como mercadoria para outra classe. Consegue, a partir de sua vivência e de como a percebe, ou seja, sua experiência, entender as complexas relações de classe exposta na síntese de Savage das tradições weberiana e marxista do debate sobre classe social.

### 3.3. Agora sim frigorífico

---

<sup>207</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>208</sup> Enquanto um contraponto a sua condição de *insegurança estrutural*.

<sup>209</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>210</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

O ano de 1967 foi o último de Sr. Juan na Charqueada São Domingos, pois, a partir de 1968, houve a imposição da formalização das relações de trabalho na unidade produtiva. Na palavras de Sr. Juan: “Justamente o último año, 68, ai me exigiam um documento e fui no consulado e me saia 20 mil pesos e achei que era muito dinheiro e não fiz. Hoje eu tô arrependido [risos].”<sup>211</sup> Este documento trata-se da “carteira de trabalho para estrangeiro de país limítrofe”. Sr. Juan, avaliando a partir da perspectiva econômica, entendeu à época que não deveria continuar trabalhando na Charqueada. Por ora, surge uma questão: por que a imposição da formalização das relações de trabalho? Sr. Juan nos dá algumas pistas narrando as mudanças, do ponto de vista do processo disciplinar direcionado aos trabalhadores, neste trecho da entrevista:

**Allan:** E cigarro foi [proibido] a partir de quando, o senhor sabe?

**Sr. Juan:** Sei, sei, foi em 63-64<sup>212</sup>.

**Allan:** Durante 3 anos pelo menos que o senhor trabalhou podia, né, depois não podia mais?

**Sr. Juan:** É, é. Depois não podia mais. Nos últimos anos tinha que trabalhar de camisa branca.

**Allan:** E antes podia ir... [interrupção]

**Sr. Juan:** Com a roupa que quisesse. Después que tinha que ir de camisa branca.

**Allan:** Ah, então lá em 64 já começaram a proibir o cigarro, aí botar uniforme camisa branca, né. Já tava mudando, né?

**Sr. Juan:** Inclusive, nos últimos anos que eu não alcancei de conhecer também, as botas de borracha tinha que ser branca também.

**Allan:** Isso na Charqueada ainda ou já era frigorífico?

**Sr. Juan:** Sim, isso, não sei. Já havia... Después disto porque trabalhei, **o último ano que trabalhei, a câmara fria era pra 10 mil cabeças, después fizeram uma mais grande**, não sei se era só fazer congelada ou fazia um pouco de charque também.<sup>213</sup> [grifo meu]

Podemos constatar que, concomitantemente à demanda de registro em carteira dos trabalhadores, em 1968, foi inaugurada uma nova câmara fria maior que a primeira. Ou seja, ocorre paralelamente, e de maneira processual, o movimento de industrialização do processo de trabalho, de obrigatoriedade de formalização das relações de trabalhistas e determinação de outra lógica de trabalho, um novo sistema disciplinar.

---

<sup>211</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016. Essa questão foi desenvolvida em outro momento da entrevista, esse arrependimento é de natureza financeira, segundo Sr. Juan.

<sup>212</sup> Anteriormente quando debatemos um pouco a questão do fumo, estabeleci o ano de 1964 porque ele se repete na entrevista em outros momentos. Acredito que se foi em 1963 ou 1964 é uma questão menos importante, gostaria de destacar mais o processo das transformações do que delimitar datas.

<sup>213</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

Quando pergunto a Sr. Juan se tratava-se de uma charqueada ou um frigorífico nos últimos anos em que trabalhou, repare que sua resposta é hesitante, imprecisa e oscilante: “Sim, isso, não sei.” Primeiramente, se a argumentação até aqui procurou demonstrar que a mais fundamental característica desta unidade foram as continuidades, as mudanças paulatinas e a coexistência de diferentes lógicas e sistemas disciplinares, tecnologias rudimentares e aprimoradas, a pergunta feita por mim foi demasiadamente imprecisa. Definitivamente, como disse anteriormente, os marcos estabelecidos tratam-se somente de uma separação arbitrária para organizarmos uma série de informações dispersas.

Dito isto, me arrisco a reforçar o arbítrio e propor que se tivesse que responder à questão: “quando que a charqueada São Domingos “se tornou realmente” frigorífico”? Responderia: em 1968, pois neste ano se consolida duas mudanças centrais, no que diz respeito à tecnologia de resfriamento da carne, e às relações de trabalho. Este foi um ponto de inflexão no mundo do trabalho. Segundamente, a elaboração da pergunta é devido ao desconhecimento de um debate que tomei ciência posteriormente à construção da fonte, sobre a dificuldade de definição da indústria alimentícia.

Essa indefinição da atividade laboral da charqueada/frigorífico não é uma peculiaridade desta indústria, evidentemente, que esta possui particularidades, mas é uma característica própria de diversos setores da indústria alimentícia. Fernando Teixeira da Silva, em “*Justiça de classe*”: *tribunais, trabalhadores rurais e memórias*, discute as ambiguidades presentes em um dissídio em torno da caracterização de cortadores de cana de usinas de açúcar enquanto trabalhadores industriais ou rurais. Essa matéria foi palco de contradições nas disputas judiciais. A Confederação dos trabalhadores da Indústria conseguiu anular um acordo coletivo, prejudicial aos trabalhadores, feito por um sindicato ligado à Confederação dos Trabalhadores Rurais, com a alegação de ser uma “aberração jurídica” o acordo ter sido feito por aquele sindicato. É evidenciada pelo autor, a estratégia de um proprietário de fazendas e usina de tentar desvincular a fazenda da usina, como se a primeira fosse mera produtora de matéria prima para a segunda, quando, na verdade, tratava-se de um complexo industrial. Essa estratégia de desvinculação foi no intuito de impedir o acesso dos trabalhadores rurais aos direitos dos celetistas. Ou seja, fica evidente toda uma disputa judicial entre trabalhadores e patrões em torno da caracterização da atividade laboral destes trabalhadores da cana.<sup>214</sup>

---

<sup>214</sup> MARTINS, Ibiapaba. Proletariado e Inquietação rural. *Revista brasiliense*, 42, jul-ago. 1962. Apud. SILVA, Fernando Teixeira. “Justiça de classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. **Revista**

A atividade frigorífica, apesar de trazer enormes diferenças, carrega consigo certa semelhança com a indústria da cana no que tange a essa dificuldade de conceituação da atividade dos trabalhadores. Trata-se de uma atividade econômica antiga e consolidada que se transforma com o emprego de maquinário e da implementação de um processo de trabalho industrial moderno na produção. Ela traz à convivência a mais “primitiva” marretada no crânio do gado para seu abate com gigantescas câmaras frias para congelamento da carne animal, em um lugar que há pouco tempo convive com uma estrutura de rede elétrica.

Nas palavras do advogado comunista Ubiapaba de Oliveira Martins, envolvido nos dissídios discutidos por Silva, se referindo à indústria alimentícia: “como o nome indica, une toda uma categoria profissional que oscila entre a roça e a fábrica, entre a máquina moderníssima e a enxada medieval”<sup>215</sup>. Cabe assinalar que esse binômio fazenda-usina, no que se refere à indústria do açúcar e do álcool, poderia ser pensada por analogia com as atividades de charqueada-frigorífico (neste caso estudado, já que também haviam charqueadas maquinizadas com características modernas<sup>216</sup>). Sendo assim, qualquer raciocínio esquemático para analisar o mundo do trabalho na charqueada/frigorífico me parece insuficiente para compreender a realidade.

Devemos rejeitar caracterizações taxativas como: “deste ponto em diante é frigorífico, não mais charqueada” ou “agora são trabalhadores fabris não mais rurais”, pelas próprias continuidades presentes, a cultura dos trabalhadores, o próprio espaço em que está localizada a unidade produtiva, ou seja, sua característica formação social. Contudo, essas questões não podem tornar nebulosa nossa capacidade analítica. As transformações são profundas, apesar das questões supracitadas, e impactaram substancialmente a vida dos trabalhadores. Primeiramente, do ponto de vista produtivo, gostaria de destacar: 1. As mercadorias, que agora são outras - não mais o charque somente. O congelamento é uma profunda inflexão tecnológica em relação ao salgamento da carne; 2. A divisão social do trabalho será alterada de maneira substancial. A segmentação e fragmentação do trabalho, a partir de esteiras eletrônicas e automatização dos processos, eliminarão postos de trabalho e extinguirão uma profissão especializada, o carneador, para a generalização “por baixo” dos trabalhadores, ou seja, carnear

---

**mundos do trabalho**, Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 4, n° 8, julho-dezembro, 2012, p. 134-137.

<sup>215</sup> SILVA, *Ibidem*, p. 136.

<sup>216</sup> Ver: VOLKMER, *Op. Cit.*

o animal será função de muitas mãos e máquinas.<sup>217</sup> 3. A imposição de outra lógica de controle do tempo e disciplinamento do trabalho baseada no aumento da intensidade de trabalho; 4. A maximização dos lucros, calcada em outra forma de se relacionar com os trabalhadores, avançando no sentido da mercantilização. Esta questão fica evidente em dois pontos, o primeiro é o empreendimento da Cooperativa com a criação de uma “venda”, onde os trabalhadores compravam itens de primeira necessidade e eram descontados nos seus salários. O segundo, sobre o qual pretendo me debruçar, é a restrição de concessão da carne aos trabalhadores, o que era um costume na relação dos trabalhadores com a charqueada. A seguir observe as imagens que ilustram a mescla de características rurais e urbanas do trabalho.

---

<sup>217</sup> O fenômeno que têm sido chamado, por diferentes pesquisadores, de “reestruturação produtiva”, juntamente com a ascensão de estudos identitários, tem fomentado pesquisas recentes nas áreas da história, sociologia e antropologia do trabalho sobre “trabalhos tradicionais”. Acredito que esta pesquisa tem potencial para ser desenvolvida mais longamente em outro momento.

## **TRABALHADORES GUIANDO O REBANHO PELA MANGUEIRA.**

Notem as roupas sem padrão e o aspecto rural do trabalho.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora*: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor.

## **TRABALHADOR SE PREPARANDO PARA ABATER O ANIMAL**

Perceba que o trabalhador está uniformizado, porém, o método de abate é demonstra  
continuísmo.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora*: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor.

## TRABALHADORES NA “LINHA DE DESMONTAGEM”

Reparem a automatização, segmentação e fragmentação do processo de trabalho.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor*

## TRABALHADORES NA “LINHA DE DESMONTAGEM” 2

Neste setor os trabalhadores lidam com as partes do boi, não mais sua carcaça. São vários setores como este.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor*



## TRABALHADOR CONTROLANDO O PAINEL DE CONTROLE

Perceba a tecnologia de controle das temperaturas da câmara fria, entre outros processos da produção. Não se trata do capataz, mas note a diferenciação deste trabalhador para como os outros.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.* Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor

## “PILHA DE INVERNO” – CHARQUE DE FÍGADO

Este é um aspecto de continuidade da charqueada em relação ao frigorífico. O charque era produzido em menor quantidade neste período, mas ainda era presente.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.* Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor

### 3.4. “Roubos e roubadinhas” na charqueada/frigorífico São Domingos: trabalho, cultura da carne e resistência de classe.

Um dos motivos que tornava atraente o trabalho na charqueada São Domingos, além da remuneração e das outras possibilidades no mercado de trabalho, era o acesso à carne. Esse alimento tem central relevância na cultura alimentar brasileira, em especial no Rio Grande do Sul, e possui diversos significados que extrapola a básica necessidade alimentar. Para as classes populares, principalmente trabalhadores braçais, a importância deste alimento pode ganhar uma dimensão ainda maior, sendo símbolo de fartura.

O processo de frigorificação da charqueada e introdução da lógica capitalista industrial alterou a relação dos trabalhadores com a carne, que, antes estava presente, por vezes, de maneira abundante, na mesa das famílias de trabalhadores e trabalhadoras da charqueada, porém começou a escassear em suas alimentações, devido à mudança de política da empresa. Esta nova “racionalidade” administrativa que impunha a restrição de práticas costumeiras de concessão de carne<sup>218</sup>, transformando-as em mercadoria, enquanto elemento novo na relação Cooperativa-trabalhadores, não foi negligenciado pelos trabalhadores. Apesar de não terem se manifestado coletivamente, de maneira formal, contra a mercantilização da carne, os trabalhadores disputaram esta questão empreendida pela classe charqueadora. Se a condição de *insegurança estrutural* é a distinção central da situação de classe dos “de baixo”, o desenvolvimento de estratégias para buscar *segurança*, de assegurar a sobrevivência, é uma possível resposta de classe dos que vivem do trabalho. A resposta dos trabalhadores veio através do “roubo”<sup>219</sup> da carne ao revés da classe charqueadora e seus interesses. Analisaremos esta questão a partir dos relatos dos trabalhadores e do diálogo com outros autores que pensaram as questões que envolveram disputas em torno da carne.

Em sua magistral obra, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels<sup>220</sup> examina o nascimento do proletariado, uma classe sem precedentes na História, como

---

<sup>218</sup> Isso será delineado adiante.

<sup>219</sup> Mais adiante discutirei esta terminologia que foi alvo de disputas.

<sup>220</sup> Algumas vezes por desconhecimento, outras por má fé, são imputadas à autores como Engels, e principalmente Marx, uma visão de classe que não corresponde as perspectivas elaboradas em suas obras. Nesta obra Engels demonstra como a classe trabalhadora na Inglaterra não era homogênea, tanto do ponto de vista material, de gênero e geracional. Evidentemente, a partir dos trabalhos destes autores, se desenvolveram marxismos dogmáticos, economicistas, evolucionistas, por vezes autoritários, porém, Marx e Engels não tem responsabilidade dos maus usos de seus textos.

consequência do desenvolvimento da indústria na Inglaterra.<sup>221</sup> Ele percebe as origens materiais das ações coletivas e individuais dos trabalhadores a partir de suas condições de vida. Engels relaciona o roubo, entre outras “delinquências”, com o desenvolvimento industrial na Inglaterra, que impõe circunstâncias desumanas, brutalizando assim os trabalhadores.<sup>222</sup> Esta ação seria uma resposta “natural” da classe operária, devido, primeiramente, a sua condição que *poderia ser* de necessidade extrema, e levaria os trabalhadores ao roubo. Outro ponto levado em consideração por Engels em relação à motivação do roubo, “crime” à propriedade, na verdade, é o ódio que os trabalhadores teriam de serem tratados como *coisa* e serem obrigados a viver em condições “desumanas”. Neste sentido, o crime à propriedade, para Engels, por se “opor à burguesia”, é também um ato humanizador do operário. Porém, a abordagem que Engels faz do roubo está contextualmente introduzido no exame que faz do desenvolvimento dos Movimentos operários. Ele assim analisa:

Mas em breve os operários tiveram de constatar a ineficácia<sup>223</sup> deste método. Com os seus roubos, os delinquentes não podiam protestar contra a sociedade senão isoladamente, individualmente; todo o poderio da sociedade caía sobre cada criminoso e esmagava-o com a sua enorme superioridade. Além disso, o roubo era a forma menos evoluída e consciente de protesto e, por essa simples razão, nunca foi a expressão geral da opinião pública dos operários, mesmo que eles a aprovassem tacitamente. A *classe* operária começou a opor-se a burguesia quando resistiu violentamente a introdução das máquinas, como aconteceu logo no início do movimento industrial.<sup>224</sup>

Antes de qualquer crítica mais radical, necessitamos ponderar as limitações deste texto, que se trata de uma obra de juventude do autor, que tinha apenas 24 anos, além de ter sido escrita entre 1844 e 1845, 150 anos atrás. Sua perspectiva está imersa no seu próprio contexto histórico e carrega consigo todas as limitações (e vantagens) que isso possa significar para seu

---

<sup>221</sup> Engels tem o mérito de ser o primeiro autor a abordar o desenvolvimento industrial na Inglaterra a partir do conceito de “revolução industrial”. À época isso era somente uma tese nos círculos socialistas, que o autor desenvolve mais longamente nesta obra. Ver: ENGELS, Friedrich. Prologo. In: **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

<sup>222</sup> Sobre essa ênfase do movimento operário ser uma reação à revolução industrial, Thompson assinala que a “ênfase excessiva sobre o caráter inovador das tecelagens pode levar ao menosprezo da continuidade das tradições políticas e culturais na formação das comunidades operárias.” Ver: THOMPSON. Edward Palmer. Exploração. In: **A formação da classe operária inglesa. Vol 2 – A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, p. 16.

<sup>223</sup> Na tradução de B. A. Schumann, da Boitempo editorial (2010) ao invés de “ineficácia” está escrito “não serve para nada”. Ver: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 248. Optei pela tradução de Anália C. Torres, da editora portuguesa Afrontamento, pois me parece mais coerente com o restante do texto de Engels, que apesar de entender o roubo como uma ação ineficiente em relação às ações coletivas, não menosprezou o ato criminoso, quando executado contra a propriedade privada.

<sup>224</sup> ENGELS, Op. Cit., p. 268.

estudo. Primeiramente, se analisarmos a partir do prisma do autor, há de se concordar que o roubo, mesmo sendo uma ação de resistência, é ineficiente do ponto de vista, de “opor-se à burguesia”, do ponto de vista da radicalidade, no sentido de romper com sua *situação* de classe, com as formas de dominação. Outro ponto que Engels leva em consideração é a punição decorrente desta ação, que poderia significar ser “esmagado pela sociedade”. De acordo. Mas Engels, pode não também não ter entendido o significado do roubo para os próprios trabalhadores no seu contexto, talvez por esse não for o foco de sua pesquisa.

Engels já percebe no crime, mais especificamente no roubo, uma atitude de resistência da classe trabalhadora. Porém, por vezes durante o texto, o autor enquadra os trabalhadores enquanto “delinquentes”, como na passagem citada; em outros momentos, por um lado, ele afirma que a situação da classe trabalhadora não foi escolhida, porém, por outro lado, classifica a classe como “degradada” moralmente, pelas condições de vida que lhes impõe viver do roubo e da prostituição. Esse julgamento moral é um dos limites de um sujeito europeu do século XIX. Mas vejamos uma pista presente na passagem do texto referenciada que diz sobre a “aprovação tácita dos operários em relação ao roubo.” Isto indica, ao menos, duas coisas: 1. O roubo era uma ação recorrente<sup>225</sup>; 2. A conivência dos operários em relação ao roubo se refere ao crime contra propriedade patronal ou pública, já que dificilmente os trabalhadores seriam coniventes com o roubo de seus próprios pertences.<sup>226</sup> Neste sentido, mais do que uma espécie de “anomalia moral” – em relação a “valores universais” abstratos – dos trabalhadores, isso indica a existência de outra moral, uma “moral dos trabalhadores” em um contexto histórico específico, em que o roubo não necessariamente seria errado *a priori*. A análise de Engels sobre o roubo é apenas coadjuvante em seu trabalho e foi pouco esmiuçada. Sendo assim, pouco sabemos lendo-o, do que se tratavam os roubos discutidos pelo autor.<sup>227</sup>

Stela Godoi analisou os significados de biscates<sup>228</sup> feitos por trabalhadores de metalúrgicas – de São Paulo e do ABC – e percebeu quão podem ser carregados de significados

---

<sup>225</sup> Ele desenvolve essa questão no texto, chamo a atenção da passagem citada a título de abordagem, de argumentação.

<sup>226</sup> Essa é uma hipótese lógica minha ao ler o texto. Não tenho conhecimento de nenhum trabalho que tenha estudado essa questão.

<sup>227</sup> Não sabemos quem roubava, o que roubava, por que roubava, para quem roubava, quais padrões existiam nos roubos, etc.

<sup>228</sup> “**Biscate** foi um termo – provavelmente carregado de conotação pejorativa – empregado pelos agentes da sociedade do controle e da propriedade privada”. São objetos feitos pelos trabalhadores com material da fábrica e dentro da fábrica, porém, feitos para si, para sua apropriação. Do ponto de vista do patrão e da lei, um roubo. Ver: GODOI, Stela Cristina de. Trabalho e trabalhadores no Brasil Moderno (1954-

estes biscates<sup>229</sup>. A apropriação do material (ferro) e sua transformação através da mediação do trabalho, tendo como objetivo o valor de uso do objeto *para si*, seria uma resistência à lógica do trabalho *estranhado*, aquele que se produz simplesmente pelo valor de troca, ou seja, uma mercadoria a ser trocada por outrem que não o próprio produtor.<sup>230</sup> Questão nevrálgica da pesquisa de Stela, para pensarmos o roubo, é o porvir do biscate, o que ele se torna quando usado pelo trabalhador. O objeto criado extrapola sua utilidade, é também um “lugar de memória”, onde está a extensão da existência do trabalhador que a criou em condições específicas, a partir do biscate, não é qualquer memória, mas uma memória de resistência, nos mostra a centralidade que essa prática pode ter na resistência operária e a formação de sua subjetividade.

Importante dialogarmos sobre essa terminologia empregada até aqui: roubo. *Roubar* é um verbo, ou seja, uma palavra que designa uma ação. Porém, esta palavra não descreve somente uma ação humana, ela adjetiva-a por ter sido forjada a partir do entendimento da legitimidade de propriedade privada. O termo *roubar* está carregado de sentido negativo atribuído pela perspectiva hegemônica das classes proprietárias. O *roubo* também é negativado pelos despossuídos quando o experienciam, afinal, *roubo* não é só uma ação inter-classes, mas também intra-classes. Contudo, a linguagem é viva e está sempre se movimentando, já que é resultado das atribuições de significados constituídas nas relações sociais. Em situações históricas específicas, a palavra *roubar* pode ser positivada, porém, de maneira geral, *roubar* tem mais significação negativa, como resultado da hegemonia da classe dominante, da propriedade privada.

A partir desta avaliação, a primeira crítica a ser feita é a elaboração da fonte. Na entrevista com Sr. Aradir, uma das pautas que trouxe para dialogar com o trabalhador era o *roubo da carne*, não a *subtração* ou a *apropriação*. Neste sentido, mesmo que a entrevista tenha sido menos um questionário e mais uma “conversa”, “limitei” meu entrevistado a me responder a partir do *roubo* da carne. Porém, como veremos, Sr. Aradir agenciou, a partir da sua

---

64): Um diálogo entre duas Histórias. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 1, n. 2, jan./jul. 2009, p. 9.

<sup>229</sup> Suas fontes foram orais, entrevistas com ex-trabalhadores metalúrgicos.

<sup>230</sup> O significado do biscate, para Godoi, foi algo muito mais profundo, ela debateu essa questão a partir da centralidade do trabalho, não alienado, não estranhado, na realização e desenvolvimento do *humano*. Porém, essa análise ontológica não nos interessa neste trabalho para pensar o roubo da carne, mas, bem que poderia ser pensado nesta direção possíveis roubos de tecidos e roupas nas indústrias de tecelagem inglesas à época do período estudado por Engels, que ele chamou de revolução industrial.

*experiência*<sup>231</sup>, a terminologia empregada e disputou o significado da ação de subtrair a carne, de acordo com suas subjetividades, não aceitou os “limites” que coloquei a ele. Entendo que se tratando de temas controversos como a questão do *roubo*, há a necessidade de descrevermos a ação e deixarmos o entrevistado nomear, ou mesmo provocar o entrevistado a falar sobre o tema sem moldurar os termos do debate, assim é possível desenvolvermos a questão a partir do ponto de vista do entrevistado, tornando a relação menos normativa.

Sr. Aradir trabalhou dos 12 anos aos 25 anos, de maneira intermitente<sup>232</sup>, na charqueada/frigorífico. Aos 25 anos, ingressou na Brigada Militar de Rio Grande<sup>233</sup>, onde trabalhou até sua aposentadoria, do ponto de vista formal, já que continuou trabalhando na construção civil (construtor/“pedreiro”). Sua trajetória influenciou diretamente sua resposta, vejamos quando pergunto a ele sobre o *roubo* da carne:

**Allan:** Ah... e... Sr. Aradir, outra coisa que, foi também o que me contaram: roubo de carne, os caras costumavam roubar carne?

**Sr. Aradir:** Roubava, mas assim, coisinhas mínimas: meio quilo, um quilo. Não tinha o que comer, no caso, botava no bolso.

**Allan:** Então não era roubo?

**Sr. Aradir:** Não chegava. Era um furto, no caso. Roubo mesmo não.<sup>234</sup>

Tive dificuldades de fazer a pergunta sobre o roubo da carne por Sr. Aradir ter se mostrado, do ponto de vista comportamental, bastante conservador. Já conhecer previamente algumas opiniões de Sr. Aradir e saber de sua trajetória como “brigadiano” me deixou bastante reticente neste primeiro momento em que pauto o roubo da carne. E, realmente, o tom da resposta de Sr. Aradir, de justificativa, e a própria tonalidade da voz, me indicou a necessidade de questionar se ele entendia isto como roubo. Então ele nega, “era furto, no caso”. Este enquadramento, de Sr. Aradir, da subtração da carne enquanto *furto*, é também uma perspectiva do presente em relação ao passado, pode ser que esta nomenclatura não fosse utilizada por ele quando trabalhava na charqueada/frigorífico. Este enquadramento da ação em *furto* é colocar a matéria no campo jurídico a fim de amenizar a negatividade de sentido que o *roubo* pode ter,

---

<sup>231</sup> Adiante desenvolverei melhor o que quero dizer com esse conceito.

<sup>232</sup> Intermitente no sentido de ser admitido e demitido, já que o abate de gado em charqueadas é realizado em temporadas, numa lógica de sazonalidade. Esses trabalhadores poderiam circular no mundo do trabalho rural de Jaguarão, trabalhando em estâncias, vendendo lenha, “se virando” para sobreviver. Não tem relação com a modalidade “trabalho intermitente”, onde o trabalhador é obrigado a estar disponível para o patrão, vinculado formalmente, remunerado somente pelo tempo de trabalho realizado, o que precariza brutalmente as relações de trabalho.

<sup>233</sup> “Rio Grande” aqui trata-se da cidade, não do estado. Brigada militar é a nomeação da polícia militar no Rio Grande do Sul.

<sup>234</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

afastando-lhe o adjetivo “ladrão”. Este trabalhador colocar nestes termos me parece uma elaboração narrativa com intuito de manter coerência biográfica resultado de sua trajetória como brigadiano, que possibilitou levar a questão para esse campo.

Diego Vivian, em sua dissertação de mestrado, analisou o ordenamento jurídico portuário – que compreende o recorte de 1956-1964 – e pode constatar pelo menos quatro práticas consideradas ilícitas mais recorrentes na orla portuária sul-rio-grandense: o roubo, o furto, o contrabando e o descaminho. Dentre estas, duas são relevantes para pensarmos a apropriação da carne na charqueada, em seus dois momentos estudados, enquanto charqueada propriamente dita, e posteriormente no frigorífico, o roubo e o furto:

A subtração de mercadorias ou objetos praticada sem violência pessoal, violação ou arrombamento de embalagens e/ou compartimentos, de modo que ninguém percebesse de imediato a transgressão, era qualificada como **furto**. Para ser caracterizada como **roubo**, a subtração de mercadorias implicava não somente a apropriação de bens materiais, mas devia ser praticada através da violação ou arrombamento de embalagens e/ou compartimentos, com ou sem o uso de violência pessoal, não importando se alguém percebesse imediatamente a ocorrência do fato.<sup>235</sup> [grifo do autor]

Esta configuração conceitual trazida por Vivian, a partir do ordenamento jurídico portuário, nos traz uma conceituação que pode ser interessante para compreender a perspectiva dos trabalhadores, pois, a partir desta concepção, a apropriação da carne estaria descaracterizada do sentido do roubo, já que a produção da carne não era embalada dentro da unidade produtiva. Apesar de existir juridicamente esta distinção de *roubo* e *furto*, a própria Cooperativa conceituava a subtração da carne enquanto *roubo*, com a intenção de negatizar ainda mais a apropriação desta. Na verdade, o *sistema disciplinar*<sup>236</sup> jogava com a lei, por um lado colocava essa carta na mesa, enquanto elemento inibidor, por outro, não houve nenhum relato de algum trabalhador que respondeu criminalmente ao *furto* da carne.

O *furto* ameniza a ação, em relação ao *roubo*, porém, está na ordem jurídica-normativa, colocada por Sr. Aradir, o que não é o caso da “matéria”. O próprio trabalhador, falando sobre

---

<sup>235</sup> VIVIAN, Diego Luiz. **Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 - 1964)**. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008, p. 154-155.

<sup>236</sup> *Sistema disciplinar* trata-se das transformações ocorridas a partir da industrialização, que além da restrição de formas de concessão de carne para os trabalhadores, impôs uma série de normas, proibições e formas de controle, que vão desde a proibição de fumar nos galpões, padronização de roupas e acessórios, maior controle sobre horários, movimentos das atividades laborais e posturas comportamentais dos/as trabalhadores/as.

os limites da apropriação da carne em outro momento da entrevista, diz: “Agora, porque se alguém roubasse uma carne maior, que eles visse, botava pra rua por ladrão. Aí não tem, né. Era complicado.”<sup>237</sup> Ou seja, a subtração da carne não era caso de polícia. O ‘ladrão’ de carne ganhava demissão, não repressão. Contudo, o termo *ladrão* utilizado denota uma condenação do ponto de vista moral daquele que fosse pego desfalcando a Cooperativa e demitido por esse motivo. Isso significaria ser exposto publicamente como uma pessoa não confiável, o que poderia ter consequências negativas do ponto de vista tanto da empregabilidade. “Tinha que pegar meio escondido porque se te pegassem [risos] ia pra rua também [risos]. Ah, não. Tinha que pegar escondido.”<sup>238</sup> Mas mesmo diante das limitações estruturais e dos riscos, os trabalhadores não se inibiram e se apropriaram da carne.

O fenômeno da subtração da carne, de acordo com a situação, ou o caso, pode possuir diversas dimensões no plano material ou simbólico. Para entender o fenômeno nas suas dimensões mais profundas é necessário pensarmos a partir do prisma da *experiência* dos trabalhadores. A *experiência* não em sua compreensão rasa, sinônimo de vivência, mas como Thompson a entendia como um “conceito de junção” entre ser social e consciência social. Um conceito mediador entre as relações de produção e a consciência de classe

A experiência está, neste sentido, entre as determinações estruturais, a vivência e elaboração, do ponto de vista da consciência daquilo que é vivido sobre determinado contexto, sendo a Cultura o elemento central na mediação do que é vivido e o que é percebido, ou seja, aquilo que se faz do que é vivido. Evidentemente, apesar da existência de experiências comuns, coletivas, há também as experiências individuais, o que exclui qualquer determinismo ou possibilidade de homogeneização dos sujeitos estudados. A consciência social, neste sentido, é construída de maneira peculiar de acordo com o contexto específico, porém não isolada da totalidade, já que as relações de produção possuem características gerais no próprio modo-de-produção. O roubo da carne não seria então uma resposta “espasmódica”<sup>239</sup> à *insegurança estrutural*, nem uma “forma menos evoluída e consciente de protesto”<sup>240</sup>, mas uma

---

<sup>237</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão, 2016.

<sup>238</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil, 2016.

<sup>239</sup> Esta expressão é uma referência à Thompson. Ver: THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 150.

<sup>240</sup> ENGELS, Op. Cit., p. 268.



manifestação dos interesses dos trabalhadores com significados profundos em um contexto não escolhido por eles e mediado pela *cultura da carne*.<sup>241</sup>

Porém, a dimensão material não pode e nem deve ser negligenciada, pois é a condição mais distintiva da condição de classe dos trabalhadores, apesar de Scott entender a exploração simbólica como a que provoca reações mais incisivas.<sup>242</sup> Sr. Aradir já chamou a atenção do roubo por necessidade em passagem supracitada: “Roubava [...] meio quilo, um quilo. Não tinha o que comer, no caso, botava no bolso”. Sr. Juan, trabalhador sazonal, uruguaio, no período de safra residia no que os trabalhadores conheciam por *quadra*, um lugar de moradia coletiva dividido em “peças” (cômodos), cedida pela Cooperativa para trabalhadores sazonais, tanto brasileiros quanto uruguaios, que apresentassem dificuldade na locomoção entre a moradia e a charqueada, ou não tivessem onde morar. Durante o período sazonal, excetuando os fins de semana que retornava de barco à chácara de sua família, na margem uruguaia do rio Jaguarão, a alimentação de Sr. Juan estava por sua conta. Sobre o acesso à carne:

**Allan:** E como que era em relação à carne, vocês comiam muita carne?

**Sr. Juan:** No, ao contrário. Se tu não podia compra agulha ou ponta de costela que te vendiam, e pra sacar só mui escondido.

**Allan:** Como que é, não entendi?

**Sr. Juan:** **Pra sacar escondido pra tu te juntasse carne, se não tu não comia carne.**

**Allan:** Ai pegava e levava pra casa e fazia em casa?

**Sr. Juan:** Sim, nós cozinhava ali na peça [na quadra] nossa.

**Allan:** Ah, mas sempre tinha carne pra come?

**Sr. Juan:** Si. No era mui a vontade, não tinha muita carne não.

**Allan:** Ai, tinha que dá um jeito, né.

**Sr. Juan:** Tinha que dá um jeito.

**Allan:** Mas as vezes, ficava sem carne?

**Sr. Juan:** As vezes ficava sem, sim. Porque te vendiam a ponta de costela ou agulha, né. Isso era vendido.

**Allan:** E era caro?

**Sr. Juan:** No, caro muy no era, pero, tu comprava e te descontavam no fim de mês quando te pagavam o soldo, né.<sup>243</sup> [grifo meu]

A condição de fartura da carne não era a realidade de Sr. Juan, e nem dos trabalhadores da quadra. Sr. Juan delimita quais eram os cortes bovinos que tinham acesso: agulha e ponta de costela. Para comer carne os trabalhadores tinham que comprar da própria Cooperativa. Essa situação era contraditória, os trabalhadores, que abatiam e/ou esartejavam grande quantidade de gado diariamente, na safra, terem acesso somente às partes menos nobres do animal e ainda

---

<sup>241</sup> Adiante explicarei o que chamo de *cultura da carne*.

<sup>242</sup> MONSMA, Op. Cit, p. 101.

<sup>243</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

por cima comprarem de seus empregadores o que eles próprios fizeram. Vejamos, a distância da remuneração dos trabalhadores e do valor de mercado da carne, em alguma proporção, “determinava” o acesso à carne e isso é explicitado quando Juan diz que nem sempre tinham carne: “se tu não podia compra agulha ou ponta de costela que vendiam”.

Provavelmente, quando diz que “caro muy no era” se refere ao preço em termos relativos, comparado com outros alimentos e bens, porque senão não faltaria carne na mesa destes trabalhadores, caso não fosse caro em termos absolutos. Poderiam, talvez, até comprar a carne para se alimentarem diariamente, mas a própria sazonalidade, que era o caso de Sr. Juan, era a época do ano em que o trabalhador conseguia acumular algum dinheiro para viver melhor durante o restante do ano, não permitiria gastar parte significativa de seu “soldo” em carne, mesmo que esta tivesse centralidade em sua cultura alimentar. Porém a questão que gostaria de destacar é a segunda parte desta frase: “No, caro muy no era, **pero**, tu comprava e **te descontavam no fim de mês quando te pagavam soldo**, né.” Sr. Juan demonstra desconforto em ter que pagar pela carne, isso ficará delineado adiante em que pretendo desenvolver a hipótese que os trabalhadores compreendiam a carne como direito.

As condições de acesso à carne eram diferenciadas entre os trabalhadores. Se, por um lado, Sr. Juan tinha uma maior margem de autonomia por pertencer a um núcleo familiar camponês<sup>244</sup>, por outro, enquanto trabalhador sazonal, experienciava uma condição mais precária de acesso à carne que outros trabalhadores mais dependentes da Cooperativa, pois a própria dependência envolve relações de reciprocidades.<sup>245</sup> Sr. Almir assim desenvolve as possibilidades de carne em sua família:

É... A gente ganhava uma ponta de costela do boi, na quarta-feira davam, a gente tinha até nojo de carne. Era tanta carne. A gente era 4 trabalhando e ganhando isso, não dava vencimento de comer. E mondongo, essas coisas assim, a gente podia pegar, rabada, essas coisa, lá era muito bom. A gente tinha uma fartura daquelas, né. Pegava cedo também, cinco e meia, acho que era, e não tinha que hora pra solta, dependendo da matança, se não tinha nenhum imprevisto, a gente soltava seis e meia, sete horas, senão a gente ia oito e meia, nove horas. Tinha que fazer limpeza, limpar tudo, né.<sup>246</sup>

---

<sup>244</sup> Se fosse demitido poderia viver, de maneira mais modesta, evidentemente, da chácara de sua família.

<sup>245</sup> Relações desiguais, com certeza, porém, ainda sim, demanda expectativas a serem correspondidas pelas partes envolvidas.

<sup>246</sup> ESPINDOLA, Almir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

Sr. Alamir era sobrinho do capataz-general<sup>247</sup> e filho de um trabalhador antigo com boas relações com os patrões, suas possibilidades alimentares era melhor do que outros trabalhadores “comuns”. Ao contrário de Sr. Juan, Sr. Alamir assinala uma condição de fartura. Porém, assim como o trabalhador uruguaio, ele também “pegava” uma carniinha:

Não, o charque, às vezes, a gente pegava uma pontinha. Tinha matança de ovelha também no verão, né, pobre das ovelhinha. Aquele charque de ovelha é tão bom. Aí tinha torresmo, tinha porco também, tinha torresmo de porco. A gente ia lá na peça e enchia as mão e saia comendo torresmo, era bom [risos]. [...] Ah é [suspira]... A gente se divertia, mas cuidava também. Meu tio era muito carrasco então qualquer coisa pra se exibir ele já dava uma mijada:<sup>248</sup> “que não sei o que!”. A gente cuidava, ele ia lá pra peça dele, a gente ia tudo ligeirinho lá, “vamo pega [carne]! [risos].”<sup>249</sup>

A questão da apropriação da carne ganha duas distinções básicas: 1. A carne subtraída (“meio quilo, um quilo”) para ser preparada e consumida em casa; 2. A carne consumida no horário de serviço. Percebemos até aqui, que independentemente da *segurança* alimentar, “sacar” carne não possui uma relação de causalidade exclusiva com a condição material, o acesso à carne. Se a prática descrita por Sr. Aradir e Sr. Juan dão o tom da necessidade para a subtração da carne, a prática narrada por Sr. Alamir ressalta a dimensão do *lazer* desta ação. Possui um cunho de “aventura”: largar o posto de trabalho, driblar o capataz-general – tio – e ir “pegar uma pontinha”, de sair com a mão cheia e voltar ao serviço antes de ser pego, pois poderia significar uma “mijada”, ser repreendido. Pela descrição de Sr. Alamir, até parece uma relação de sobrinho e tio, porém, não se trata somente de uma ação individual, era uma ação que fazia com outros trabalhadores, uma ação coletiva de *lazer*, que traz a tona a dimensão da *sociabilidade* do ato de “pegar uma pontinha”. Além disso, o segundo tipo de apropriação da carne não é de exclusividade dessa turma de Sr. Alamir. Assim aparece na entrevista com Sr. Aradir:

**Allan:** Só pegava pra comer então?

**Sr. Aradir:** E lá dentro mesmo, porque o charque depois de pronto é muito bom de comer ele cru assim. A gente comia isso e eles não gostavam. Tá comendo, que **tira de cada um, vamo ver, 10 gramas, quantos quilos vai durante o dia, né? É prejuízo. Aí a gente dava essas roubadinhas.** [encenando] Pegava uma faquinha, as vezes um canivete, pegava uma lasquinha e “óh, comia ali”. Era essas coisinhas.

**Allan:** O senhor pegava uns pedacinhos também?

<sup>247</sup> Capataz general tratava-se do cargo maior do encarregado de toda produção, acima dos capatazes de seção, estando este somente abaixo dos cargos da diretoria da Cooperativa de Carnes, que era formada por criadores, ou seja, os reais patrões.

<sup>248</sup> Expressão usada no Rio Grande do Sul que significa chamar a atenção.

<sup>249</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

**Sr. Aradir:** Ah, pegava. O ganito, ali perto do peito, é muito bom. Fica igual, agora, queijo. O mesmo gosto do queijo. A gente tirava aquela parte do sal com a faca porque aquela queima até a boca, aquela parte de dentro ali coisa muito boa.

**Allan:** E pegava que partes da carne?

**Sr. Aradir:** Ah, **as partes boa.**<sup>250</sup>

O relato de Sr. Aradir traz alguns elementos para pensarmos as “roubadinhas”. Antes de qualquer apontamento, é necessário chamar a atenção para o tom empolgado que falou das “roubadinhas”, encenou toda a ação: a “faquinha” cortando o charque, a “lasquinha” sendo levada até a boca. As reações entusiasmadas quando se refere ao sabor do charque saltam nas expressões utilizadas: “muito bom de comer”, “óh, comia ali”, “é muito bom”, “coisa muito boa”. Esse momento, inclusive, destoou da constante da entrevista. Sr. Aradir, que se comportou de maneira centrada na entrevista, muito gentil e atencioso, mas com poucas variações de tom.

A vibração de Sr. Aradir para falar sobre as “roubadinhas” imprimem um sentido de *prazer* em comer o charque, é outra dimensão que, por um lado, faz parte do plano das necessidades do corpo, necessidade de prazer, por outro, faz parte das necessidades da “alma”, uma memória afetiva que o empolga quando constrói esta narrativa. O *prazer* em comer algo saboroso está tão relacionado com a questão do *lazer*, em sua dimensão abstrata, quanto da *necessidade*, em seu sentido material. Além disso, o *prazer* de comer o charque é o *prazer* de comer uma carne diferente, das carnes de menor qualidade a qual poderiam comprar. A Cooperativa disponibilizava para venda local somente carnes que não são as classificadas como de primeira, então essas “roubadinhas”, consumo da carne durante a jornada de trabalho, seriam umas das poucas possibilidades de consumir “as partes boas” do boi.

Outra característica da fala deste trabalhador é a perspectiva generalizada do “roubo da carne”, que é evidenciada quando propõe um cálculo para dimensionar quantitativamente o quanto poderia impactar essa ação, “tira cada um, vamo ver, 10 gramas, quantos quilos vai durante o dia, né?”. Isso é uma afirmação que apareceu em todas as entrevistas realizadas, sempre nessa dimensão de uma prática “coletiva”, que apesar de pouca quantidade, no final do dia as “roubadinhas” representavam uma grande quantidade. Podendo ser relativizada a dimensão quantitativa colocada pelo trabalhador, o que fica demonstrado é a plena consciência do significado da subtração da carne para a classe charqueadora: “A gente comia isso e eles não

---

<sup>250</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

gostavam. [...] É prejuízo. Aí a gente dava essas roubadinhas.” Sr. Aradir lê a questão a partir de dois grupos de interesses distintos: os que davam as “roubadinhas” e os que sofriam o “prejuízo”, e não hesita em destacar seu pertencimento ao “grupo da roubadinha”, uma espécie de “arma dos fracos”.

Fica evidente que sua visão, fortemente influenciada pela perspectiva hegemônica moralizante sobre a prática de “roubar”, enquanto ex-policial e um conservador, do ponto de vista comportamental, colide frontalmente com sua *experiência* concreta de classe. Essa leitura demonstra que, se abstratamente ele adere a uma visão de roubo, construída a partir da ideologia<sup>251</sup>, ou o que Thompson chamou de “consciência imposta”<sup>252</sup>, concretamente, sua *experiência* de classe foi determinante na sua identificação com a ação de “roubar”, a *experiência* de resistência é afirmada com ênfase em sua fala. Ou seja, apesar do prejuízo à Cooperativa (patrões), ele insiste empolgadamente na sua ação. Essa prática ganha um sentido de *contrapartida à exploração*, “rouba” pra causar prejuízo.<sup>253</sup>

Lembremos que esse relato se trata de Sr. Aradir, aquele que em outro momento da entrevista desviou-se do termo “roubo” para assentar a apropriação no “furto”, agora empolgadamente fala sobre as “roubadinhas”. Mas é bem verdade também que tamanha empolgação para falar sobre o sabor do charque não está subsumida simplesmente ao consumo alimento. Sua lembrança narrada, que o afeta dessa maneira, não é somente a “memória de comer o charque”, mas a “memória da comer o charque em um contexto específico”. É uma memória afetada pelo seu protagonismo, em que acessa um alimento importante, a carne, através de uma prática que compartilhava com os outros trabalhadores. É uma memória de resistência. Nesta ordem, é também uma memória coletiva, de pertencimento. Sr. Aradir invoca em sua narrativa um período de sua vida que carrega muitas emoções, principalmente nostalgia, em relação a sua juventude. A entrevista é um momento em que ele se torna o centro, e tem a oportunidade de construir uma narrativa autobiográfica e se afirmar identitariamente no mundo

---

<sup>251</sup> No sentido marxiano, enquanto realidade invertida; uma ideia deslocada dos elementos históricos concretos das relações em que foi produzida para descrever a realidade. Ver: CHAUI, Marilena. O que é ideologia. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

<sup>252</sup> Ver: THOMPSON, E. P. La política de la teoría. In: SAMUEL, Raphael. **História popular y teoría socialista**. Barcelona: Crítica, 1984, p. 315.

<sup>253</sup> Thompson utiliza o termo ideologia em um sentido totalmente empregado por mim. Uma das formas que em que ele definiu economia moral, ele utilizou ideologia como um conjunto de ideias, a economia moral é uma “ideologia (exatamente como faz a economia política), que atribuem papéis econômicos e que endossam práticas costumeiras (uma “economia” alternativa), num equilíbrio particular de forças sociais ou de classes”. Ver: THOMPSON, E. P. A economia moral revisitada. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2005, p. 258.

enquanto alguém que compartilhou coletivamente uma condição, de classe, no caso, e apesar da *insegurança estrutural*, permaneceu existindo e resistindo. A “roubadinha” é uma memória afetiva.

O consumo da carne durante jornada de trabalho era uma prática generalizada, isto é evidenciado em todas as entrevistas realizadas. Podemos supor que a Cooperativa também pudesse conviver com essa questão de maneira razoável, podendo ter margens de perdas. Mas, por outro lado, não havia nenhuma conviência da Cooperativa. Sr. Juan nos mostra o caminho para complexificarmos o olhar sobre a questão:

**Allan:** E como que é, vocês comiam charque cru assim?

**Sr. Juan:** Bueno, tando bem sequinho é lindo aquilo, pero, eu cansei de ver algumas vez o charque no varal.

**Allan:** E vocês comiam ali na hora do serviço?

**Sr. Juan:** Na-não, também não era assim. Tinha que pegar meio escondido porque se te pegassem [risos] ia pra rua também [risos]. Ah, não. Tinha que pegar escondido. [...] As vezes ele tava longe também, né. **Tinha alguns destes, como que diz, caguete [risos].**

**Allan:** [risos] Ah, tinha isso também?

**Sr. Juan:** [risos] Ah, sim, isso aí **tinha bastante** [risos].

**Allan:** E como que era, daí sabia quem era?

**Sr. Juan:** Claro, porque... Claro, **as vezes, passavam indo com capataz, né, fala que sacou algo, levou algo** [“roubou”].

**Allan:** E se descobrissem lá, mandava embora ou chamava a atenção?

**Sr. Juan:** Tinha algum que chamava a atenção, outros não.<sup>254</sup> [grifo meu]

Notemos que, como observado anteriormente, ser descoberto no “roubo” ou na “roubadinha”, levando embora ou consumindo no local, poderia significar a demissão do trabalhador, e possivelmente, grandes dificuldades de se empregar novamente na charqueada. Apesar de ser uma prática disseminada entre os trabalhadores, era também combatida pelos patrões. É definitivamente uma *situação de classe* que envolve interesses antagônicos, porém, não necessariamente a posição de classe do indivíduo é correspondente à sua atuação nas relações de produção de maneira simples. A condição de *insegurança estrutural* que está submetida a classe trabalhadora, por vezes, é fator determinante na sua cooptação, para sua atuação em prol dos interesses da classe antagônica para de alguma maneira ser recompensado: ganhando confiança (maior estabilidade no emprego) ou até algum favorecimento. É o que o Sr. Juan chamou de *caguete*, estes que “tinha bastante” e que “passavam indo com capataz”<sup>255</sup>

<sup>254</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>255</sup> A própria figura do capataz possui uma grande dubiedade. Se sua função é ser os olhos da diretoria executiva e dos criadores na produção, ele também é um trabalhador, com privilégios, mas ainda um trabalhador. Ele convive diariamente com seus subordinados e estabelece laços com os mesmos, em que é necessário se legitimar enquanto liderança para não ser contestado. É nessa relação que podem surgir

e poderia ser o delator: “fala que sacou algo, levou algo”. Ao revés de compartilhar solidariedade com “sua classe”, o *caguete* cumpre o papel de ser os “olhos” da classe dominante, mesmo compartilhando a mesma condição, sua língua é uma das mais poderosas “armas” dos proprietários para o exercício do controle e do poder sobre a unidade produtiva contra essa “guerrilha silenciosa”, como denominado por Scott. Este é um elemento empírico importante para o papel da cultura na *formação da classe*, porque este não é um caminho automático em que a *situação de classe* determina a *consciência de classe*. Os vínculos da classe fundamentalmente são formados nas *experiências* compartilhadas.

Por outro lado, a intenção não é condenar o *caguete*. A sua cooptação e atuação “do outro lado” é também fruto de sua *condição de classe* e poderia ser muito contraditória, exemplo disso, é Sr. Almir – sobrinho de um capataz – praticar as “roubadinhas”, o que não exclui de em algum momento poder ter sido o *caguete*, esse papel pode variar em diferentes situações a que os trabalhadores estão submetidos. Evidentemente, não estou tentando “aliviar” para o *caguete*, e nem negar que poderia haver muitos que fizessem isso, mas propor que poderia ser circunstancial um trabalhador entregar o outro, “fala que sacou algo”, determinado até mesmo por relações interpessoais de afeto ou desafeto, ter compartilhado da “roubadinha” com este ou aquele, etc.

Proponho-me a debater o “roubo da carne”, enquanto um fenômeno histórico decorrente das relações de produção na charqueada/frigorífico, onde se manifestou uma resistência de classe mediada pelo que chamo *cultura da carne*, fundamental na formação da subjetividade em geral, principalmente na identidade de interesse que se fez antagônica aos interesses dos charqueadores. As bases concretas da formação das *experiências* destes trabalhadores é o terreno da *cultura da carne*. Diante disto, é necessário entendermos os profundos vínculos destes trabalhadores com a charqueada e com a carne que remete às suas próprias existências. As condições materiais de reprodução da vida dos trabalhadores estão direta e indiretamente relacionadas com a charqueada São Pedro<sup>256</sup> e com a charqueada São Domingos, seus familiares trabalharam antes e/ou concomitante a eles: Sr. Almir por parte de pai, tio, e irmãos; Sr. Aradir

---

reciprocidades que escapam de uma relação menos intensa, em termos de convivência, com os proprietários da charqueada e do gado.

<sup>256</sup> A charqueada São Pedro (1848) trata-se da primeira charqueada fundada no espaço que posteriormente foi construída a charqueada São Domingos (não tenho fontes que indiquem exatamente a data de fundação desta, os períodos remetidos nas entrevistas pelos trabalhadores me faz acreditar ter sido criada no início do século XX). As duas charqueadas coexistiram por algum tempo e posteriormente a primeira charqueada foi desativada, ficando somente a São Domingos.

com pai, mãe; Sr. Juan teve dois tios e irmão. Do ponto de vista indireto, Sr. Alamir e Sr. Aradir nasceram no bairro/comunidade Charqueadas, organizada no entorno da unidade produtiva por causa da unidade produtiva; além disso, todos os integrantes de seus núcleos familiares também tinham nas charqueadas uma referência, assim, a própria socialização familiar tinha no meio de produção uma intersecção. Estudaram na escola mais próxima da comunidade, junto com outras crianças com situações correlatas. Os desenvolvimentos das subjetividades dos trabalhadores estiveram sempre em contato com as questões que envolveram as charqueadas.

Havia também alguns aspectos culturais muito próprios ao ofício, um deles era uma regra muito peculiar do trabalho em uma charqueada, que possivelmente haja outros, que denotam um sentido da relação dos trabalhadores com a natureza:

**Sr. Juan:** [...] Matar uma gaviota [gaivota] em charqueada tu ia na hora pra fora.

**Allan:** Uma gaivota, por que?

**Sr. Juan:** Porque fazia a limpeza, né. Porque tu via tudo que é resto de coisa que era pra fora da charqueada, de sebo, de cosa, a gaviota comia tudo. Era cada bando de gaviota que tinha.<sup>257</sup>

A carne, que era de grande relevância na cultura alimentar destes trabalhadores, começou a ser tensionada com a restrição da concessão deste alimento, no bojo do sistema disciplinar implementado. A apropriação da carne pelos trabalhadores, na sua forma primeira, levar para preparar em casa, não faria sentido e provavelmente deveria ser inabitual antes desta inflexão da lógica nas relações sociais de produção na charqueada, a partir do frigorífico. Sr. Aradir percebe isso: “E a maioria, no início mesmo na charqueada, ninguém roubava porque carne era a vontade, né. O churrasco lá dentro tinha pra comer quanto quiser, depois na época das câmara fria já mudou.”<sup>258</sup> O “churrasco” a que Sr. Aradir se refere é uma prática bem antiga, reminiscência da charqueada São Pedro, na qual os trabalhadores que começassem suas atividades ou estendessem sua jornada de trabalho pela madrugada recebiam da charqueada um corte bovino, a costela, para assarem na caldeira<sup>259</sup>.

Sr. Juan detalha melhor a questão do churrasco. A carne ofertada pela charqueada era o que eles chamavam de “costela resvalar”. Depois de ter removido parte da carne desta costela pelas mulheres, na realização do “guisado”, como conhece Sr. Juan, ou “carancho”, como conhece Sr. Alamir, o restante

---

<sup>257</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Uruguaí. 2016.

<sup>258</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016..

<sup>259</sup> A caldeira é uma construção com uma chaminé acoplada onde se seca o couro.



os trabalhadores poderiam assar e comer durante o horário de serviço. “Era separado pra quem trabalhava, fazia hora-extra e tudo tinha carne a vontade.”<sup>260</sup> Mas “depois já entrou a saúde [vigilância sanitária]: – “porque não pode assar, tem que ter uma churrasqueira”. Acontece que independentemente do motivo da proibição desta “carne a vontade”, os trabalhadores simplesmente tiveram esse direito suprimido, tendo ou não intervenção da vigilância sanitária<sup>261</sup>, essa carne poderia de alguma maneira ser destinada aos trabalhadores, mas não foram. Além disso, a experiência vivida dos trabalhadores é enfática em perceber que não havia consequência negativa desta carne à saúde, independente se realmente houvesse.

Nesse sentido, há um sentimento de perda que surge a partir desta proibição, que é agravada com a sobreposição de outra mudança, já que “[...] começaram a aproveitar o coração, o rim, o fígado, que no início não se aproveitava isso aí.”<sup>262</sup> Diante disto, as popularmente conhecidas miudezas foram retidas pelos charqueadores. Isso fazia parte de um projeto para melhor aproveitamento dos derivados do animal, descrito por Carlos Alberto Ribas<sup>263</sup>. Sr. Aradir afirma que no frigorífico só não aproveitavam o sangue e as fezes.

O costume de disponibilizar carne para a alimentação dos trabalhadores da charqueada é de tradição imemorial. Nos estudos das charqueadas do século XIX esta questão já é colocada. Na tese de Vargas, ele traz esta questão, a partir do relato de um viajante europeu: “Para alimentar o pessoal empregado nas charqueadas e os escravos eram reservadas as costelas.”<sup>264</sup> Mesmo corte do gado que Sr. Alamir e sua família recebiam da Cooperativa, neste sentido uma continuidade. Ognibini conclui, em seu trabalho, que devido ao protelamento dos charqueadores em pagar os trabalhadores assalariados das charqueadas (século XIX em Pelotas), “ao empregado restava manter uma relação maior de dependência usufruindo como pagamento, de seu local de moradia este, em alguns casos, associado a outros suprimentos como alimentação e terras para roçar.”<sup>265</sup> Fornecer a alimentação aos trabalhadores “livres” era uma forma de torna-los dependentes, mantê-los por perto para o trabalho, por vezes, a alternativa

---

<sup>260</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>261</sup> Esse questionamento é a partir da própria lógica estrutural de mudança, que um dos elementos visava o melhor aproveitamento dos derivados dos animais, inclusive dos ossos, que eram usados para fazer ração animal.

<sup>262</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>263</sup> Relatório de safra de 1952 da Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul LTDA. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>264</sup> COUTY, Louis. **A erva mate e o charque**. Pelotas: Seiva, 2000 [1882], p. 97-112. Apud. VARGAS, Op. Cit., p. 201.

<sup>265</sup> OGNIBENI, Op. Cit, p. 117.

mais plausível para esses trabalhadores. Porém, percebemos um rompimento nas relações de trabalho se instaurando no lugar das estabelecidas anteriormente.

Além das miudezas e do churrasco de costela, Sr. Almir, que era um caso a parte por ser sobrinho do capataz, traz um importante relato de outra restrição à carne: “Tinha uma época que dava o pescoço, o pescoço dos animais eles davam pras pessoa pobre, fazia aquela fila. Mas depois se descobriu que estavam vendendo e retiraram. Não deram mais.”<sup>266</sup> Primeiramente, é necessário relativizar esta fala de Sr. Almir, que pode ser a reprodução do discurso da chefia, alegando motivo, para restringir um direito dos trabalhadores, esta carne de pescoço. “Retirarem” isto dos trabalhadores não necessariamente tem relação com o fato dos trabalhadores venderem esta carne. Fazendo as relações necessárias, percebemos que esta “retirada” de direito faz parte de uma mudança maior ocorrida. Diante do exposto, podemos entender melhor essa nova lógica das relações de trabalho. Ela não só é uma mudança no sentido de “profissionalizar” a produção, melhorar o aproveitamento e aumentar a produtividade, mas também são proibições e restrições à carne levada a cabo, é mais profundo, extrapola as relações de trabalho, é um movimento de transformação das relações de produção, a partir do aprofundamento da mercantilização, da forma mercadoria sobre uma série de direitos que os trabalhadores possuíam, em relação à carne. O caso mais simbólico é o comedimento do “pescoço dos animais que eles davam pros pobres”. Essa nova lógica restritiva atua como uma força de ruptura com o costume imemorial de alimentação dos trabalhadores da charqueadas.

Porém, é bem possível a existência de casos de trabalhadores venderem as carnes que recebiam na charqueada. Havia um “micromercado de carne informal”, se é que podemos assim chama-lo assim pela sua dimensão pessoal, dos trabalhadores, que servia como complementação de *renda* de suas famílias.<sup>267</sup> Esta é mais uma dimensão dos significados do “roubo” da carne. Entrevistei um trabalhador, tropeiro de um estancieiro de Jaguarão, o Sr. Natálio, que tocava gado *vacum* de um criador cooperado na charqueada São Domingos. Ele me relatou sobre a existência desse mercado de carne, que ele comprava, e descreveu o processo:

Acontece o seguinte: aquele charque ele fica alí, ele, ele [gaguejada]. Porque, por exemplo: tirava a manta do meio e quem foi? Quem foi? Não adianta! [...] Nós somos, nós tamos gerenciando, tem uma pilha de manta, né? Já quando botar a primeira, a gente tira a segunda já, e já fica lá pro lado. O que que fazia

---

<sup>266</sup> ESPINDOLA, Almir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>267</sup> Esta questão foi descoberta em uma conversa com um casal de vizinhos mais velhos. Eles relatam que tinham um amigo, falecido, que moravam perto da casa deles que trazia charque para eles.

na época, as manta assim, na época, botava as manta assim e abria ela ao meio, que aí depois puxava daqui e puxava de lá e assim vai. Não precisava ficar puxando que nem gato e tripa. Ela já tava prontinha pro abate! Não, não... te falar uma coisa, que que acontece, pegava um e [simula um diálogo] – “olha, vou viajar pra semana, aí e eu preciso levar uma manta boa aí, tira um pedaço pra mim aí?” [o outro respondendo com hesito e gaguejando] – “É, pois é.” [interrupção daquele que hesitava] – “Tira aí, tira aí, não se preocupa não.” Aí o cara tirava.”<sup>268</sup>

Este trecho é muito rico e nos provoca a pensar como a apropriação da carne também significa *sociabilidade*. Os trabalhadores poderiam estabelecer e/ou fortalecer vínculos com outras pessoas ou grupos levando a carne como presente, até mesmo vendendo a custo mais baixo que o de mercado. Neste sentido, as questões da *renda* e da *sociabilidade* se articulam.

Percebemos também que a apropriação da carne não é uma ação simples, “só ir lá e pegar”. Pelo contrário, demanda dos trabalhadores estratégias para a realização da prática de maneira efetiva e discreta. A carne é pesada, controlada e vigiada. Se forem abatidos X bois, é necessário que haja 2X de costelas, X corações, 2X de rins, X filés, etc. Não é simples a missão. A carne também é pesada antes de ser armazenada e vendida. Por último, setores mais importantes tinham capatazes de secção controlando o trabalho e vigiando o patrimônio dos charqueadores, ademais os *caguetes* também eram empecilhos. É necessária expertise para driblar os obstáculos e realizar o “furto”. Diego Vivian também registou alguns casos de subtração deste alimento, os portuários chegavam a costurar bolsos em suas roupas para carregar a carne furtada das embarcações, o que ironicamente os ajudavam nos dias de chuva, pois a gordura deixava a roupa impermeável.<sup>269</sup> A necessidade de compreensão profunda da organização da produção e do processo de trabalho é basilar para o desenvolvimento de estratégias para subtrair a carne.

A carne, como não poderia ser diferente, possuía grande centralidade para os trabalhadores das charqueadas, até aqui argumentei sobre as diversas dimensões do roubo da carne. Agora, o que é importante ponderarmos é uma perspectiva mais ampla do que significa uma charqueada, a zona rural de Jaguarão, enquanto fronteira, e o Rio Grande do Sul do ponto de vista da subjetividade dos trabalhadores. A região da fronteira sul, em que Jaguarão está localizada, foi ocupada tendo a pecuária sua principal atividade econômica. Certa historiografia

---

<sup>268</sup> CHAGAS, Natálio Cardoso. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>269</sup> VIVIAN, Diego Luiz. **Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 - 1964)**. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008, p. 184-185.

já demonstrou que a questão do contrabando de gado e o abigeato são elementos significativos na formação do Rio Grande do Sul.<sup>270</sup> A fronteira foi um espaço que demonstrou enorme potencialidade para estas práticas no século XIX.<sup>271</sup> Segundo Leipnitz, o roubo de gado poderia significar, neste contexto, um apego a um costume, uma tradição, que tinham as rações de carne e o direito à carne como parte das relações de reciprocidade dos proprietários e as diversas categorias de trabalhadores que existiam na campanha.<sup>272</sup> Percebi que essa questão poderia ter, em alguma medida, influenciado na formação das subjetividades dos trabalhadores quando Sr. Natálio me surpreende com inúmeros relatos de abigeatos e contrabandos de gado nas décadas de 1960 e 1970. Essa questão merece uma citação um pouco mais longa de Sr. Natálio, pela sua importância e a riqueza do depoimento:

Esse general; meu pai trabalhava com ele às vezes. Aí tinha que fazer um paió lá, aí eu fui lá; paió pra botar ali. Ele tinha botado o cara pra fora, o que o cara fez: no verão o general ia pra... Não sei pra onde ele ia, país que é quente. Não me lembro se pra fora do país ou aqui pro centro do país. E o Bado ficava, era o capataz. O que que ele fazia, o que que ele fez: ele era lá do Herval. Ele registrou a marca, porque do município pra outro se tiver uma marca de gado aqui no município de Jaguarão, no município de Herval você pode registrar a mesma marca alí; o que que ele fez: pegou, registrou no nome dele a mesma marca do general lá no município do Herval. O que que ele fez: agarrou o general, tinha boi de 800 quilos, 900 quilos, ele foi no Uruguai, comprou uns ternerote sobreano; ternerote sobreano pesa uns 400-350 quilos. Comprou, botou a marca dele, mesma marca do general, levou os boi, aqueles boi de quase mil quilo e vendeu na feira. Bom, quando o general voltou de volta lá das praia, o capitão chegou e disse, era um puxa saco, né, foi lá e disse: – “general, mas que boiada linda que o senhor tava vendendo na feira”. [responde o general] – “Mas eu nem tava aí”. [responde o “puxa saco”] – Mas o seu capataz tava vendendo na feira. [general] – “Tava?” [“puxa saco”] “Tava, ele tava.” O general foi em cima do Bado. [fala do Bado] – “Não, senhor. Vamo conta.” Foi, conto, tava certinho. Mas aí, já botou o cara pra fora. Aí o que que acontece: o general não pôde fazer nada nele, porque ele tava vendendo o que era dele. Ele tinha a marca registrada no Herval e não faltava nada do general. E além de não faltar nada, esses bois que tava lá no general eram uruguaios, eram passados de contrabando e não podia passar pra cá. Isso só pode passar como exportação. A partir do momento que vem como contrabando, fica na moita. O cara ganhou o dele e ele não pôde fazer nada.<sup>273</sup>

---

<sup>270</sup> FLORES, Mariana. Thompson, **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>272</sup> LEIPNITZ, Guinter Tlajja. Ser proprietário ou dependente de alguém: o mundo do trabalho e os vínculos de dependência na campanha. In: \_\_\_\_\_ **Vida independente, ainda que modesta**: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920). 2016. 285 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016, p. 148

<sup>273</sup> CHAGAS, Natálio Cardoso. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

A quantidade de ocorrências de abigeato e contrabando de gado na zona rural de Jaguarão nos anos de 1960-70 é desconhecida da historiografia, porém, independentemente da intensidade da recorrência, não precisa ser numerosa para influenciar a subjetividade dos próprios trabalhadores. Evidentemente, é sempre muito difícil ao historiador percorrer o caminho da estrutura para a subjetividade, porém, a partir da experiência do trabalho, que é mediada pela Cultura, tenho como hipótese que o abigeato foi um dos elementos da subjetividade destes trabalhadores que contribuiu à prática do “roubo da carne”, pois este tipo de história é bem conhecida na região.

Uma das dimensões das mais óbvias que foi determinante na subtração da carne pelos trabalhadores, tanto para preparar na sua moradia ou para consumir no local, é a centralidade de alimento na cultura alimentar rio-grandense. Nauber da Silva, em seu estudo sobre as *condições de vida* da classe trabalhadora em Porto Alegre (1905-1932), ressalta a centralidade da carne na mesa dos gaúchos, considerado alimento de primeira necessidade – a carne enquanto um alimento central, na perspectiva da condição de vida da classe trabalhadora.<sup>274</sup> Ao contrário que em outras sociedades, onde a carne era um elemento de distinção social e o açougueiro possuidor de reconhecimento e prestígio,<sup>275</sup> a carne era um alimento acessível aos de “baixo”. Seria necessário fazer um estudo desta questão para fazer qualquer afirmação mais taxativa em relação ao consumo da carne em Jaguarão, porém, pelo debatido até aqui e as considerações das entrevistas, este alimento demonstrou-se importante na “cultura alimentar” dos trabalhadores que possuíam vínculos com a charqueada/frigorífico.

Fernando Pureza nos traz, em sua pesquisa em torno da *carestia* em Porto Alegre (1945-1964), uma questão importante para pensarmos a relação da carne com os trabalhadores, a primeira, este alimento enquanto um “indicador de dignidade” do padrão de vida dos mais pobres foi legalmente regulamentado, nas leis de economia popular, e foi objeto de disputas de diversos segmentos da sociedade. A centralidade da carne na cultura alimentar era reconhecida e notória, a sua falta, ou o aumento dos preços foi determinante para a organização das classes sociais, tanto que foi objeto de disputa de trabalhadores, trabalhadoras, “donas de casa”,

---

<sup>274</sup> SILVA, Nauber Gavski da. **Vivendo como classe**: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 86-91.

<sup>275</sup> BOSI, Antônio de Pádua. Uma história social comparada do trabalho em frigoríficos: Estados Unidos e Brasil (1880-1970). Revista: **História e Perspectivas**. Uberlândia (51): 277-311, jul/dez. 2014.

comerciantes, sindicatos, partidos políticos, imprensa e autoridades.<sup>276</sup> A carne foi elemento de relevante importância de disputas nos tribunais em torno dos crimes contra economia popular em Porto Alegre.

A proteína animal como um indicador relevante das condições de vida extrapola a cultura alimentar local, essa questão aparece em diversas culturas alimentares em diferentes localidades e momentos históricos. O historiador E. P. Thompson em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa chamou a atenção para importância deste alimento nos padrões e experiências dos trabalhadores na Inglaterra entre o final do século XVIII e meados do século XIX:

“A carne, como o trigo, envolvia uma questão de status que suplantava seu simples valor alimentar. O *Roast Beef* na velha Inglaterra era o orgulho dos artesãos e a aspiração do trabalhador. [...] A carne certamente serve como um sensível indicador dos padrões materiais, pois seu consumo seria um dos primeiros a crescer quando houvesse qualquer aumento real dos salários.<sup>277</sup>”

Até mesmo antes da Nutrição como uma ciência, era comum aos trabalhadores a compreensão da necessidade da presença da proteína, no caso, a animal, em seus hábitos alimentares. Há ainda um aprofundamento disto quando se trata de trabalhadores braçais, Thompson aponta que a diminuição de acesso à carne, ao pão branco e a cerveja (ao qual os trabalhadores entendiam como fundamental para “reposição do suor) juntamente ao contraste de aumento da riqueza nacional britânica foram fundamentais para o efeito psicológico de compreensão do declínio do padrão de vida.

Fernando Schinimann, em sua dissertação de mestrado, estudou as greves de consumidores, com foco nas donas de casa, em Curitiba, que tinha como objetivo pressionar os preços da carne para baixo. Neste trabalho, Schinimann, em uma passagem do texto, nos provoca a pensar a carne como elemento de *sociabilidade* da classe trabalhadora, no sentido, de que o consumo da carne nas mobilizações terem sido substituídos, durante a greve, pelo cinema. A carne, na sua dimensão de lazer e sociabilidade, em que as pessoas se reúnem para

---

<sup>276</sup> PUREZA, Fernando Cauduro. “**Isso não vai mudar o preço do feijão**”: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945-1964). Tese (doutorado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 257-290.

<sup>277</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Padrões e experiências. In: *A formação da classe operária inglesa. Vol 2 – A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, p. 181.

comê-la, foi substituída pela reunião para ir ao cinema.<sup>278</sup> Isso é uma profunda marca da carne enquanto um fenômeno cultural que extrapola a questão alimentar.

*A cultura da carne* seria o “pano de fundo”, ou o palco da trama (que é importante para a peça) em que se desenvolveram as experiências de resistência cotidianas dos trabalhadores, a partir dela foi constituído elementos que motivaram e embasaram a prática do “roubo” da carne. *A cultura da carne* é uma conformação de alguns elementos macroestruturais: a cultura alimentar do Rio Grande do Sul que elenca esse alimento com centralidade; a cultura do contrabando de gado e abigeato na região da fronteira, que é presente no imaginário rural compartilhado por esses trabalhadores; com elementos locais formadores da subjetividade dos trabalhadores, como a existência de diversos dispositivos de cessão da carne, como o “churrasco”, o “pescoço para os pobres” e as “miudezas”; profundos vínculos familiares de reprodução material da vida com o mundo do trabalho relativo ao gado e a carne; sociabilidade relacionada com o mundo do trabalho do gado e da carne, já que desde muito jovem começavam a trabalhar na charqueada e boa parte da formação dos trabalhadores ter sido compartilhada em torno dessas experiências.

Com a implementação das câmaras frias houve a introdução de uma nova lógica, que compreende um sistema disciplinar de controle do tempo, reorganização da unidade produtiva e inflexão da relação trabalhador-empregador. No bojo destas mudanças, a cessão da carne se torna caso de disputa. Os trabalhadores, a partir das relações anteriores que proporcionavam oportunidades de acesso à carne, desenvolveram suas estratégias de “roubo” deste alimento, entendendo-o enquanto um direito diante dos significados profundos nas suas vidas. Além disso, como todo fenômeno social, não se tratava de uma questão monocausal, pelo contrário, argumentamos as diferentes dimensões da apropriação da carne – lazer, costume, renda, sociabilidade, contrapartida à exploração –, o que demonstra que esta possuía enorme relevância que extrapolava a necessidade ou a pobreza. Não se tratava de uma resistência “menos evoluída” ou uma resposta espasmódica à transformação, mas da elaboração de uma ação complexa baseada em diversos signos estruturados e constituintes das suas vidas, da dimensão sociocultural de suas existências.

---

<sup>278</sup> SCHINIMANN, F. **A batalha da carne em Curitiba: 1945-1964**. Dissertação (mestrado), PPG – História Social da Universidade Federal do Paraná, 1992, p. 106.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto central estudado desta dissertação foram as ações, estratégias e perspectivas dos trabalhadores na charqueada/frigorífico São Domingos em Jaguarão entre os anos de 1950 e 1975. Como é comum ao método historiográfico, abordamos nosso objeto em perspectiva, pois entendemos que, para a compreensão de nosso objeto, era necessário compreendermos o contexto compartilhado por esses trabalhadores e como eles se formaram. Ou seja, entender as estruturas, mas não só, compreender os processos estruturados a partir do movimento histórico decorrente das contradições dos sujeitos que se movimentam no tempo, tendo suas possibilidades de atuação no palco, a partir dos figurinos que estiveram disponíveis. Foram utilizados, para elaboração deste trabalho, alguns documentos da empresa charqueada/frigorífico, uma circular (notificação) do D.I.P.O.A, um material audiovisual produzido em 1975, entre outras fontes das bibliografias consultadas, mas nosso principal alicerce documental foram as entrevistas concedidas pelos trabalhadores, que forneceram o que há de mais relevante neste trabalho – suas lutas e experiências.

Partimos da necessidade de nos situarmos no tempo e no espaço, logo iniciamos a monografia contextualizando historicamente a economia charqueadora no Rio Grande do Sul, compreendendo sua centralidade na economia gaúcha no século XIX. Também caracterizamos os aspectos gerais da ocupação da região sul do Rio Grande do Sul e de Jaguarão, centrada no latifúndio, na pecuária, nas charqueadas e na ampla utilização de mão de obra escravizada. Encontramos a charqueada São Pedro, fundada em 1848, que funcionou até meados da década de 1930 e 1940. Conhecemos a charqueada São Domingos, que não precisamos data de fundação, mas sabemos que funcionou concomitantemente com a charqueada São Pedro no início do século XX, devido aos familiares de três entrevistados terem compartilhado vínculos empregatícios com as duas unidades produtivas.

É a partir de 1950, com a constituição da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda, que florescerão as maiores transformações na charqueada estudada. É um empreendimento de grandes pecuaristas, que entenderam ser relevante se unirem nesta entidade para a aquisição da charqueada São Domingos, onde poderiam organizar o abate de seus rebanhos, e assim, reproduzir e ampliar suas atividades econômicas. Evidentemente, houve outros aspectos determinantes para a união destes pecuaristas, porém não foram objeto central neste limitado trabalho monográfico. Desde o início, constatamos, através de um projeto de instalação de



câmara fria datado de 1951, o interesse dos charqueadores em transformar a charqueada em frigorífico. A partir da aquisição da Cooperativa, a charqueada começou a ser alvo de adequações e reformas para o desenvolvimento da capacidade produtiva da charqueada. Paralelamente, o bairro/comunidade em torno é alcançado pelo poder público via rede elétrica. Somente em 1964 instalou-se a primeira câmara fria, e em 1968 a segunda, de maior capacidade.

Fizemos uma análise comparativa entre as charqueadas de Pelotas do século XIX – através de bibliografia temática – e a tecnologia e organização dos processos de produção das charqueadas São Pedro e São Domingos. Identificamos uma série de mudanças na charqueada São Domingos em relação à São Pedro e às charqueadas pelotenses, porém, no que concerne às tecnologias e à lógica de organização do trabalho, percebemos mais semelhanças do que diferenças. Com o frigorífico, observamos maiores transformações a partir do movimento de industrialização e de imposição de uma racionalidade de trabalho fabril. Contudo, a sobreposição de um frigorífico sobre uma charqueada carregou elementos de continuidade da unidade anterior, como a permanência do quadro de trabalhadores que vivenciaram as mudanças, a existência de capatazes e a produção do charque.

Em seguida, analisamos a função de capataz, como instrumento privilegiado de compreensão das permanências e rupturas das charqueadas São Domingos. O capataz, enquanto um herdeiro do sistema do século XIX, que tem sua função ressignificada em diversos aspectos, mas que possui igual centralidade nos dois momentos. Por um lado, deve garantir os interesses dos charqueadores, por outro, lhe é demandado expectativas de mando dos trabalhadores que devem ser correspondidas. Esta função no mundo do trabalho possui uma história, que traz implicações as perspectivas dos próprios trabalhadores, é também um aspecto de continuidade, que se diferencia de outras unidades frigoríficas, na qual tiveram em gerentes ou encarregados as funções de gerência e mando. Sintetizamos que estes elementos da charqueada, do mundo rural, eram parte do imaginário e interagem de forma complexa na formação das subjetividades dos trabalhadores.

O percurso empreendido no segundo capítulo teve a intenção de compreender aquilo que estava em jogo, sendo disputado, nos momentos decisivos das mudanças substantivas da produção charqueadora para as tecnologias frigoríficas e a sua correspondente lógica. Demonstramos como foi uma transformação complexa e paulatina, e que apesar da consolidação da ordenação industrial dos processos de trabalho, não houve uma ruptura com a

charqueada. Diferenciaremos os momentos de mudança e as implicações na vida dos trabalhadores. Conhecemos as disputas em torno da relação com o tempo, no contexto de imposição de um novo sistema disciplinar, e a forma que os trabalhadores tensionaram a lógica do tempo do patrão com suas próprias concepções baseadas em fundamentos do mundo rural e outra relação com o tempo.

Ao observamos as trajetórias estudadas, identificamos a diversidade de condições de vida dos trabalhadores em seus possíveis cenários de reprodução da vida social, uns com estabilidade, outros com mais mobilidade e menos segurança, variadas situações de acesso ao mundo do trabalho. Observamos como as relações de autonomia e dependência com a Cooperativa, determinadas pelas situações objetivas de reprodução da vida material, foram preponderantes nas atuações de classe. Vínculos de dependência significam garantias e limitações. Contudo, examinamos que, apesar da diversidade dos trabalhadores, sua situação geral de *insegurança estrutural*, enquanto não-proprietários (dos meios-de-produção) compartilhada por todos, e apesar do nível de (in)segurança, os vínculos de dependência causaram constrangimento quando um trabalhador já não era “útil”.

Em seguida, delineamos a profundidade das rupturas da industrialização da produção das mercadorias na charqueada. Evidentemente, não é possível estabelecer momentos temporais visivelmente separados por alguma baliza, já que as transformações foram processuais e houve continuidades. Porém, o ano de 1968 é importante para organizarmos os acontecimentos, pois é o momento de início do funcionamento da segunda – maior que a primeira – câmara fria. Paralelamente, foi imposta a formalização dos vínculos empregatícios na charqueada/frigorífico São Domingos. O charque perde a centralidade anterior e se torna complementar à carne resfriada. Ilustramos nossa argumentação com fotografias – 1975 – que demonstram a automatização, segmentação e fragmentação dos processos de trabalho; a padronização dos trabalhadores; o uso de tecnologias industriais; e um sistema disciplinar correspondente. Ponderamos que, mesmo com todas as profundas mudanças, havia ainda setores da produção com características rurais e manuais, relativas ao período anterior e ao contexto rural desta indústria.

O novo sistema disciplinar aboliu várias das formas de concessão da carne, um elemento de importância vital aos trabalhadores. Constatamos que, a partir disto, foi agudizada uma prática dos trabalhadores, o “roubo” da carne. Pensamos a terminologia “roubo” como um conceito construído historicamente, enquanto expressão das sociedades em que as relações

sociais são fundamentadas na garantia do direito à propriedade privada. Nesta lógica, não entendemos o “roubo” na perspectiva criminal, e sim, social. Observamos os dois tipos de “roubo” da carne, no qual o trabalhador se apropria para preparar (alimentar a si e sua família) em sua casa e a subtração da carne para consumo no interior da charqueada/frigorífico. A carne também era subtraída a partir da necessidade de alimentação das famílias trabalhadoras, contudo, percebemos as diversas dimensões que essa prática assumia, enquanto estratégias de complementação de renda, lazer, sociabilidade, contrapartida à exploração, prazer e reivindicação de um direito baseado em costume anterior. Ou seja, os processos de modernização e transformações na charqueada, com seu correspondente sistema disciplinar, impactaram nas condições de vida dos trabalhadores e influenciaram em suas práticas, como o aumento dos “roubos” e das “roubadinhas” da carne e a estratégia do fumo.

Defendemos que o palco destas situações de classe, conflitos concernentes à carne, foram desenvolvidos imersos no que chamei de *cultura da carne*. A *cultura da carne* é a conformação de uma série de elementos diferentes, contudo, ligados dialeticamente, na formação da consciência social dos trabalhadores da charqueada/frigorífico São Domingos: 1. O primeiro elemento é a centralidade da carne na cultura alimentar destes trabalhadores, enquanto um indicador de qualidade de vida das famílias trabalhadoras. Tanto que houve várias formas de cessão da carne aos trabalhadores: “pescoço para os pobres”, “churrasco para trabalho noturno ou hora extra” e “distribuição dos miúdos”. 2. Além disso, a alimentação enquanto um elemento constituído socialmente, também é uma prática cultural compartilhada na sociabilidade dos trabalhadores, que se reúnem para comer carne, assim como vão ao cinema ou jogam futebol. 3. Outro ponto é o fato da própria região ter sido constituída a partir da pecuária e das charqueadas, a relação com o gado ser um elemento cultural estrutural, o que é corroborado no âmbito da representação. 4. O abigeato e o contrabando de gado terem sido práticas comuns na fronteira do sul seria outro aspecto do imaginário destes trabalhadores, inclusive o roubo de gado esteve presente na fala de um trabalhador. 5. Por último, e o principal e mais particular elemento, é a constituição das subjetividades destes trabalhadores, que nasceram, estudaram, foram socializados e construíram suas identidades, no âmbito das charqueadas. Suas ascendências (pais, vós, tios, mãe) trabalharam nas charqueadas, junto com eles em alguns casos; estudaram, quando crianças, com filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras da charqueada em uma escola na comunidade que se formou no entorno da charqueada.

A carne, direta ou indiretamente, em outros momentos, esteve presente na constituição de suas subjetividades. Foram socializados na *cultura da carne*, e quando confrontados objetivamente com a restrição deste alimento, responderam a partir de uma perspectiva conformada por elementos complexos de suas subjetividades, que culturalmente fundamentaram suas práticas de “roubo” e “roubadinhas”. Trata-se de uma resistência cotidiana que se inicia como uma necessidade material de auto-interesse, mas ganha contornos coletivos em experiências compartilhadas reformuladas pelos próprios trabalhadores assumindo uma dimensão de classe a partir de uma forma da luta de classes.

## REFERÊNCIAS:

- ALADRÉN, Gabriel. Estancieiro escravistas na fronteira rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840). **Hermes e Clio**. Grupo de estudos e pesquisa em História econômica FEA/USP. Seminário de História Econômica. Agosto de 2011.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A Negra força da princesa**: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Dissertação (mestrado em história) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo: 2007.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso; Lima, Andrea da Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o centro histórico. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; FRAGA, Hilda Jaqueline; GASPAROTTO, Alessandra; Org(s). **Ensino de História no conesul**: Patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- ALVIM, Rosilene; LOPES, José Sérgio Leite. Vila operária e cidadania: sobre um processo exemplar de transformação de uma situação de imobilização da força de trabalho pela moradia. **Revista de Sociologia e Política**. Universidade Federal do Paraná, Nº 2, 1994. <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39409/24223>> Data de acesso: 19/06/2020.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.) **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.
- BOURDEIU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 190.
- BOSI, Antônio de Pádua. Uma história social comparada do trabalho em frigoríficos: Estados Unidos e Brasil (1880-1970). Revista: **História e Perspectivas**. Uberlândia (51): 277-311, jul/dez. 2014.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. XVII.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. Quando historiar é inventar a nação: uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro na construção da ideia

de nação brasileira no século XIX. **MARgem** – Estudos, Uberlândia – Minas Gerais, ano 1, n. 1, p. 86-95, jan./jun. 2008.

CARDIN, Eric Gustavo. História oral, conversas qualificadas e o mundo dos trabalhadores. **História na fronteira**, v. 2, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. O negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Negócios da escravidão. In: **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de mestrado, 1983.

ENGELS, Friedrich. Os movimentos operários. In: \_\_\_\_\_ **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FLORES, Mariana. Thompson, **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FONSECA, Pedro César Dutra. Estagnação econômica da Campanha e a ascensão da Serra e do Planalto. In: \_\_\_\_\_ **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre.; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). **Culturas de classe**: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

FORTES, Alexandre. Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson. **Tempo social**, v. 18, n. 1, 20 jun, 2006.

FORTES, Alexandre; NEGRO Antonio Luigi, FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: SILVA, Sergio; NEGRO, Antonio Luigi (org.). **Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FROMM, Erich. **A revolução da Esperança**. São Paulo, SP: Círculo do livro, 1968.

FROMM, Erich. **Meu encontro com Marx e Freud**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar editores, 1979.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (orgs.). **História da vida privada v. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- GODOI, Stela Cristina. Trabalho e trabalhadores no Brasil Moderno (1954-64): Um diálogo entre duas Histórias. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 1, n. 2, jan./jul. 2009.
- GOULART, Jorge Salis. A democracia. In: \_\_\_\_ **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livresiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- \_\_\_\_ O problema das raças. In: \_\_\_\_ **A formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livresiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. Caderno 11 (1932-1933). Introdução ao estudo da filosofia. In: **Cadernos do cárcere**, vol. I. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. Cuaderno 13 (XXX) 1932-1934. Notas breves sobre la política de Maquiavelo. In: **Cuadernos de la cárcel**, tomo V. Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana. México: Ediciones Era, 1986.
- GULARTE, Gustavo da Silva. **Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801 – 1835**. 2015. 132 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.
- GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: UFPel, 2001.
- JANKE, Neuza Regina. **Entre os valores do patrão e os da nação, como fica o operário? (O frigorífico Anglo em Pelotas: 1940 – 1970)**. 1999. 163 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999.
- KAYE, Harvey. La contribución colectiva. In: **Los historiadores marxistas británicos: un análisis introductorio**. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.
- LARA, Sílvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. **Projeto História**, nº12, outubro 1995.
- LEIPNITZ, Guinter Tlajja. Ser proprietário ou dependente de alguém: o mundo do trabalho e os vínculos de dependência na campanha. In: \_\_\_\_ **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil** (c.

1884 – c. 1920). 2016. 285 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

LIMA, Andrea da Gama. **O legado da escravidão na formação do patrimônio cultural jaguareense (1802-1888)**. Dissertação (mestrado em memória social e patrimônio cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. 2010.

LUKÁCS, György. Parte 3. In: \_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1987.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão**. Universitat Politecnica de Catalunya. Escola Técnica D'Arquitectura, 2001

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classe. In: \_\_\_\_\_. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MONSMA, Karl. James C Scott e resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 49, 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma parda infância: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça. (Aurélio Veríssimo Bittencourt / Jaguarão, século XIX). **Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba: UFPR, 2009.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: Cotidiano, estabilidade e movimento**. Doutorado (História das sociedades ibéricas e americanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre, Movimento/ IEL, 1980.

PERROT, Michelle. As três eras da disciplina industrial na França do século XIX. In: \_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PUREZA, Fernando Cauduro. **“Isso não vai mudar o preço do feijão”**: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945-1964). Tese (doutorado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.



- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (orgs.) **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- SCHINIMANN, Fernando. **A batalha da carne em Curitiba**: 1945-1964. Dissertação (mestrado), PPG – História Social da Universidade Federal do Paraná, 1992.
- SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun. 2002
- SCOTT, James C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 1990.
- SILVA, Fernando Teixeira. “Justiça de classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. **Revista mundos do trabalho**, Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 4, nº 8, julho-dezembro, 2012
- SILVA, Joana Aires. Agricultura como permanência do rural na cidade. In: \_\_\_\_\_ **Agricultura urbana em Teresina**: o rural que permanece na cidade. 2016. 231 f. Tese (doutorado em geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2014.
- SILVA, Nauber Gavski. *Vivendo como classe*: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O passado está prenehe no futuro”**: A escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.
- THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. A economia moral revisitada. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2005
- THOMPSON, E. P. La política de la teoría. In: SAMUEL, Raphael. **História popular y teoría socialista**. Barcelona: Crítica, 1984.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa. Vol 2 – A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciência de classe: estudios sobre la crisis de la sociedade pré-industrial**. Barcelona: Crítica, 1979

THOMPSON, Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_ **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

VIANA, Oliveira. Origens pastoris da democracia rio-grandense. In: \_\_\_\_\_ **Populações meridionais do Brasil**: O campeador rio-grandense. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. P. 195-202

VIVIAN, Diego Luiz. **Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 - 1964)**. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

VOLKMER, Márcia Solange. **“Onde começa ou termina o território pátrio”**. Os estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). Dissertação (mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente**: consciência histórica, história e memória de uma família negra litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. Classe como processo e como relação. In: \_\_\_\_\_ **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

**AUDIOVISUAL:**

**Progresso aqui e agora:** Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor.

## **FONTES EM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO**

Ata de constituição da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1951. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1952. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1953. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1954. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1956. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Maço de Projetos arquitetônicos concernentes à Charqueada São Domingos. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Circular 518, de 12 de julho de 1957, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Ministério da Agricultura. Acervo do Instituto Histórico de Jaguarão.